

editorial

Comuna de Paris



Os 140 anos da Comuna de Paris, celebrados em todo o universo, com debates, vídeos, filmes, publicações, representações teatrais, músicas, entre outros, registram a importância histórica dessa breve mas decisiva experiência revolucionária. De 18 de março a 28 de maio de 1871, por 72 dias, estabeleceu-se um governo da classe operária em que um “assalto aos céus” viveu a forma política para “levar a cabo a emancipação econômica do trabalho” (Marx).

No momento atual, de crise estrutural do capital no plano internacional, em que as forças produtivas entram em profunda contradição com as relações sociais de produção, anuncia-se para a humanidade a possibilidade histórica de um tempo de revolução social.

Presenciamos, no último período, de forma mais aguda, mobilizações, greves, levantes de amplas massas no norte da África e no Oriente Médio, na Europa e na América Latina. Entretanto, para se deflagrar revoluções democráticas e socialistas, como revoluções permanentes, é necessária a ferramenta do partido revolucionário com direção proletária.

A ausência de direções e partidos proletários revolucionários tem colocado as massas populares em um ciclo de lutas inacabado. Presencia-se a estratégia e a tática do capital, em sua ofensiva política, econômica e militar, para dar continuidade ao processo de exploração e dominação burguesa com intervenção imperialista das grandes potências,

como ocorreu na Líbia; e com o controle dos novos governos que sucederam as ditaduras na Tunísia e no Egito. Os levantes populares são interrompidos com o domínio das potências imperialistas mantendo seu projeto de exploração, dominação e opressão de classe. O fundamental, sobretudo, é compreender que esses levantes populares, no norte da África e no Oriente Médio, não assumiram uma posição que vinculasse a luta pela derrubada das ditaduras com a conquista da independência nacional anti-imperialista e anticapitalista para a conquista do projeto socialista.

As massas, impulsionadas pela miséria, pelo desemprego estrutural, vivendo em níveis destrutivos, não contaram com uma direção revolucionária proletária para dar continuidade à nova etapa da luta de classes mundial aberta pela crise econômica capitalista.

A conjuntura atual nos remete aos ensinamentos da Comuna de Paris, que se traduziu na primeira experiência essencialmente operária, ou ditadura do proletariado, da história da luta de classes, em que os operários se levantaram na defesa da república social.

A Comuna de Paris é resultante da guerra franco-prussiana, no plano internacional; da deterioração política do segundo império e da crise do regime bonapartista, no plano nacional, aliadas ao desenvolvimento da luta de classes. As lutas operárias na França eclodem na sequência da revolução burguesa, e têm sua erupção no período revolucionário de 1848 a 1850, pelo levante e insurreição operária, que são derrotados pelo triunfo da burguesia. Outro elemento político nesse processo é a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT – em 1865, a I Internacional, que vai até 1876, alguns anos após a derrota do

proletariado da Comuna de Paris, e que incide sobre as lutas proletárias.

O socialismo científico de Marx e Engels, que estabelece as leis da história, nos auxilia a compreender por que à monarquia burguesa de Luís Filipe só pode suceder uma revolução burguesa, posto que, apesar de o proletariado se colocar à frente do velho regime, não se encontrava maduro para tomar o poder em suas mãos, e não se havia constituído em um partido revolucionário.

Comemorar a Comuna de Paris é compreender suas medidas emancipatórias, e sua importância para a Revolução Russa de 1917, para todas as outras experiências revolucionárias do século 20 e para a nova etapa aberta da luta de classes no século 21, o que reafirma a atualidade do internacionalismo de classe e de partidos revolucionários sob a direção proletária para o projeto comunista da emancipação humana.

Viva a Comuna de Paris!

Revista *PUCviva* nº 41

A Revista *PUCviva* nº 41, de maio a agosto de 2011, ora apresentada, juntamente com a de nº 40, de janeiro a abril de 2011, já lançada, se dedica à comemoração dos 140 anos da Comuna de Paris. Este número apresenta 15 artigos, escritos por professores e estudantes da PUC-SP e de outras universidades do país, por intelectuais e por militantes de movimentos sociais e de partidos e organizações de esquerda, que nos conduzem a debates, polêmicas, análises e perspectivas de combate teórico e político do ponto de vista da perspectiva da emancipação humana. Os artigos são: Guerra, revolução e contrarrevolução na França (1870-1871); Um viva

aos 140 anos da Comuna de Paris; A Comuna de Paris: uma fulguração na história; A Comuna de Paris e a ditadura do proletariado; A poesia do futuro – 140 anos da Comuna de Paris; Marx e a Comuna; Antecedentes históricos de uma façanha emancipatória; Da Comuna de Paris à *estratégia soviética* na luta pela emancipação dos trabalhadores; A importância da Comuna de Paris para a América Latina atual; Comuna de Paris, entre nós; A Comuna de Paris: ética e emancipação; As mulheres na Comuna de Paris: qual é a luta?; A Comuna de Paris para além dos mitos; Reflexões sobre as lutas por uma sociedade sem pátria e sem padrões; Comunas e soviets: um olho no passado e outro no futuro 

Esses artigos, guardadas suas diversas angulações, apresentam um traço comum no reconhecimento desse legado histórico para o projeto da emancipação humana. Elucidam os principais fatos históricos que antecederam a Comuna de Paris; apresentam a guerra franco-prussiana em curso; reafirmam a composição de extração centralmente operária de seus integrantes; analisam a questão da tática e da estratégia utilizada na Comuna; apontam os seus erros e acertos e estabelecem um debate crítico desse que foi o mais grandioso movimento operário do século 19. Recuperam ainda o significado da ditadura do proletariado; a necessidade e premência de um partido proletário revolucionário; os valores éticos da Comuna aliados à solidariedade internacionalista de classe. Destaca-se o papel das mulheres nas frentes de combate, nas barricadas à frente dos canhões para impedir a entrega das armas e de Paris, instituindo-se o direito à anticoncepção e ao aborto, entre outras medidas, em sua perspectiva revolucionária e libertária. Os artigos retratam também a experiência revolucionária operária na Rússia e o

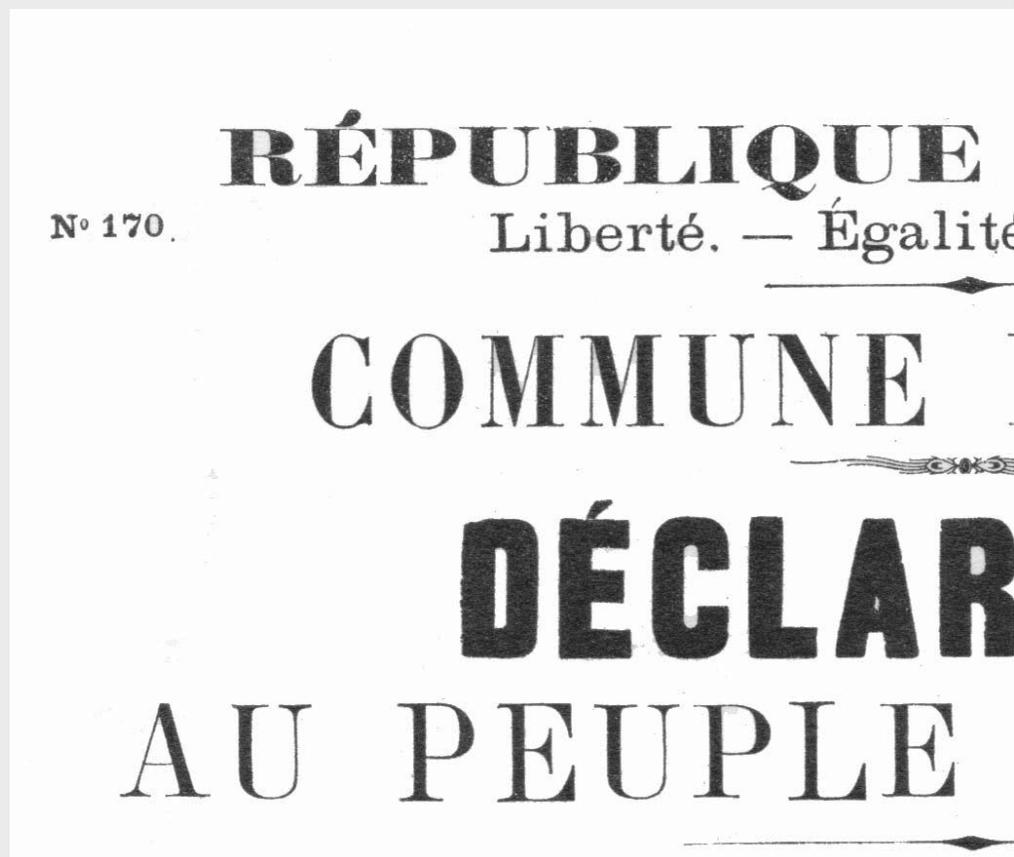
processo posterior de degeneração e burocratização stalinista em que Estado e partido aparecem fusionados, havendo a estatização da economia e da política e não a sua socialização e a dos meios de produção, ocasionando um posterior retrocesso ao capitalismo. As análises de Marx, Engels, Lênin e Trotsky sobre a Comuna de Paris são retomadas no entendimento de seu legado e nos colocam a atualidade dos ensinamentos advindos da experiência da Comuna para a compreensão do capitalismo contemporâneo e das tarefas históricas do proletariado. As teses marxianas, marxistas e anarquistas são debatidas e analisadas à luz da experiência da Comuna e dos desafios atuais, aqui destacadas a crítica ao politicismo e a ontonegatividade da política. As experiências dos governos da Bolívia e da Venezuela, voltados para a criação de uma economia nacional, com grande participação do Estado, mantêm a sociedade de classes e o capitalismo, o que mais uma vez põe a necessidade da organização autônoma e classista do proletariado na construção do socialismo e auto-dissolução do Estado, com o fim da propriedade privada dos meios de produção, das classes sociais na direção da auto-organização dos indivíduos livremente associados na perspectiva internacionalista.

Este número da Revista *PUCviva* e o número anterior compõem um conjunto de 26 artigos  que certamente auxiliarão a compreender o que foi essa rica experiência revolucionária para a história da luta de classes no horizonte contemporâneo da sociedade comunista.

Uma ótima leitura e um eterno e bom combate!

Professora Maria Beatriz (Bia) Abramides
Editora-Geral da Revista *PUCViva*

sumário



Guerra, revolução e contrarrevolução
na França (1870-1871) 7

JOÃO QUARTIM DE MORAES

Um viva aos 140 anos da
Comuna de Paris 23

ERSON MARTINS DE OLIVEIRA

A Comuna de Paris: uma fulguração
na história 27

CAIO N. DE TOLEDO

A Comuna de Paris e a Ditadura do
Proletariado 31

JOSÉ PAULO NETTO

A importância da Comuna de Paris
para a América Latina atual 35

ÁQUILAS MENDES

Antecedentes históricos de uma
façanha emancipatória 42

MILTON PINHEIRO

A poesia do futuro – 140 anos
da Comuna de Paris 48

LÍVIA COTRIM.

Marx e a comuna 55

MARCOS DEL ROIO

REVUE FRANÇAISE

lité. -- Fraternité

Nº 170

DE PARIS

COMUNAS FRANÇAIS

- | | | | |
|--|----|--|----|
| Comuna de Paris, entre nós
EDSON PASSETTI | 61 | A Comuna de Paris para
além dos mitos
JOÃO BERNARDO | 83 |
| Da Comuna de Paris à
estratégia soviética na luta pela
emancipação dos trabalhadores
EDISON SALLES | 65 | Reflexões sobre as lutas por
uma sociedade sem pátria e
sem patrões
ANTONIO OZAÍ DA SILVA | 91 |
| A Comuna de Paris: ética e
emancipação
MARIA LUCIA S. BARROCO | 70 | Comunas e sovietes: um olho no
passado e outro no futuro
LÚCIO FLÁVIO RODRIGUES DE ALMEIDA | 97 |
| As mulheres na Comuna de Paris.
Qual é a luta?
LILIAN MARTA GRISOLIO MENDES
DÉBORA CRISTINA GOULART | 76 | | |

**Associação dos Professores
da PUC-SP – APROPUC**

Diretoria

Presidente

Maria Beatriz Costa Abramides

Vice-presidente

Victoria Claire Weischtordt

1ª Secretária

Priscilla Cornalbas

2º Secretário

Leonardo Massud

1º Tesoureiro

João Batista Teixeira

2ª Tesoureira

Sandra Gagliardi Sanches

Suplentes

1º - **Wagner Wuo**

2ª - **Maria Lucia Barroco**



Conselho Editorial

**Leonardo Massud, Maria Beatriz Costa Abramides,
Priscilla Cornalbas, Sandra Gagliardi Sanchez,
Wagner Wuo**

Editoria-Geral

Maria Beatriz Costa Abramides

Editor Executivo

Ricardo Melani (MTPS nº 26.740)

Preparação e revisão

Véra Regina Maselli

Projeto Gráfico

Ricardo Melani

Editoração eletrônica

Mauro Teles

Capa - criação a partir de ilustração

Ilustrações: Imagens da época da Comuna sem autoria determinada (fontes: La Commune en images 1871. Petite collection Maspero/La Découverte. Paris: François Maspero, 1982; Mémorial illustré des deux sièges de Paris. Paris, Librairie du Moniteur Universel, 1872; Alfred Dayot. L'invasion, le siège, la Commune. Paris, Esrnest Flammarion éd., 1901.

Impressão - Polo Printer

Tiragem: 2.500 exemplares

Normas de publicação

A revista *PUCviva* é uma publicação trimestral da Associação dos Professores da PUC-SP – APROPUC.

•

A revista trata de temas da atualidade nacional e internacional, com a publicação de artigos informativos, acadêmicos e científicos.

•

A revista visa principalmente a divulgar as diferentes posições críticas e promover o debate sobre os temas abordados.

•

Os temas são aprovados pela diretoria da APROPUC e todos os artigos são submetidos à aprovação do Conselho Editorial.

•

Os artigos devem ter no máximo 15 mil caracteres, salvo nos casos de veiculação de documentos históricos. O Conselho Editorial poderá recusar a publicação de artigos que não atendam a especificação definida e os objetivos da revista.

•

Os artigos devem ser entregues nos prazos estabelecidos para cada edição, preferencialmente em versão eletrônica, com título, subtítulos, intertítulos e créditos.

•

A entrega de artigos para a revista pressupõe a cessão de direitos autorais para esta publicação.

•

Todas as propostas de artigos devem ser encaminhadas para a APROPUC, aos cuidados do Editor-Geral da revista.

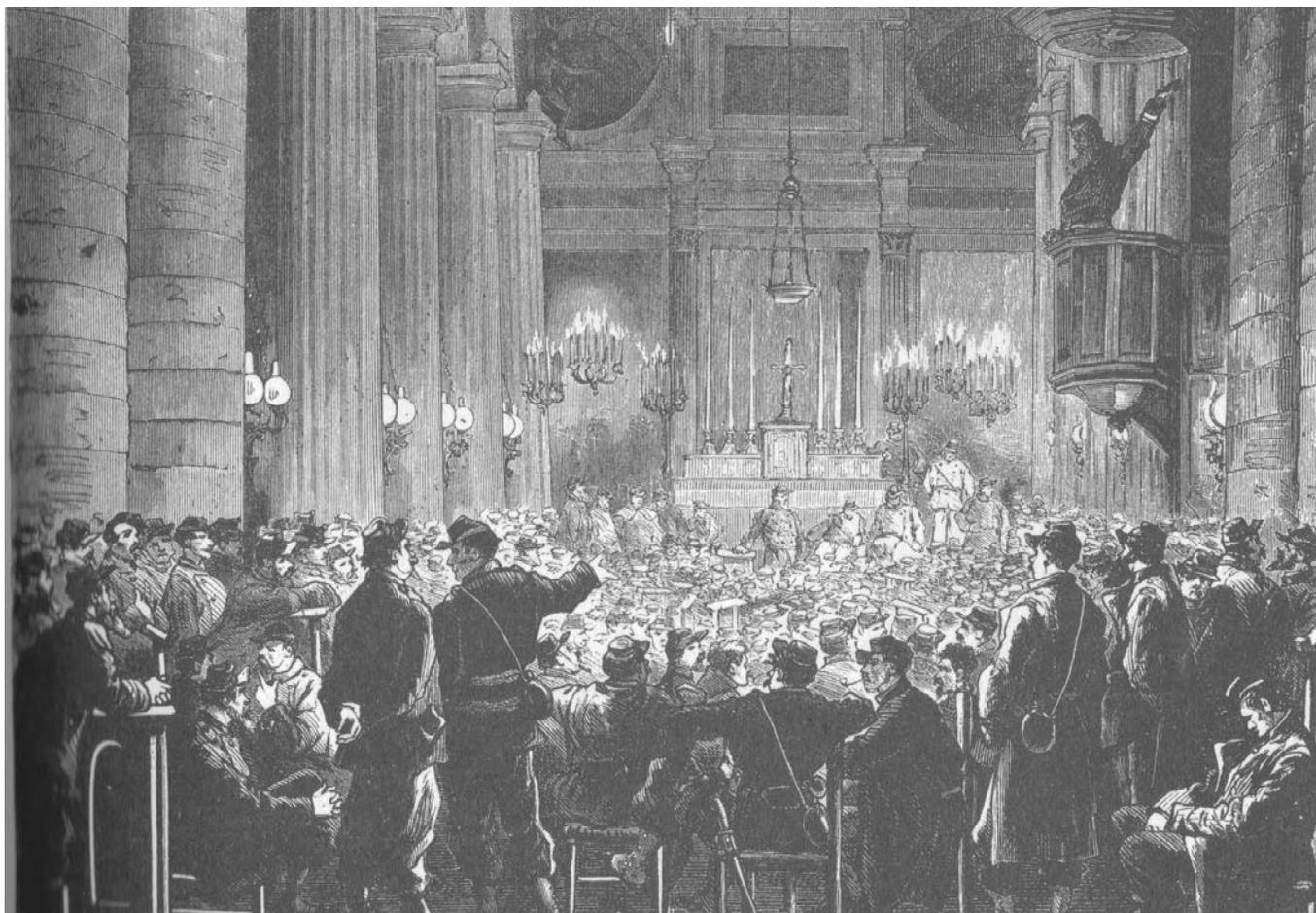


Associação dos Professores da PUC-SP

Rua Bartira, 407 – Perdizes

CEP 05.009-000 - São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-2685 - apropuc@uol.com.br



Guerra, revolução e contrarrevolução na França (1870-1871)*

JOÃO QUARTIM DE MORAES

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Domenico Losurdo teve o mérito de examinar em profundidade, em livro que conquistou merecido reconhecimento internacional¹, o que podemos chamar *paradoxo congênito* do sufrágio universal: serviu, no dia 10 de dezembro de 1848, para conduzir à presidência da república o aventureiro reacionário Luís Bonaparte, que recebeu 5,5 milhões de

votos, contra 1,5 milhão para seu oponente, o general Cavaignac, cujo maior trunfo eleitoral era ter esmagado a ferro e fogo a rebelião dos operários parisienses em 23-26 de junho daquele mesmo ano²; os demais candidatos, juntos, receberam 400 mil votos.

Um paradoxo não é um absurdo ou disparate, apenas um atropelo do que parecia lógico, no caso, que a conquista, pelos operários e pelos trabalhadores em geral, do direito de votar conduziria à eleição de

* Este artigo é uma versão revista e inteiramente corrigida pelo autor, que o ampliou em vários tópicos, da comunicação apresentada em 22 de maio de 2001 no Colóquio organizado pelo CEMARX/Unicamp, marcando os 130 anos da Comuna de Paris (1871-2001). A comunicação foi publicada sob o título "Marx, Engels e Lênin perante a Comuna de Paris", no livro *A Comuna de Paris na História* (organizado por Armando Boito), São Paulo, Cemarx/Xamã 2001, p. 83-108.

candidatos opostos à ordem iníqua do capital. Mas tampouco os paradoxos escapam à lógica, apenas obedecem a causas mais complexas do que as aparentes. No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx explicou, com insuperável precisão analítica, por que o tão almejado sufrágio universal serviu para levar ao poder um acabado cafajeste, como diríamos hoje. (Entre nós, ao voltar a exercer, em 1989, após vinte e nove anos, o direito de eleger o presidente da república, o corpo eleitoral escolheu um píffio *playboy* que nem ao menos conseguiu saquear os cofres públicos com a secular competência das “elites” políticas tradicionais).

A instrumentalização do sufrágio universal pela ditadura bonapartista havia, entretanto, deixado claro que por si só ele não confere caráter socialmente transformador à forma republicana no Velho Mundo.

O *Dezoito Brumário* é o escrito de Marx mais utilizado e elogiado por não-marxistas e anti-marxistas, não apenas porque só a ignaros escapa sua magistral arquitetura e inexaurível densidade, mas principalmente pela crítica que desenvolve da máquina estatal, imensa jiboia estrangulando a sociedade... O interesse dos intelectuais liberais e social-democratas pela crítica do aparelho de Estado é, porém, muito seletivo. Desconsideram a tese fundamental, reiterada na conclusão do livro (é preciso *destruir* esse gigantesco aparelho de opressão *a serviço do capital*), para pôr a crítica de Marx a serviço do “anti-estatismo” liberal-burguês: a “sociedade civil” contra “o” Estado (entendamos, burgueses e proletários irmanados contra “a” burocracia). Isso provavelmente explique por que é tão pouco citada uma passagem notável do início do *18 Brumário* (capítulo 1), que contrapõe “os países de velha civilização (*altzi-*

vilisierten Ländern) com uma estrutura de classe muito desenvolvida e condições modernas de produção, nos quais a República constitui *em geral somente (nur) a forma de transformação política da sociedade burguesa (die politische Umwälzungform der bürgerlich Gesellschaft)* e não sua *forma conservadora de existência (konservative Lebensform)*”, aos Estados Unidos, “onde as classes já constituídas, mas ainda não tendo se fixado, em vez disso trocam e substituem constantemente seus elementos constitutivos, onde os meios de produção modernos, em vez de corresponder a uma superpopulação estagnante, antes compensam a falta relativa de cabeças e de braços e onde, enfim, o movimento jovem e febril da produção material, que tem um mundo novo para conquistar, não teve nem tempo nem ocasião para destruir o velho mundo espiritual”³.

Marx aí delineia, a partir do estudo da primeira forma política da contrarrevolução burguesa (o bonapartismo reacionário de Luís Napoleão), a dialética das relações econômicas e das formas do poder político, na perspectiva de determinar as condições em que *poderá haver revolução*. Nos Estados Unidos, nos diz Marx, a forma republicana, com todas as suas liberdades, reforça a ordem estabelecida, exatamente porque as relações capitalistas de produção têm um mundo a conquistar, ao passo que no Velho Mundo a república tende a ser social, isto é, a funcionar como forma de transformação (de subversão, do ponto de vista burguês) da ordem estabelecida, porque esta generaliza a proletarização e o desemprego.

A instrumentalização do sufrágio universal pela ditadura bonapartista havia, entretanto, deixado claro que por si só ele não confere caráter socialmente transformador à forma republicana no Velho Mundo. Após ter conduzido Napoleão, o pequeno, à presidência, em dezembro de 1848, ele serviu para “legitimar”, através de dois plebiscitos, sua transformação em imperador. O passo decisivo foi dado com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851: a Assembleia Nacional foi fechada pelos esbirros do regime e a tentativa de insurreição republicana de 3-4 de dezembro rapidamente esmagada. Em clima terrorista, os franceses foram convocados para um plebiscito nos dias 14 a 20 de dezembro. Por 7 milhões de votos, contra

600 mil que disseram “não”, aprovaram o estupro do poder legislativo e o massacre dos republicanos, como já haviam aprovado o dos proletários. Um ano depois, em 4 de novembro de 1852, outro plebiscito caucionou, por 7.839.000 “sim” contra 253 mil “não”, a metamorfose do ditador em imperador Napoleão III.

Nas primeiras eleições legislativas do chamado II Império, em 1857, os áulicos e fâmulos do regime mantiveram maciça maioria: 5.471.000 votos, praticamente os mesmos de 1848, contra 665 mil para a oposição republicana. Mas, em 1863, a oposição obteve cerca de 2 milhões de votos. A crise econômica de 1866-1867 ampliou a desafeição pelo regime imperial, cujos candidatos obtiveram, em 1869, 4.438.000 votos, contra 3.355.000 para a oposição. Embora tenham se apresentado alguns candidatos operários, a maioria do proletariado votou na oposição republicana. Mas era, sobretudo, nas frentes de trabalho que crescia a mobilização operária, reativada desde 1865 em toda a França, nos mais diversos ramos da produção. A vaga de fundo das greves foi desencadeada em 1869:

Elas eclodem em toda parte, em Sotteville-lès-Rouen, em Saint-Etienne, em Rive-de-Gier, em Firminy, em Lyon, em Elbeuf, em Aubin, em Carmaux, em Marseille, em Vienne, em Grenoble, em Paris etc. Nelas se envolvem as mais diversas corporações: dos sapateiros, da fiação de lã, dos curtumes, dos chapeleiros, dos coureiros, dos metalúrgicos, dos mineiros etc. As operárias nelas desempenham papel importante, como as trabalhadoras da seda de Lyon, que, durante a greve, aderem à Internacional. Progressivamente, aliás, a teoria proudhoniana da mulher dentro de casa recua, combatida por Varlin, que teve a audácia de inscrever nos estatutos da Sociedade de poupança dos operários encadernadores de Paris a igualdade de direitos entre operários e operárias. A repressão foi brutal [...]. Em La Ricamarie, na noite de 15 para 16 de junho, houve treze mortos. Alguns meses depois, em 8 de outubro, em Aubin, no Aveyron, houve quatorze e o ministro Lebeuf ousou condecorar o capitão Guasserand, que tinha mandado abrir fogo⁴.

Exímio manipulador do sufrágio universal por via de plebiscitos, o pequeno Bonaparte cedeu um

pouco, incumbindo Émile Ollivier, chefe da ala liberalizante do regime, de chefiar um novo ministério. Em seguida, submeteu ao corpo eleitoral o seguinte texto: “O povo aprova as medidas liberais operadas na Constituição a partir de 1860 e ratifica o decreto do Senado (*sénatus-consulte*) de 20 de abril de 1870” (que adotava medidas liberalizantes). Para a oposição moderada, votar “não” seria opor-se à liberalização. Sete milhões votaram “sim”, contra 1.500.000 republicanos consequentes, que votaram “não”. Com este ambíguo mas amplo triunfo, o imperial escroque sentiu-se autorizado a lançar a operação militar com a qual imaginava restaurar sua já gangrenada imagem política: a guerra contra a Prússia, poder emergente na Europa central. A declaração de guerra, feita *d’un coeur léger* (com o coração leve), segundo a frase ainda mais odiosa do que leviana de Ollivier, suscitou imediata tomada de posição dos operários ligados à Primeira Internacional, que lançaram, a 12 de julho de 1870, um manifesto pela paz dirigido “aos trabalhadores de todos os países”. Os operários alemães, a despeito de a guerra ter sido provocada pelo governo francês, também se mobilizaram pela paz.

DA GUERRA À REVOLUÇÃO

O veredito das armas deu logo razão aos prussianos, que em três dias, de 4 a 6 de agosto de 1870, destroçaram os franceses em Wissemburg, Froeschwiller e Forbach, conquistando a Alsácia e rumando para a Lorena. A pífia conduta dos generais do II Império só foi ultrapassada pelo próprio imperador, que no dia 2 de setembro se entregou aos inimigos em Sedan. Diante da notícia da vergonhosa capitulação, as notabilidades burguesas tentam ganhar tempo, enquanto a população parisiense, decidida a enterrar o já apodrecido regime imperial, ocupa o Corpo Legislativo, exige e consegue a proclamação da república no dia 4 de setembro. Mas aproveitando a ausência de uma direção revolucionária organizada, os chefes burgueses instituem um “governo de defesa nacional” majoritariamente composto por eles próprios. Marx, com razão, classificou-o de “governo da defecção nacional”.

Para continuar a guerra e defender Paris, era indispensável mobilizar e armar a população, que se

incorporou à Guarda Nacional, formando 254 batalhões com 384 mil homens, praticamente toda a população mobilizável. Esse exército popular, coordenado por um comitê central em que predominavam dirigentes operários membros da Internacional, entre os quais Varlin, um dos grandes heróis da Comuna, organizou-se a partir de cada rua e de cada bairro. Sua convivência com as organizações da velha máquina estatal, exército e polícia, notadamente, não podia deixar de ser tensa. Mas a iniciativa política estava com as massas. Entre 22 de setembro e o final de outubro de 1870, foram múltiplas e constantes as manifestações, algumas defensivas (contra o truculento chefe de polícia Kératry), outras de propaganda revolucionária.

No dia 31 de outubro, exasperado com as notícias da pouco gloriosa capitulação do general Bazaine em Metz, do fracasso das escaramuças com que o general Trochu, incumbido do comando militar da capital, fingia empenhar-se em romper o cerco prussiano e do insucesso da tentativa, empreendida por Thiers, de obter apoio diplomático das potências europeias não envolvidas na guerra, o povo de Paris, guardas nacionais à frente, reúne-se na praça do Hôtel-de-Ville, exigindo a destituição dos incapazes e bradando “Viva a Comuna!”. A sede do poder municipal foi ocupada sem luta no fim do dia. O governo de “defesa nacional”, cercado, prometeu convocar eleições. Os revolucionários chegaram a proclamar um governo próprio (com Delescluze, Flourens e Milliére), mas enquanto discutiam entre si e negociavam os termos da renúncia de seus prisioneiros, dois deles (Picard e Ferry) conseguiram escapar do Hôtel-de-Ville e alertar os batalhões da Guarda Nacional dos bairros burgueses, bem como as “brigadas móveis”, compostas de camponeses bretões que não falavam francês. Sem direção coerente, o levante perdeu ímpeto. Para evitar o confronto armado, recuou, com a promessa (que, previsivelmente, não seria cumprida) de que os chefes da sublevação não seriam perseguidos. Em vez de eleições para um novo governo, foi convocado, no estilo do ex-imperador, um plebiscito perguntando “se o governo desfrutava ainda da confiança da população parisiense”. Houve 557.996 votos “sim” contra 62.638 “não”. Se as manobras militares do governo

fossem tão hábeis quanto as políticas, talvez os prussianos acabassem batendo em retirada.

Apesar do conforto que lhes trouxera o grande triunfo do plebiscito manipulado, os chefes burgueses e aristocratas da “defesa nacional”, entre os quais pontificava o solerte Thiers, inquietavam-se com o povo parisiense muito mais do que com os prussianos, com os quais, após uma nova série de derrotas em todas as frentes, eles já estavam negociando a capitulação. O frio e mais ainda a fome, feridas abertas no corpo dos pobres, conferiram forte valor de troca a “produtos” até então sem valor de uso. Em novembro, na entrada do inverno, uma ratazana custava de 2 a 3 francos,

O frio e mais ainda a fome, feridas abertas no corpo dos pobres, conferiram forte valor de troca a “produtos” até então sem valor de uso.

um cachorro 10 francos o quilo. (O salário diário de um soldado da Guarda Nacional era de um franco e meio, ou seja, o equivalente a meia ratazana). Não era esta, evidentemente, a dieta de Thiers e parceiros. Não consta que tenham perdido o apetite nem experimentado aquelas carnes exóticas. O problema deles era que, além de famélico e congelado, o povo estava armado. Urgia entender-se de vez com Bismarck para poder cuidar da “ordem social”. No dia 28 de janeiro de 1871, foi assinado um armistício, com duração de três semanas, durante as quais seria convocada “uma Assembleia livremente eleita, que se pronunciaria sobre a questão de saber se a guerra devia continuar ou em que condições a paz devia ser feita”.

Eleita às pressas, sem tempo para nenhuma campanha ou mesmo discussão séria, no dia 8 de fevereiro, com a capital cercada e quarenta e três departamentos ocupados pelo inimigo, a Assembleia refletia os equívocos e fragmentações da situação catastrófica em que se encontrava a França. Os camponeses, boa parte dos quais, como notou amargamente Lis-

sagaray, sequer “podiam dizer onde ficava a Alsácia”⁵, votaram em notabilidades rurais, muitas das quais pertencentes a velhíssimas famílias da aristocracia feudal, como os La Rochefoucauld, Noailles, Broglie, Haussonville, Harcourt, Tocqueville. Nos centros urbanos, triunfaram os republicanos, mas, no conjunto, a direita e, em geral, os partidários da ordem social estabelecida saíram vitoriosos. Reunida em Bordeaux, dia 13 de fevereiro, a Assembleia não perdeu tempo: no dia 15 suprimiu os *trente sous*, ou seja, um franco e meio (o *sou* era uma pequena moeda de bronze ou níquel que valia 1/20 do franco), pagos diariamente aos soldados da Guarda Nacional. Só os que fornecessem a seus oficiais um “certificado de indigência” continuariam a recebê-lo. Para defender a pátria, os pobres teriam assim de reivindicar o estatuto de mendigos. (Note-se que a indústria parisiense empregava, em 1870, cerca de 600 mil trabalhadores; no início de 1871, o número tinha caído para 114 mil, dos quais 62 mil mulheres). No dia 10 de março, seguindo a mesma inspiração, foi ab-rogada a moratória de todas as dívidas (aluguéis, promissórias etc.).

Enfim, na madrugada de 18 de março, Thiers empreendeu traiçoeira tentativa de roubar os canhões que defendiam Paris, para levá-los para longe do povo em armas. Entretanto, executada com incompetente lentidão (faltaram carroças para carregar os canhões), a manobra perdeu o efeito de surpresa. Na colina de Montmartre, onde se encontrava o principal depósito de peças de artilharia, a população, alertada pelas sentinelas da Guarda Nacional, deu o alarme geral. Mesmo as tropas regulares encarregadas do roubo recusam-se a atirar na multidão. Informado do fracasso, Thiers fugiu de Paris para se refugiar em Versalhes, cidade-palácio dos últimos reis da monarquia absoluta, aonde chegou, desmoralizado, no dia seguinte. Os generais Lecomte (que em vão tentara fazer suas tropas atirar no povo) e Clément Thomas (um dos carneiros da repressão em junho de 1848) foram sumariamente executados pela multidão. A guerra franco-prussiana transformara-se em guerra civil entre burgueses e proletários franceses.

Em Paris, no dia 19, o Comitê central da Guarda Nacional proclamou-se “novo governo da repú-

blica”. Mas sua preocupação maior, expressa nos primeiros comunicados que emitiu no mesmo dia, foi convocar o povo “para fazer eleições comunais”, que proporcionariam “a única recompensa” que esperavam: “ver estabelecer a verdadeira República”⁶. Realizadas no dia 26, com calma notável para as dramáticas circunstâncias, elas definiram a composição do “Conselho Comunal de Paris”, que passou à história com o nome de Comuna de Paris”. No dia 28, o Comitê central da Guarda Nacional transmitiu-lhe solenemente o poder.

MARX E ENGELS : APOIO CRÍTICO, SOLIDARIEDADE PLENA

Entre a queda do regime imperial em 2 de setembro de 1870 e a revolução proletária no dia 18 de março de 1871, Marx e Engels manifestaram, tanto publicamente quanto em sua correspondência, muita inquietação diante da perspectiva de que a bancarrota política e militar do “baixo império”, numa situação “extremamente difícil”, estimulasse a “loucura desesperada” de tentar “derrubar o novo governo quando o inimigo golpeia quase nas portas de Paris”. A ponderação se encontra no segundo manifesto da Internacional sobre a guerra franco-prussiana (*Seconde Adresse du Conseil Général de l’Internationale sur la Guerre Franco-Allemande*), datado de 9 de setembro de 1870. No dia 6, congratulando-se com Engels pela ida de Serrailier a Paris, ele tinha frisado que a presença deste era indispensável num momento em que toda a seção francesa⁷ (da Internacional) se pôs a caminho de Paris para ir lá fazer besteiras em nome da Internacional. “Eles querem derrubar o governo provisório, *estabelecer a Comuna de Paris*, nomear Pyat⁸ embaixador da França em Londres etc. (grifo nosso). [...] Os operários devem cumprir seu dever de cidadãos; mas eles não devem se deixar arrastar pelos *souvenirs* nacionais de 1792”⁹.

Entrementes, as secções parisienses da Internacional haviam lançado um manifesto cujo “tom patrioteiro (*chauvin*) mostra quanto os trabalhadores franceses ainda estavam sob o domínio da fraseologia vazia e confirma todas as apreensões de Marx e de

Engels¹⁰. Este, no dia 7, assim se expressou àquele:

Esses homens, que suportaram Badinguet¹¹ durante vinte anos, que, seis meses atrás, não puderam impedir que ele obtivesse seis milhões de votos contra um milhão e meio e que sem razão ele os lançasse contra a Alemanha, essa gente exige agora, porque os alemães vencedores lhes *deram de presente* uma república – e que república! –, que os alemães deixem imediatamente o solo sagrado da França, senão: *guerra até o fim*. Continuam a imaginar como outrora que a França é superior, que seu solo foi santificado em 1793 e que nenhuma das ignomínias praticadas desde então pela França não poderia profaná-la, que a palavra República é sagrada.

Entretanto, a partir da jornada revolucionária de 18 de março e do desencadamento da guerra civil entre de um lado a Guarda Nacional e os operários de Paris e do outro as tropas remanescentes do exército imperial, que obedeciam às ordens da alta burguesia instalada em Versalhes, Marx e Engels fizeram a solidariedade com a Comuna passar adiante de qualquer outra consideração, como mostram os textos que escreveram durante a febril agitação do grande combate histórico.

Entre os escritos que Marx consagrou à Comuna estão (ou estavam, posto que quase todas foram perdidas) as cartas diretamente enviadas a dirigentes do proletariado revolucionário (Serrailleur¹², Frankel¹³, Varlin¹⁴), três cartas preservadas para correspondentes alemães, dois “ensaios de redação” de *A guerra civil na França* e o *Pronunciamento (Adresse) do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT, mais conhecida por Primeira Internacional), o primeiro, redigido provavelmente em abril e início de maio de 1871, o segundo antes do massacre desencadeado em 21 de maio, já que Marx nele se refere ao previsivelmente trágico desfecho como ainda não tendo ocorrido (diz “se eles vencerem” referindo-se a Thiers e sócios) e, enfim, o *Pronunciamento*, escrito entre 21 e 30 de maio, durante e logo após a “semana sangrenta”.

No dia 6 de abril de 1871, três semanas apenas após a tomada do poder pelo proletariado parisiense na gloriosa jornada de 18 de março, em carta endereçada a Wilhelm Liebknecht, Marx expressa a solidariedade irrestrita e a admiração veemente que lhe

suscitava o heroico “assalto ao céu” e o fazia acompanhar com apaixonada concentração cada episódio da grande tragédia histórica que se desenrolava na capital da França, sem contudo perder a lucidez crítica :

Os parisienses sucumbem, é evidente, e por culpa deles próprios, mas uma culpa que se deve, em suma, a um excesso de *honnêteté*¹⁵. O Comitê Central e, mais tarde, a Comuna deixaram a Thiers, esse *maléfico aborto*¹⁶, tempo para concentrar as forças inimigas; 1) porque não quiseram, por tolice, começar a *guerra civil*, como se Thiers não a tivesse primeiro começado ao tentar desarmar Paris pela força, como se a Assembleia Nacional chamada a decidir da guerra ou da paz com os prussianos não tivesse desde logo declarado a guerra *à república!* 2) Para não serem acusados de ter usurpado o poder, perderam um tempo precioso para eleger a Comuna, cuja organização etc. exigiu tempo, em vez de marcharem sobre Versalhes logo após a derrota da reação em Paris (*place Vendôme*). Não creias numa só palavra do que os jornais escrevem sobre os acontecimentos internos de Paris. Não passam de mentiras e imposturas. Nunca essa suja rabiscadura jornalística burguesa tinha se manifestado com tal estardalhaço.

Na carta a Kugelmann, datada de 12 de abril, quando o destino da Comuna ainda não estava selado, Marx, antes de retomar as observações críticas formuladas uma semana antes na carta a Liebknecht (não ter tomado a iniciativa militar e ter perdido, com o processo eleitoral, tempo decisivo para o destino da revolução), chama a atenção de seu correspondente para a conclusão do *18 Brumário de Luís Bonaparte*:

(nela) saliento, como verás se a releres, que a próxima tentativa da revolução na França deverá consistir não mais em transferir para outras mãos a máquina burocrática militar, como ocorreu até agora, mas em *destruí-la*. É a condição primeira de qualquer revolução verdadeiramente popular no continente. É também o que tentaram nossos heroicos camaradas de Paris.[...] A história não conhece exemplo tão grandioso. Se sucumbirem, somente a “alma bondosa” deles será a causa.

A revolução em ato põe em evidência os erros estratégicos. Mas a Kugelmann, que em carta de 15 de abril lamuriava-se das previsíveis consequências de uma previsível derrota:

A derrota privará novamente o movimento operário de seus chefes, por tempo bastante longo. Não subestime esta desgraça! Em minha opinião o proletariado tem no momento muito mais necessidade de educação do que da luta com armas na mão. Imputar o insucesso a um acaso qualquer não é recair no erro que o 18 Brumário censura de maneira tão convincente nos pequenos-burgueses?

ele responde, em 17 de abril, que

Seria evidentemente muito cômodo fazer a história se só devêssemos travar a luta com chances infalivelmente favoráveis. De outro lado, esta história seria de natureza muito mística se os “acazos” não desempenhassem nela nenhum papel. Estes casos fortuitos entram naturalmente na marcha geral da evolução e ficam compensados, por sua vez, por outros acazos. Mas a aceleração ou a desaceleração dependem muito de “acazos” semelhantes, entre os quais figura o “acazo” do caráter dos chefes [...].

Em *A guerra civil na França*, Marx traçou um quadro preciso dos protagonistas (especialmente notável é o retrato de Thiers, “*gnôme malfaisant*”) ¹⁷, da correlação de forças, das medidas sociais adotadas pela Comuna, do que estava em jogo na grande tragédia parisiense e, sobretudo, ele salientou a radical socialização do poder político realizada por esta primeira expressão histórica do poder proletário. Não escondeu, entretanto sua inquietação diante dos erros militares dos *communards*, que faziam prever o cerco e o aniquilamento da insurreição do povo de Paris. No segundo ensaio de redação, quando o círculo de fogo contrarrevolucionário se fechava implacável sobre os *communards*, ele apontou enfaticamente, retomando a análise desenvolvida vinte anos antes no *18 Brumário*, para o caráter contrarrevolucionário assumido pela centralização burocrática do Estado francês, mostrando que a dominação burguesa exigia o “império”, isto é, a ditadura policial-militar de Napoleão III (e, por extensão, a forma ditatorial-militarista e policialesca do Estado capitalista):

O Estado, que parece ter se erguido acima da sociedade civil, torna-se ao mesmo tempo a estufa de todas as corrupções dessa sociedade. Seu completo apodrecimento e o apodrecimento da socie-

dade que ele devia salvar foram desnudados pelas baionetas da Prússia, mas esse regime imperial é a tal ponto a forma política inevitável da “ordem”, a ordem da sociedade burguesa, que a própria Prússia só pareceu destruir sua sede central em Paris porque a estava transferindo para Berlim. O Império não é somente, como seus predecessores, monarquia legítima, monarquia constitucional e república parlamentar, uma das formas políticas da sociedade burguesa; ele é ao mesmo tempo sua forma mais prostituída, mais acabada e a última. É o poder de Estado da dominação de classe na época moderna, pelo menos no continente europeu. ¹⁸

Essa previsão concretizou-se não só no fascismo e no nazismo, mas também no “império” num sentido diferente, ainda que não incompatível com aquele utilizado por Marx, a saber o que foi teorizado por Lênin a partir de Hobson e Hilferding: imperialismo, partilha do mundo pelos trustes e cartéis, transferência para os continentes colonizados dos aspectos mais opressivos da exploração capitalista, duas guerras mundiais, invenção e uso da arma nuclear, etc. Mas ela só se confirmou parcialmente. Ao longo da segunda metade do século 20, a democracia liberal, mais exatamente, o liberalismo de conteúdo democrático, economicamente confortado pela pilhagem e exploração imperialista e preocupadíssimo em combater politicamente o poderio soviético, então caminhando para o auge, mostrou-se, em graus variáveis, permeável a múltiplas conquistas trabalhistas e democráticas do movimento operário e sindical. O avanço planetário do comunismo aconselhava aos agentes do capital aceitar reformas para evitar revoluções. Nos países europeus que iniciavam, sob tutela estadunidense, a construção do “mercado comum”, a burguesia se compôs com a social-democracia, aceitando reformas avançadas como alternativa à revolução social. Durante mais de trinta anos, o complexo dos direitos trabalhistas incorporados às sociedades burguesas tornou credível o “capitalismo de bem-estar”. Marx não previu essa possibilidade histórica. Sob o forte impacto do massacre da Comuna, enfatizou unilateralmente o polo fascista (“imperial”) do poder de Estado burguês. Entretanto, a Europa do fim do século 20 e do início do 21, atrelada ao furor bélico estadunidense pela máquina de guerra da Otan, infectada pelo vírus purulento do neofascismo,

politicamente desmobilizada pelos governos social-imperialistas de “centro-esquerda”, volta a dar razão às previsões pessimistas de 1871.

O próprio Marx, entretanto, em alguma medida relativizou, exatamente a propósito da Comuna, a afirmação do caráter irreversivelmente terrorista do Estado burguês. Em carta pouco citada, sem dúvida por suscitar alguma perplexidade, que enviou em 22 de fevereiro de 1881 à *la social-démocrate hollandaise a F. Domela-Nieuwenhuis*¹⁹, ele comentou a experiência revolucionária de 1871 em termos mais secos:

[...] abstração feita de que se tratava de uma simples sublevação de uma cidade em condições excepcionais, a maioria da Comuna não era socialista e nem podia sê-lo. *Com um mínimo de bom senso, ela poderia entretanto ter obtido de Versalhes um acordo útil a toda a massa do povo, única coisa que era possível atingir naquele momento.* Se tivesse se apropriado do Banco da França, ela teria logrado assustar os falastrões *de Versalhes* (grifos nossos)²⁰.

Não parece fácil, ao menos à primeira vista, harmonizá-la com tudo mais que ele escreveu a respeito da Comuna. Bem analisada, porém, além da evidente diferença de tom, ela só contém uma expressão discutível: aquela que sublinhamos. Contestável porque manifestamente superestima a eventual disposição à negociação por parte dos contrarrevolucionários. Nem por isso deixa de conter uma boa parte de verdade. Imaginar que a Comuna poderia ter integralmente triunfado, consolidando na França, entre a rainha Vitória e Bismarck, o poder operário, é levar o otimismo bem mais além do que permite o raciocínio estratégico minimamente comprometido com a espessura dos fatos. Se um triunfo completo estava fora do horizonte histórico, alguma negociação se impunha. Se tivessem conquistado Versalhes e se apoderado do ouro do Banco da França, os *communards* poderiam talvez ter tido destino mais propício do que o massacre.

A COMUNA COMO CONCRETIZAÇÃO DA DITADURA DO PROLETARIADO

No *Pronunciamento*, que é a versão definitiva de *A guerra civil na França*, Marx expôs as caracte-

rísticas essenciais do poder político revolucionário da Comuna de Paris. Melhor do que resumir uma síntese como esta, inigualável pela concretude e pela densa precisão, é reproduzir toda a passagem:

A Comuna foi composta de conselheiros municipais, eleitos pelo sufrágio universal nos diversos bairros (*arrondissements*) da cidade. Eram responsáveis (por seus atos) e revocáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros eram, obviamente, operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser não um organismo parlamentar, mas um corpo em ação, ao mesmo tempo executivo e legislativo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e a qualquer momento revocável. O mesmo ocorreu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os escalões inferiores, a função pública devia ser exercida mediante *salários de operário*²¹.

Ultrapassagem radical das instituições políticas burguesas, nomeadamente da separação liberal dos poderes entre um executivo burocrático e um parlamento de falastrões, a Comuna aboliu a categoria da “representação” (transferência aos “representantes” do poder dos “representados”). Meros mandatários, os conselheiros municipais não eram donos de seus mandatos, podendo ser destituídos em qualquer tempo pelo povo soberano. As funções públicas, políticas ou administrativas, remuneradas com salários equivalentes aos dos operários, deixavam de ser uma sinecura. Enfim, a Comuna retomou o princípio federativo da Convenção Nacional de 1792, organizando-se sobre a base do poder local.

Embora não conheçamos nenhum escrito de Marx posterior a 1871 que retome explicitamente a análise da dinâmica social da “forma republicana”, parece-nos evidente, à luz da experiência da Comuna e a despeito de ela ter apenas esboçado, numa cidade duplamente sitiada e num curtíssimo período histórico, a forma do poder político do proletariado, que as questões conexas da “república social” e da democracia já não mais podiam se colocar como antes. Em especial, o fato de que a república tenha sido preservada na

França sobre a paz de cemitério imposta pelo massacre dos *communards* mostrou que ela era compatível com a conservação das relações capitalistas de produção, como continua sendo, cento e trinta anos depois, sob o nome de “democracia liberal”, sob a tutela financeira, diplomática e militar do império estadunidense. Mesmo na mais democrática república burguesa, o poder do dinheiro tende a manter o dinheiro no poder. A miséria política da Itália berlusconizada não nos deixa mentir.

Coube a Engels, que sobreviveu doze anos a seu amigo de sempre, tirar as conclusões teórico-programáticas e táticas da nova situação. Já não era mais possível considerar a república a forma política da transformação social no continente europeu, como fizera Marx no *18 Brumário*. Ela representa, sem dúvida, um avanço relativamente às formas imperiais do poder de Estado, resultantes, como o Reich alemão, da centralização monárquica de um poder de origem feudal, ou, como o II Império francês, da manipulação reacionária de plebiscitos. Mas, como ele observa no final da *Introdução* à edição alemã de 1891 de *A guerra civil na França* (em que presta homenagem aos vinte anos da epopeia de 1871, cujo desenrolar acompanhara, como Marx, passo a passo), referindo-se especialmente à Alemanha de então, onde prosperava “[...] a veneração supersticiosa do Estado e de tudo que a ele se refere”: “Acreditam ter dado um passo prodigiosamente audacioso ao se libertarem da fé na monarquia hereditária e entusiasmarem-se pela república democrática. Na realidade, porém, o Estado nada mais é do que *uma máquina para a opressão de uma classe por outra* e isso, bem entendido, *não menos numa república democrática* (grifos nossos) do que na monarquia [...]”. Mas é na peroração final dessa *Introdução* que Engels formula a mais importante lição histórica da epopeia dos *communards*: “Ultimamente o filisteu social-democrata foi tomado de um terror sagrado ao ouvir pronunciar a expressão ditadura do proletariado. E bem, senhores, querem saber com o que se parece essa ditadura? Olhem para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado”²².

Engels voltou a se referir à Comuna em 1895, ano de sua morte, na *Introdução a As lutas de classe na França 1848-1850*, coletânea de artigos de Marx que até então não tinham sido reunidos em forma de livro. Com um olho posto nos franceses e outro nos alemães, discute a tática do movimento operário à luz de meio século de combates, de Paris em 1848 e 1871 a Berlim em 1895:

Com a Comuna de Paris, acharam que o proletariado combativo estava definitivamente enterrado. Mas, ao contrário, é da Comuna e da guerra franco-alemã que data seu mais formidável desenvolvimento. A completa transformação de todas as condições da guerra pelo recrutamento de toda a população apta a empunhar as armas em exércitos cujos efetivos se contam por milhões, as armas de fogo, os obuses e os explosivos de efeito desconhecido até então [...] puseram bruscamente fim ao período das guerras bonapartistas e asseguraram o desenvolvimento industrial pacífico, tornando impossível qualquer guerra que não seja uma guerra mundial de inédita crueldade e cujo desfecho seria absolutamente incalculável”²³

A estupenda compreensão histórica de Engels permitiu-lhe prever, dezenove anos antes do desencadeamento da grande carnificina liberal-imperialista, a dimensão mundial e a “inédita crueldade” que assumiria “uma guerra mundial”. (Que diria de Hiroshima e de Nagasaki?) Mas, no horizonte histórico da Europa de 1895, parecia razoável supor que o poder destrutivo das novas armas exerceria efeito dissuasivo sobre os meios militaristas das potências europeias, exorcizando o horrível espectro do triunfo universal da morte e tornando plausível a hipótese de um “desenvolvimento industrial pacífico”. O efeito dissuasivo das novas armas afetaria também o recurso à insurreição por parte das massas proletárias. “Outrora, havia as relativamente pouco eficazes balas e obuses da artilharia; atualmente há os obuses de percussão dos quais basta um só para estraçalhar a melhor barricada”²⁴. O novo urbanismo dos grandes *boulevards* tinha também contribuído para tornar bem mais difíceis os combates de rua. “Seria insensato o revolucionário que escolhesse os novos distritos operários do norte e do este de Berlim para um combate de barricadas”²⁵.

Entretanto, o avanço eleitoral do partido socialista alemão, que se servia melhor do que os franceses do sufrágio universal, instituído por Bismarck em 1866, parecia ter afastado essas perspectivas catastróficas. Ao esmagamento da Comuna de Paris, os proletários alemães tinham respondido pela resistência pacífica e pelo combate eleitoral. “Mostrado a seus camaradas de todos os países como servir-se do sufrágio universal, eles lhes tinham fornecido uma nova arma das mais afiadas”²⁶. Com efeito, após resistir vitoriosamente aos doze anos de ilegalidade (1878-1890) a que os tinha condenado a lei de exceção de 1878, os social-democratas tinham se tornado um grande partido de massa. Já em 1890, obtiveram a maior porcentagem dos votos para o Reichstag (19,8%); em 1893, atingiram 23,4%. Um revolucionário deve ser otimista. A possibilidade de levar adiante o combate pelo socialismo pela via da luta de massas e da disputa do voto pouparia à população as inevitáveis atrocidades da guerra. Como não saudar essa perspectiva? Por isso, analisando concretamente a situação concreta, considerou tática correta, para a Alemanha de então, a participação nas eleições e não as formas armadas e insurrecionais de luta. Mas o otimismo socialista não o fez perder de vista a possibilidade de conjunturas históricas mais sombrias. Sabia muito bem que, no plano dos princípios, as alternativas insurreição ou voto, luta armada ou luta pacífica são táticas, posto que concernem aos meios (forma de luta e de organização) e não aos fins (o programa comunista), mas também que meios e fins se interpenetram dialeticamente na lógica da ação, tornando fugidia e imprecisa a linha divisória entre decisão tática e objetivo programático. Só a situação concreta pode indicar a melhor tática a seguir. Por isso mesmo, Engels evita fórmulas peremptórias e generalizações apressadas.

Dessa necessária cautela aproveitaram-se os oportunistas de então para deturpar sua análise. Cortaram do texto da Introdução tudo aquilo que não convinha à tese de que a luta política da classe operária deveria circunscrever-se no âmbito da legalidade burguesa, atendo-se aos métodos eleitorais, de maneira a sugerir insidiosamente que era essa a lição que Engels tinha tirado do massacre da Comuna. Este,

porém, viveu ainda o suficiente para desmascará-los em duas de suas últimas cartas, uma de 1º de abril de 1895, endereçada a Kautsky, outra, escrita em francês dois dias depois (datada de 3 de abril) e endereçada de Londres a P. Lafargue:

A Kautsky:

Vejo hoje com espanto no *Vorwaerts* (órgão central da social-democracia alemã, do qual W. Liebknecht era o chefe de redação), um extrato de minha introdução, reproduzido sem meu conhecimento e arranjado de maneira a me fazer aparecer como um adorador da legalidade a qualquer preço. Por isso tanto maior é meu desejo de que a introdução apareça sem cortes em *Neue Zeit* (órgão teórico da social-democracia alemã) a fim de que esta impressão *vergonhosa* seja apagada. Direi muito claramente a Liebknecht minha opinião sobre este assunto, bem como àqueles, sejam quem forem, que lhe deram esta ocasião de *desnaturar* minha opinião” (Carta a Kautsky; grifos nossos).

A Lafargue:

W. [Liebknecht] acaba de me pregar uma bela peça (*joli tour*). Ele extraiu de minha introdução aos artigos de Marx sobre a França de 1848-1850 tudo que pode lhe servir para sustentar a tática *a todo custo pacífica e antiviolença* que lhe apraz defender, há algum tempo [...]. Mas essa tática, eu só a preconizo *para a Alemanha de hoje e ainda assim com muita reserva*. Para a França, a Bélgica, a Itália, a Áustria, essa tática não poderia ser inteiramente seguida e, para a Alemanha, ela poderia amanhã se tornar inaplicável²⁷.

Menos de vinte anos após a morte de Engels, justificando *a posteriori* sua firmeza contra os semeadores de ilusões, o culto pacífico da legalidade a qualquer preço transformou-se, pela dialética perversa do oportunismo social-democrata, em social-patriotismo belicoso. A força é a *ultima ratio* da dominação de classe; o grau de violência da luta política é menos uma escolha dos oprimidos do que uma imposição das classes dominantes. Renunciar por princípio a responder pela violência das massas à violência dos opressores é renunciar unilateralmente a um meio ao qual a burguesia não hesita em recorrer em momentos decisivos.

CONTRA A PAZ DOS CEMITÉRIOS

A história não confirmou a expectativa otimista da Introdução de 1895. Longe de desenvolver-se pacificamente, a grande indústria gerou trustes e cartéis monopolistas, empenhados, com apoio da máquina bélica de seus Estados respectivos, em tenaz disputa pelos territórios coloniais e pelo controle do mercado mundial. A despeito do protesto de Engels, a peça que lhe pregou W. Liebknecht continuou a inspirar o “pacificismo” dos chefes da Segunda Internacional. Apresentando as eleições e a eventual conquista da maioria parlamentar pelos social-democratas como via decisiva, senão única, para o socialismo, eles desarmaram politicamente a classe operária. A traição é um poço sem fundo. Ao estourar a grande guerra entre as potências europeias, confirmando a antevisão de Engels, aqueles mesmos dirigentes oportunistas, que em respeito à ordem vigente, haviam erigido os métodos pacificamente eleitorais em via exclusiva para o socialismo, aderiram, sempre ordeiros, aos métodos armados de solução dos conflitos internacionais. Postos diante da violência radical da guerra, passaram a pregar o resignado caminho do matadouro. Votaram, em seus respectivos parlamentos, a favor dos créditos bélicos e apoiaram os governos de seus países na transformação da força de trabalho em carne de canhão. Reduziram-se assim a lava e a magma ensanguentadas as exaltantes esperanças (partilhadas até 1914 por toda a Segunda Internacional) de que a classe operária europeia, emancipando-se, emancipasse a humanidade.

Para reconstruir o movimento revolucionário do proletariado, desmoralizado pela prostituição guerreira da maioria dos chefes social-democratas, cumpria discernir, em plena carnificina, as linhas de ação que permitiriam travar a guerra de classes contra a guerra imperialista. A estatura histórica e intelectual de Lênin assumiu toda sua grandeza ao enfrentar vitoriosamente essas gigantescas tarefas históricas. A ênfase na violência revolucionária e na destruição da máquina do Estado burguês, nas quais os filisteus e hipócritas veem a prova de sua mentalidade “totalitária”, corresponde ao grito de guerra contra a guerra, de luta de vida ou morte contra os mercadores de

canhões e outros matadores profissionais, portanto à necessidade de destruir os aparelhos e arsenais bélicos. (Hoje, com o acúmulo de meios nucleares de destruição, ela é ainda mais premente do que ontem.)

A Comuna de 1871 ofereceu a Lênin, entre muitas outras lições, a mais importante referência histórica de *O Estado e a Revolução*, obra decisiva para a reativação do marxismo revolucionário. Lembrando que ela já provocara a única retificação introduzida no *Manifesto comunista* por seus autores, no prefácio da edição alemã de 1872 (“a Comuna demonstrou [...] que a classe operária não pode se contentar de tomar a máquina do Estado, toda pronta, e de fazê-la

A estatura histórica e intelectual de Lênin assumiu toda sua grandeza ao enfrentar vitoriosamente essas gigantescas tarefas históricas.

funcionar a seu próprio serviço”), ele enfatiza a necessária consequência que Marx e Engels tiraram dessa constatação: romper pela força da revolução a máquina do Estado²⁸. Retificando, por sua vez, perante a nova situação histórica, a ressalva que fizera Marx na carta a Kugelmann de 12 de abril de 1871, de que no *continente europeu* a revolução teria de ser violenta, ele argumenta que, aceitável em 1871, “quando a Inglaterra era ainda um modelo de país puramente capitalista, mas sem militarismo e numa larga medida, sem burocracia”, onde portanto “a revolução [...] parecia possível e o era, com efeito, *sem* (grifado por Lênin) destruição prévia da máquina do Estado”, a restrição ao “continente” da exigência de quebrar com uma revolução violenta a máquina do Estado, não era mais válida “hoje” (em 1917), “época da primeira grande guerra imperialista”, em que a “Inglaterra, como a América, maiores e últimos representantes da ‘liberdade’ anglo-saxônica no mundo inteiro (ausência de militarismo e de burocratismo) se atolaram completamente no pântano europeu, lamacento e sangrento,

das instituições militares e burocráticas”²⁹. O Estado é máquina de guerra: guerra de classes como em 1871, guerra interimperialista, como em 1914.

Os chefes oportunistas da Segunda Internacional tinham pensado exorcizar o espectro da guerra civil atendo-se estritamente aos métodos eleitorais e parlamentares. Mas ao ocultarem a perspectiva da violência (à qual os exploradores nunca renunciam), conseguiram apenas transferi-la da luta de classes para a guerra interimperialista. Em si, a paz é sempre preferível à guerra, como a vida é preferível à morte. Mas quando o apego exclusivo às formas pacíficas de luta se converte sub-repticiamente em renúncia aos princípios programáticos, a tática eleitoral e as polêmicas parlamentares passam a servir, inconfessadamente, a uma *outra* estratégia, a da colaboração de classes. Desencadeada a guerra imperialista, os social-patriotas continuaram ordeiros e disciplinados, mas agora para o fornecimento de carne para canhão. Havia colaborado com a paz social; passaram a colaborar com a paz dos hospitais e cemitérios, contribuindo para que milhões de proletários fossem enviados para morrer ou ser mutilados nos campos de batalha.

As questões táticas não são, em si mesmas, questões de princípio. Mesmo porque não dependem de uma fria escolha técnica. Não há a melhor tática em si, somente táticas adequadas à situação concreta. Enfatizamos que, até a insurreição de março 1871, Marx opôs-se enfaticamente a um levante proletário em Paris. Quando, porém, a violência revolucionária das massas, respondendo à violência contrarrevolucionária da classe dominante, assumiu formas insurreccionais, ele manifestou de todas as maneiras que pode sua profunda solidariedade com o combate do povo parisiense, mesmo sabendo serem muito duvidosas as perspectivas de sucesso. Na hora dos braseiros, olhou para a luz. Sua atitude foi muito bem resumida por Lênin:

Mas, em que pesem todos os erros, a Comuna é o mais grandioso modelo do mais grandioso movimento operário do século XIX. Marx avaliava altamente o alcance histórico da Comuna: se, quando a quadrilha de Versalhes empreendeu a traiçoeira tentativa de apoderar-se das armas do proletariado parisiense, os operários houvessem-nas

deixado arrebatado sem luta, a funesta desmoralização que semelhante fraqueza teria semeado nas fileiras do movimento proletário haveria sido muitíssimo mais grave do que o dano ocasionado pelas perdas que sofreu a classe operária no combate em defesa de suas armas³⁰.

Observamos acima que a vitória dos *communards* estava fora das probabilidades históricas, mas não um desfecho bem melhor que o massacre. Segundo Lênin,

Dois erros aniquilaram os frutos de uma brilhante vitória. O proletariado deteve-se na metade do caminho: em vez de proceder à “expropriação dos expropriadores”, deixou-se arrastar por sonhos a respeito do estabelecimento de uma justiça suprema no país, unida por uma tarefa nacional comum; instituições como, por exemplo, os bancos, não foram tomadas: a teoria proudhoniana da “troca justa” etc. reinava ainda entre os socialistas. O segundo erro consistiu na excessiva magnanimidade do proletariado: em lugar de exterminar seus inimigos, procurou exercer influência sobre a moral deles, menosprezando a importância, na guerra civil, das ações puramente militares e, em vez de coroar sua vitória em Paris com uma decidida ofensiva sobre Versalhes, contemporizou, dando ao governo de Versalhes tempo para reunir as forças das trevas e preparar-se para a semana sangrenta de maio.³¹

O segundo erro é uma variante do primeiro, os dois consistindo em não levar o combate às últimas e mais decisivas consequências. Nos “Três planos de relatório sobre a Comuna de Paris”, redigidos provavelmente na primeira semana de maio de 1904, Lênin aponta, além de outros “pontos fracos” da Comuna, os dois principais, repetidos em cada um dos planos: “não tomaram os bancos, não marcharam sobre Versalhes”³² Quanto à “excessiva magnanimidade”, é fato que Thiers e acólitos mandavam matar sumariamente os prisioneiros rebeldes, ao passo que os *communards* executaram alguns poucos chefes reacionários que no passado tinham se ilustrado como carniceiros. Ainda assim, a execução sumária de Clément Thomas e Lecomte, responsáveis pela tentativa de roubo dos canhões que defendiam Paris, não foi decidida pela Comuna, mas obra dos “soldados exasperados”³³.

Obviamente, tivessem os *communards* se mantido no poder, teriam podido retificar erros iniciais. Por isso, a segunda falha (não marchar sobre Versalhes) foi mais grave do que a primeira. Mas, segundo o próprio Lênin, esses erros práticos remetem a uma ilusão de fundo:

Insurgido contra o antigo regime, o proletariado assumiu duas tarefas, uma nacional, outra social: libertação da França da invasão alemã e libertação socialista dos operários do jugo do capitalismo. A reunião dessas duas tarefas constitui a característica mais original da Comuna.

A burguesia formava, então, o “governo da defesa nacional”, sob cuja direção o proletariado devia combater pela independência da nação. Tratava-se em realidade de um governo de “traição do povo”, que considerava sua missão lutar contra o proletariado parisiense. Porém, cego por suas ilusões patrióticas, o proletariado não se dava conta disso. A ideia de patriotismo provinha da Grande Revolução do século 18; ela tomou conta das mentes dos socialistas da Comuna; e Blanqui, por exemplo, que era sem dúvida alguma um revolucionário e um fervoroso partidário do socialismo, não encontrou melhor título para seu jornal do que o angustioso grito de 1792: “A Pátria em Perigo!”. No *Pronunciamento* da Internacional, de setembro de 1870, Marx colocou o proletariado francês em guarda contra o perigo de deixar-se levar pelo entusiasmo de uma falsa ideia nacional [...]³⁴.

Blanqui poderia sem dúvida ter encontrado um título melhor para seu jornal, mas a homenagem que lhe rendeu o próprio Lênin é mais do que merecida. Que tenha havido conjunção do patriotismo e do socialismo é inegável. Afinal, a causa direta do levante popular de 2 de setembro de 1870 foi a indignação geral contra o fiasco militar do decrépito II Império. Mesmo no levante de 18 de março, que teve inequívoco caráter de classe, também estavam presentes motivos patrióticos: os versalheses tentaram roubar de Paris canhões pagos com dinheiro arrecadado do povo para defender-se dos prussianos. Foi exatamente por compreender que os republicanos burgueses preparavam não a resistência, mas a capitulação, que o proletariado

assumiu a defesa nacional. Sem dúvida, a França de 1871 não era mais a de 1792:

[...] profundas mudanças haviam-se operado desde os tempos da Grande Revolução; os antagonismos de classe se agravaram e se a luta contra a reação de toda a Europa unia então o conjunto da nação revolucionária, agora o proletariado já não podia mais confundir seus interesses com os de outras classes, que lhe são hostis. Que a burguesia arque com a responsabilidade da humilhação nacional! A tarefa do proletariado é lutar para emancipar pelo socialismo o trabalho do jugo da burguesia.³⁵

Parece-nos, entretanto, que também interessava ao proletariado que a França não se tornasse um protetorado de Bismarck e do II Reich. A presença prussiana em território francês era um fato incontornável, que a Comuna teria de enfrentar se tivesse tomado Versalhes.

A COMUNA NA POSTERIDADE

A historiografia de inspiração liberal e social-democrata, empenhada em “desconstruir” não somente o marxismo, mas também a própria ideia de revolução, acusa Marx e, mais ainda, Engels e Lênin, de terem se apropriado da experiência da Comuna, sobrevalorizando a participação dos militantes da Internacional, principalmente dos marxistas. Os liberais franceses, em 1871, estavam do lado dos versalheses e os social-democratas de hoje distinguem-se muito dificilmente dos liberais. Pode-se discutir se a Comuna foi ou não, como sustentaram Engels e Lênin, a primeira expressão concreta da ditadura do proletariado, ou ainda, como dirá Lênin após 1917, considerando a revolução de outubro como a segunda, a primeira etapa da revolução proletária. Sem gastar tempo com polêmicas, atemo-nos, a propósito dessas alegações, às observações que seguem.

No que concerne ao peso específico dos militantes marxistas, notaremos apenas que, se não foram os mais numerosos, estiveram entre os mais lúcidos e generosos. Referimos acima que o internacionalista Varlin, bem antes de as proletárias de Paris de-

monstrarem, no combate revolucionário, coragem e determinação igual à dos proletários, havia aberto uma brecha na doutrina preconceituosa de Proudhon (“*la femme au foyer*”), exigindo direitos iguais para homens e mulheres na cooperativa de poupança dos gráficos de Paris.

Quanto à “ditadura do proletariado”, a expressão não era, sem dúvida, predominante no vocabulário do proletariado parisiense. Mas os revolucionários levavam-na a sério, contrariamente a *democracia*, cujo valor positivo, ligado ao processo revolucionário de 1789-1794, e preservado, durante a primeira metade do século 19, enquanto referência histórica das correntes políticas herdeiras do legado daquela revolução, desqualificou-se no Segundo Império. O regime imperial, com efeito, pretendeu dele se apossar, apresentando-se como “democracia plebiscitária”. Conseguiu desacreditá-lo aos olhos dos meios revolucionários. Assim, em 1852, Blanqui ironizava: “O que é então, por favor, um democrata? Essa é uma palavra vaga, banal, sem acepção precisa, uma palavra de borracha”³⁶. A dinâmica revolucionária de 1870-1871 revalorizou o léxico político. Os *communards* rejeitaram a “república burguesa”, preconizando a república democrática e social. As palavras-chave de seu vocabulário eram *comuna*, *república* e *federação*.

Enfim, para concluir, examinaremos, com o apoio da historiografia marxista francesa posterior, aquela que nos parece a mais decisiva observação crítica de Marx, retomada por Lênin, a respeito do trágico desfecho da Comuna. Reconhecendo plenamente sua pertinência, Émile Tersen e Jean Dautry analisaram a fundo o que chamam de “inação militar” do Comitê Central da Guarda Nacional. Lembram que, no dia 19 de março, “o homem de Versalhes” (Thiers) “conseguiu dificilmente reunir em torno da Assembleia uma tropa de 12 mil homens extenuados, desanimados, prontos todos a entrar em acordo com a insurreição parisiense. Ele precisava, antes de mais nada, ganhar tempo [...]”³⁷. Tanto mais que, em sua fuga precipitada no dia 18 de março, os contrarrevolucionários deixaram para trás mais de 400 mil fuzis, 1.740 canhões (dos quais apenas 320 foram utilizados) e a munição correspondente³⁸.

Durante vários dias, segundo os mais diversos testemunhos, Versalhes ofereceu o espetáculo de uma “cidade em pânico”³⁹. A Guarda Nacional parisiense, bem armada e municada, exaltada pela vitória de 18 de março, “podia avançar sobre Versalhes, afastar, na certa sem sequer travar combate”⁴⁰, os magros obstáculos que se opusessem a sua marcha, talvez capturar a Assembleia [...]. No mínimo, o resultado teria sido assegurar à capital uma larga zona de segurança e de abastecimento, permitindo ao campesinato pobre fazer causa comum com Paris e chegando à luta armada, que de qualquer modo era inevitável, em bem melhores condições”⁴¹. Por que permaneceu inativa? As falhas e irresponsabilidades de alguns de seus comandantes oferecem apenas pequena parte da explicação. O inepto Lullier, que deixou sair livremente de Paris, em 23 de março, o 69º regimento de linha (de resto, revelou-se, mais tarde, um traidor covarde)⁴², foi logo substituído, no comando militar revolucionário, por três enérgicos militantes: Brunel, Duval e Eudes. Muito popular no bairro de Gobelins, o coronel Duval, em 18 de março, tomou a prefeitura de polícia e em 26 de março foi eleito para a Comuna, que o designou membro da comissão executiva e da comissão de guerra, conferindo-lhe ademais o posto de general. Já no dia 18, ele insistira junto ao comitê central da Guarda Nacional em prosseguir a ofensiva popular rumo a Versalhes. Só foi ouvido no dia 3 de abril, quando as forças da contrarrevolução já se tinham rearticulado. Ainda assim, tentou atingir Versalhes pelo sul. Cercado pelos versalheses, foi fuzilado sumariamente, em Petit Bicêtre, no dia 4 de abril.⁴³

Um dos principais fatores invocados para explicar a inoperância militar do Comitê Central logo em seguida ao 18 de março foi o temor de um ataque prussiano em apoio aos versalheses. O temor existia, mas o argumento esquece que Bismarck só decidiu apoiar os versalheses depois que o caráter revolucionário do levante de 18 de março ficou evidente e que Thiers cedeu a todas suas exigências. Desde então, engrossando suas tropas com prisioneiros de guerra libertados *ad hoc* pelo comando prussiano, Thiers foi adquirindo a grande superioridade bélica que lhe permitiu aniquilar a Comuna.

Ao longo do mês de abril e no início de maio, travou-se a batalha pelas zonas rurais circundantes e

pelos subúrbios. Os *communards* sofreram trágicos reveses, que não se explicam todos pela superioridade de armamentos do inimigo. Alguns decorreram de pura e simples irresponsabilidade, ou, talvez, traição, mas o assunto é controvertido entre os historiadores – o mais provável é que tenham ocorrido ambas. O pior ocorreu na noite de 3 para 4 de maio, no reduto de Moulin Saquet, defendido por 500 homens da Guarda Nacional. Os versalheses, tendo dominado as sentinelas, massacraram cerca de 50 soldados da Comuna que dormiam em suas tendas, levando cinco peças de artilharia e cerca de 200 prisioneiros.

Mesmo a semana de agonia (21 a 28 de maio) começou com falhas militares. No domingo, 21, muita gente tinha comparecido a um concerto nas Tuilleries, em benefício das viúvas e dos órfãos, sem levar em conta que o número de umas e de outros iria logo mais aumentar exponencialmente. Às 15 horas, um certo Jules Ducatel, empregado dos serviços viários⁴⁴ (sem dúvida um dos numerosos agentes da reação, que tinha organizado em Paris toda uma rede de traidores), assinalou às tropas atacantes que o setor da porta de Saint-Cloud estava desprovido de defensores. “Ele subiu no bastião 64, agitou um lenço branco e gritou para os soldados entrincheirados: ‘Entrem, não há ninguém’”. Destacamentos do 37º de linha entraram então em Paris, onde a última luta ia começar⁴⁵

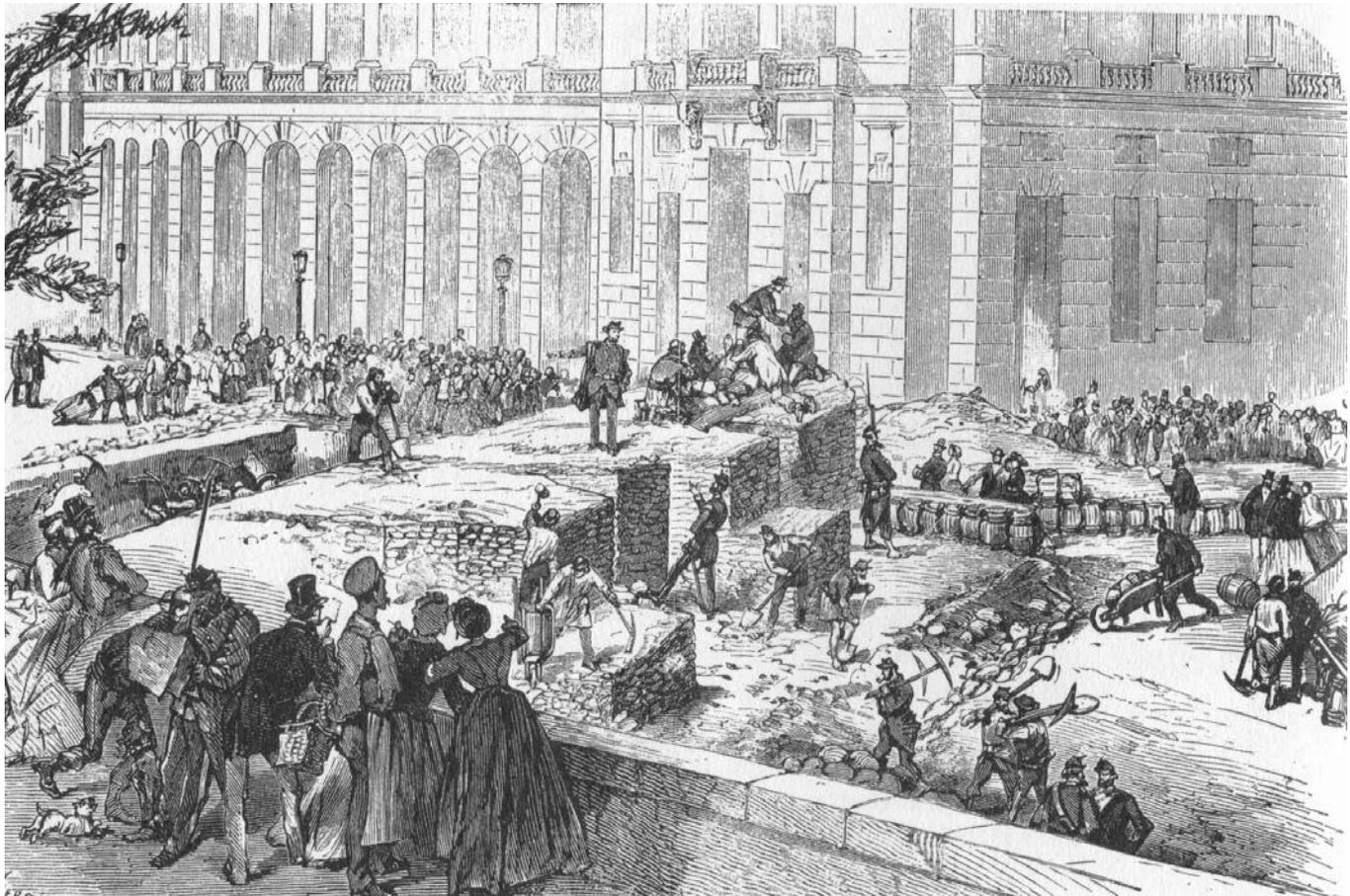
É verdade que a violência da artilharia versalhesa explica em parte o recuo dos defensores das portas de Paris. Mas, como nota Tersen, lembrando que no dia 19 de maio, enquanto o bombardeio contrarrevolucionário se fazia mais intenso, a Comuna estudava a questão dos teatros, seguramente menos urgente, fica clara sua “indiferença [...]perante as questões militares”⁴⁶. Não, porém, a de todos os seus membros. Dombrowski⁴⁷, que ocupa lugar de primeiro plano nos anais da luta armada revolucionária, nomeado comandante militar geral da Comuna no início de maio, quando, infelizmente, a correlação de forças já era demasiado desfavorável, informado, com muito atraso, de que os versalheses tinham penetrado em Paris, solicitou imediatamente reforços para repelir os atacantes. Não os tendo recebido, evacuou, após denodada resistência, os bairros de Auteuil e Passy. Daí em diante, o infernal círculo de fogo da burguesia contrarrevolucionária foi se apertando, implacável, em torno dos proletários que tinham pretendido tomar o céu de assalto. No dia 23, Dombrowski foi mortalmente ferido numa barricada da rua Myrtha, em Montmartre. O *communard* Vermorel, que também tombaria logo depois, pronunciando seu elogio fúnebre, proclamou-o “herói da República universal”. Milhares de *communards* merecem o mesmo título, entre os quais certamente o próprio Vermorel. PV

João Quartim de Moraes é professor do DF/IFCH/Unicamp.

Notas

1. Domenico Losurdo, *Democrazia o bonapartismo*, Bollati Boringhieri, Torino, 1993.
2. “A repressão da insurreição efetuou-se com uma cólera inacreditavelmente desenfreada.[...] Sem examinar, soldados, guardas nacionais e guardas mobilizados traspassavam com as baionetas todos que estivessem usando o blusão (do trabalhador)”. Albert Milhaud, *Histoire contemporaine*, Paris, Cornely, 1900, p. 176. O livro, destinado ao ensino médio, reflete consenso geral sobre as atrocidades cometidas pelas forças do general Cavaignac, nomeado ditador.
3. Marx e Engels, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, in: *Ausgewählte Werke*, II, Berlin, Dietz Verlag, 1978, p. 317. Mantivemos em itálico as passagens que assim se encontram no original. Já havíamos chamado a atenção para essa notável análise de Marx em “Continuidade e ruptura no pensamento de Marx”, in: *A obra teórica de Marx*, São Paulo, Cemarx/Chamã, 2000, p. 26-27.
4. J. Bruhat, J. Dautry e Émile Tersen, *La Commune de 1871*. Paris, Éditions Sociales, 1970 (2. ed., revista e ampliada), p. 49.
5. Lissagaray, *Histoire de la Commune de 1871*, p. 82.
6. *Ib.* p. 117.
7. Marx serviu-se da expressão inglesa “*French branch*”.
8. Félix Pyat era um desses radicais falastrões, sincero em suas convicções, mas confuso, briguento e trapalhão.
9. MARX 1968, p. 289. Itálico no original. Em 1792, quando os exércitos da contrarrevolução absolutista atacavam a França, o povo se mobilizou com a palavra de ordem “a pátria está em perigo” e repeliu os invasores. *Marx met en garde contre la transposition automatique de cet mot d’ordre à la situation de 1870*.
10. Nota do editor de *La guerre civile en France*, Paris : Éditions Sociales, 1968, op. cit., p. 11.
11. Um dos apelidos do Napoleãozinho.

12. Auguste Serrailleur era operário da indústria de sapatos. Foi dirigente da Comuna; condenado à morte à revelia, refugiou-se na Inglaterra, onde assumiu, em 1872, a função de secretário correspondente do Conselho Geral da Internacional para a França.
13. Originário da Hungria, Frankel exercia o ofício de ourives. Fixou-se ainda bem jovem na França, onde tornou-se membro da I Internacional. Foi eleito para o Conselho da Comuna. Bateu-se corajosamente. Ferido nas barricadas da rue du Faubourg Saint-Antoine, durante a Semana Sangrenta, foi salvo por Elisabeth Dmitrieff, fundadora da União das Mulheres. Condenado à morte, refugiou-se na Inglaterra, onde atuou muito próximo de Marx. Desenvolveu nos anos seguintes intensa atividade de organização dos operários na Europa Central. Votou pela expulsão de Bakunine da AIT. Em 1890 participou do Congresso de fundação da II Internacional, da qual foi, durante os poucos anos que lhe restava viver (morreu de pneumonia em 1896), um destacado militante.
14. Filho de camponeses pobres, Eugène Varlin trabalhou como encadernador em Paris. Muito ativo na militância de classe, aderiu à I Internacional pouco após sua fundação. Defendeu ardorosamente a igualdade de direitos das mulheres. Foi preso muitas vezes por participação nas greves articuladas pela AIT. Eleito conselheiro da Comuna, bateu-se valentemente até o fim. No último dia dos massacres promovidos pelos versalheses triunfantes, foi reconhecido por um padre, conduzido a Montmartre, onde lhe vazaram um olho e o espancaram até a morte. A Igreja Católica foi infame do começo ao fim da Comuna, perenizando seu ódio na Abadia de Montmartre, erguida com doações da burguesia eufórica para comemorar o massacre dos *communards*.
15. Nas citações, mantemos em itálico os termos que estão em francês no original.
16. No original *mischievous* (em inglês), *avorton* (em francês).
17. Cf. *La guerre civile en France*, Paris : Éditions Sociales, 1968, p. 182.
18. *Ibidem*, pp. 272-273.
19. Cf. Marx, Engels, *La Commune de 1871* (cartas e declarações), Paris: Union Générale d'Éditions, 1971, p. 255-256 e Marx, Engels, *Correspondance*, Moscou: Éditions du Progrès, 1971, p. 347-349.
20. *Ibidem*, p. 348.
21. *La guerre civile en France*, op. cit., p. 41-42.
22. Engels, Introdução de 1891 a *La guerre civile en France*, *ib.*, p. 301-302.
23. Engels, Introdução de 1895 a *Les luttes de classe en France*. Paris: Éditions Sociales, 1974, p. 22-23.
24. *Ib.*, p. 29.
25. *Ib.* p. 30.
26. *Ib.*, p. 24.
27. As duas cartas foram reproduzidas na Note des Éditeurs a *Les luttes de classe en France*, p. 8-9, nota 1. Ver também Marx, Engels, *Correspondance*, Moscou: Éditions du Progrès, 1971, p. 528-529. Foi preciso esperar o triunfo da revolução bolchevique para que fosse publicado o texto integral da Introdução de Engels.
28. Esse prefácio, assinado por Marx e Engels, está datado de 24 de junho de 1872. Cf. Lênin, *Oeuvres*, Paris-Moscou, tome 25, 1970, pp. 447-448.
29. Cf. Lênin, *ib.*, pp.448-449.
30. "Ensinamentos da Comuna", in *Proletari* nº 25, 12 de março de 1908; cf. *Obras*, 13, p. 500.
31. Lênin, *ib.*, p. 500.
32. Lênin "Três planos de relatório sobre a Comuna de Paris" *Oeuvres*, tome 41, p. 105, 108 e 110).
33. *Ib.*, p. 110.
34. Lênin, op. cit., p. 499-500.
35. Lênin, *ib.*, p. 500. Não pretendemos aqui sequer esboçar uma visão de conjunto de Lênin sobre a Comuna de Paris, presente do início ao fim de sua obra e ação revolucionária (remonta, com efeito, a 1894 seu primeiro escrito e a 1920 sua última referência registrada sobre o tema). Comentamos apenas passagens que concernem diretamente aos argumentos que desenvolvemos.
36. J. Dubois, *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*, Paris: Larousse, 1962, p. 109.
37. Cf. *La Commune de 1871*, *ib.*, p. 230-A. (O texto dos capítulos deste livro são apresentados em duas colunas. Seguimos o costume de chamar de A a coluna da esquerda e de B a da direita).
38. *Ib.*, p. 236-A.
39. *Ib.*, p. 122-A.
40. "Teria bastado uma boa cacetada para tomar tudo". Sempronius, *Histoire de la Commune de Paris*, Paris, 1871, p. 96. Cf. *ib.*, p. 122-A, nota 7.
41. *Ib.*, p. 122-A.
42. Sobre Lullier, cf. *ib.*, p. 122-A, nota 8.
43. Recolhemos os dados sobre Duval e os que seguem sobre Dombrowski nas notas biográficas em apêndice a *La Commune de 1871*, *ib.*, pp.428-429.
44. Em francês, *Ponts et Chaussées*.
45. Cf. *ib.*, p. 253-B. O texto entre aspas no interior do trecho citado remete a Lissagaray, *ib.* p. 315. E acrescenta em nota (p. 253-B, nota 4): "Ducatel recebeu a Légion d'Honneur, que nunca foi tão mal intitulada. Desfilou, no dia 29 de junho, à frente de uma divisão. Em agosto, *Le Figaro*, que já tinha suas tradições, abriu em seu favor uma lista de contribuições que lhe rendeu 100 mil francos."
46. Cf. *ib.*, p. 255-A e a nota 2.
47. O polonês Jaroslaw Dombrowski, oficial de carreira do exército imperial russo, preso em Varsóvia em 1862 por participar de um projeto de insurreição, deportado para a Sibéria, de onde fugiu para a França, foi reconhecidamente o melhor chefe militar da Comuna.



Um viva aos 140 anos da Comuna de Paris

ERSON MARTINS DE OLIVEIRA

Em 18 de março de 1871, os operários e a pequena-burguesia parisiense se levantaram em armas contra a capitulação do governo Thiers diante do exército prussiano de Bismark. Oito dias depois, a Comuna era eleita e, em seguida, em 26 de março, proclamada. No mês de abril, Thiers, que havia transferido o governo para Versalhes, reorganizou o exército e passou à ofensiva militar contra Paris. No início de maio, a reação burguesa apertou o cerco à Comuna, que resistiu. No dia 21 desse mês, as forças da contrarrevolução penetraram em Paris. A guerra civil atingiu o seu ponto mais alto, evidenciando a

superioridade militar de Versalhes e a heroica resistência dos *communards*. Em 28 de maio, a Comuna era finalmente destruída.

Por 72 dias, Paris esteve sob o governo da classe operária e da pequena-burguesia. A semana que encerrou a primeira experiência do poder operário ficou marcada pela grandiosidade como os revolucionários defenderam com a vida a conquista de 18 de março; e pela bestial violência com que a burguesia contrarrevolucionária reconquistou Paris. Foram 30 mil mortos, entre eles um número elevado de mulheres, velhos e crianças. “Paris se transformou em um imen-

so matadouro”: eis a imagem precisa da Semana de Maio de 1871.

A burguesia francesa e os monárquicos que a acompanhavam desde a revolução de 1789 sufocaram em sangue a Comuna de Paris, mas não eliminaram as suas experiências que deram à história a primeira revolução proletária. Nada que a burguesia francesa e nada que a burguesia internacional tenha feito posteriormente à queda sangrenta da Comuna pode ou poderá apagá-la, descorá-la ou embaralhá-la. A bandeira vermelha que tremulou nos punhos do proletariado parisiense e o sangue abundante de seus defensores vivificaram e vivificam a Comuna de Paris.

O ódio de classe da burguesia aos communards se materializou na guerra civil, no interior da qual toda sorte de vilania, calúnia, difamação e mentira foi usada...

O ódio de Thiers aos operários, que ordenou aos comandantes do seu exército que matassem mesmo os vencidos, os rendidos e os feridos que se achavam nos leitos, expressou um ódio de classe. Os operários foram longe demais tomando o poder pelas armas, expulsando o governo burguês, modificando a estrutura de Estado, a ponto de dissolver o exército permanente e a polícia, armando a população, estabelecendo a democracia direta, utilizando o voto universal, convocando os operários a tomarem em suas mãos as fábricas desativadas, extirpando o carreirismo político, retirando o poder de dominação da Igreja e trabalhando para os explorados vencerem o analfabetismo e a ignorância, impostos pela sociedade de classe. Os operários foram longe demais demonstrando que os pobres e oprimidos podem se encarregar do Estado, pôr em funcionamento a sociedade e iniciar uma nova etapa histórica distinta de todas as anteriores em que se constituíram as relações de exploração

do homem pelo homem, de dominação de uma nação sobre outra e opressão de um povo sobre outro.

O ódio de classe da burguesia aos *communards* se materializou na guerra civil, no interior da qual toda sorte de vilania, calúnia, difamação e mentira foi usada por Thiers contra a Comuna, para conquistar o apoio do restante da França, particularmente dos camponeses. Sob a República que os explorados impuseram em 4 de setembro de 1870, depois da derrota de Napoleão III em Sedan, instalou-se um poder incapaz de organizar a resistência dos franceses ao avanço das tropas prussianas sobre Paris, à anexação de Alsácia-Lorena, ao saque do Tesouro Nacional e um poder de violência contra a população faminta.

Esse é o retrato da força que penetrou os muros de Paris com auxílio de Bismarck. Uma força que expôs a face fria da ditadura de classe da burguesia. O *Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871*, redigido por Marx, responde à declaração do vencedor Thiers de que afinal houve “o triunfo da ordem, da justiça e da civilização”, com as seguintes palavras:

A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o sinistro esplendor onde quer que os escravos e os párias dessa ordem ousem rebelar-se contra os seus senhores. Em tais momentos, essa civilização e essa justiça mostram o que são: selvageria sem máscara e vingança sem lei. Cada nova crise que se produz na luta de classes entre os produtores e os apropriadores faz ressaltar esse fato com maior clareza. Mesmo as atrocidades cometidas pela burguesia em junho de 1848 empalidecem diante da infâmia indescritível de 1871. O heroísmo abnegado com que a população – homens, mulheres e crianças – lutou durante oito dias desde a entrada dos versalheses na cidade reflete a grandeza de sua causa, do mesmo modo que as façanhas infernais da soldadesca refletem o espírito inato dessa civilização da qual é ela o braço vingador e mercenário. Gloriosa civilização essa, cujo grande problema consiste em saber como desprender-se dos montões de cadáveres feitos por ela, depois de cessada a batalha! (p. 95)

Eis o rosto da ditadura de classe dos capitalistas com a qual a República burguesa venceu a primeira revolução proletária e deixou para trás a Monarquia.

A Comuna de Paris e o massacre dos *communards* concluíram o largo processo histórico de constituição da burguesia como classe dominante. Vinte e três anos antes, o proletariado francês bem menos desenvolvido teve um embate com a burguesia e evidenciou o futuro da República e a nova luta de clas-

ses. Marx sintetizou em *As lutas de classes na França (1848-1849)*:

Em junho de 1848, a república burguesa em formação inscrevera a sua data de nascimento no livro da História com uma batalha inenarrável contra o proletariado; em junho de 1849, a república burguesa constituída o fez mediante uma comédia inqualificável representada pela pequena burguesia. (p. 158)

O proletariado concentrado em Paris havia alcançado um grau de desenvolvimento com a industrialização, que, sob a circunstância da guerra e da fome, lhe permitiu tomar o poder, mas não o suficiente para conservá-lo. Sem as condições econômicas e sociais, a Comuna não poderia derrotar a ditadura de classe da burguesia. Marx tinha plena compreensão da imaturidade do proletariado para impor seu poder. Aconselhou os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores a não se colocarem pela derrubada do governo provisório nascido da revolta de 4 de setembro de 1870, por considerar que as condições não permitiam a vitória.

As experiências de 1848-1850 haviam trazido importantes lições, entre elas a necessidade de o proletariado se organizar sob o programa comunista. Por mais combativa que fosse a organização dirigida por L. Blanqui, não poderia conduzir a bom termo a revolução, tanto por sua concepção conspirativa da luta pelo poder. Engels tinha os blanquistas como socialistas só por instinto e proletário. A maioria dos componentes franceses da Associação Internacional dos Trabalhadores, por sua vez, era adepta do socialismo pequeno-burguês de Proudhon. A militância orientada pelo socialismo científico que Marx e Engels desenvolviam era minoritária. Por mais capaz e abnegada que fosse, não estava na posição de dirigente da revolução.

Muitos, portanto, foram as fraquezas e erros da direção proletária, que foram observados por Marx e assimilados como experiência histórica. Nenhum dos grandes marxistas posteriores à Comuna de Paris deixou de aprender com suas lições e colocá-las em prática construindo o partido do proletariado.

Lênin, no quadragésimo aniversário da Comuna, mostra que passam os anos e a classe operária continua

a honrar a memória dos militantes da revolução de 18 de março de 1871. Conclui: “A causa da Comuna é a causa da revolução social, a causa da total emancipação política e econômica dos trabalhadores, é a causa do proletariado mundial. E, nesse sentido, ela é imortal!”

A Comuna não tinha como se impor sem que o proletariado constituísse uma ditadura revolucionária, resultante da destruição da ditadura de classe da burguesia. A democracia proletária despontou no seio da Comuna. Mas não havia condições para transformar a conquista do poder em Paris, como previa Marx, em um governo operário assentado nas massas que exercesse sua ditadura de classe contra a burguesia e que desenvolvesse a democracia comunal.

Trotsky dedicou amplo estudo sobre os acontecimentos de 1870/1871. Procurou assimilar o máximo das experiências da primeira revolução proletária. Entre elas que o programa e o partido são decisivos na luta pelo socialismo. A Comuna não tinha como se impor sem que o proletariado constituísse uma ditadura revolucionária, resultante da destruição da ditadura de classe da burguesia. A democracia proletária despontou no seio da Comuna. Mas não havia condições para

transformar a conquista do poder em Paris, como previa Marx, em um governo operário assentado nas massas que exercesse sua ditadura de classe contra a burguesia e que desenvolvesse a democracia comunal.

As lições da Comuna e as avaliações de Marx foram e são cruciais para a construção do partido-programa. A luta dos operários parisienses confirmou os fundamentos do socialismo científico e expôs o valor do Manifesto do Partido Comunista, de 1847. Trotsky resume a importância da Comuna de Paris para o desenvolvimento do socialismo:

Para os proletários educados na doutrina marxista, o socialismo deixou de ser algo que pudesse se realizar imediatamente e em todas as circunstâncias. Mesmo no caso de se apossarem do poder político, somente deviam implantar aquela parte do socialismo que se tornasse possível nas circunstâncias. Segundo essa concepção, a implantação do socialismo não poderia ser um golpe de mão, mas sim o resultado de um longo processo histórico. Ao mesmo tempo, advertia-se aos socialistas que em cada situação somente assumissem aquelas tarefas que fossem realizáveis, dadas as forças em luta e as condições materiais de existência. E procedendo adequadamente se evitasse assim que os socialistas fracasassem em sua empreitada ou que caíssem em situações desesperadoras que lhes obrigassem a exercer um terrorismo sangrento, contrário ao espírito proletário e ao socialismo.

A Comuna permitiu a Marx e Engels alicerçarem o materialismo histórico como parte da ciência e do programa do proletariado. A rica experiência e as extraordinárias lições dos operários que se levantaram em defesa da República social e que tornaram a Comuna a mais avançada luta pela emancipação dos trabalhadores da escravidão capitalista serviram ao proletariado e aos marxistas russos na guerra civil e na insurreição de 1917 para desta vez alcançar a vitória completa contra a burguesia.

Marx e Engels foram atacados por defenderem a ditadura do proletariado. Não ocultaram que a luta de classes sangrenta na revolução de 1848 e na Comuna de Paris contribuiu decisivamente para formular esse fundamento histórico, sem o qual a classe operária não vencerá a contrarrevolução burguesa. No vigésimo ani-

versário da Comuna, Engels escreveu um prefácio para a reedição do manifesto do Conselho Geral da Internacional sobre a guerra civil na França, e assinala um dos mais incisivos ensinamentos:

Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na república democrática como sob a monarquia; e, no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe. Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se completamente desse velho traste do Estado. Ultimamente, as palavras “ditadura do proletariado” voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado! (p. 51)

A gloriosa Comuna de Paris faz 140 anos. Um lapso de tempo diante do longo percurso histórico da luta de classes. Mas o suficiente para comprovar que a burguesia se tornou uma classe bárbara e o proletariado se constituiu em força motriz do progresso histórico, cujo objetivo final se concentra na tarefa de demolir a velha sociedade de classes e edificar a sociedade comunista.

A melhor maneira de aprender com a Comuna é construir o partido marxista-leninista-trotskista. As lições dos operários parisienses são caras aos revolucionários que vivem e atuam de acordo com as leis da história. O Partido Operário Revolucionário empunha a mesma bandeira vermelha que tremulou na Comuna e que foi defendida com sangue pelos operários em 1871.

Viva a Comuna de Paris!

Honramos a memória dos *communards* que tombaram sob a ditadura de classe da burguesia, não afrouxando os punhos que ergueram a bandeira vermelha da Comuna de Paris!

Erson Martins de Oliveira é professor aposentado da PUC-SP.

Referências Bibliográficas

Marx, K. Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871. In: *Karl Marx, Friedrich Engels: obras escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

_____. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: *Karl Marx, Friedrich Engels: obras escolhidas*. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

Engels, F. Introdução do livro A guerra civil na França –. In: *Karl Marx, Friedrich Engels: obras escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.



A Comuna de Paris: uma fulguração na história

CAIO N. DE TOLEDO

O NASCIMENTO DA COMUNA: A INSURREIÇÃO POPULAR

A primeira revolução operária da história mundial teve apenas setenta e dois dias de duração (18 de março a 28 de maio de 1871). Na linha de continuidade das tentativas revolucionárias de 1830 e 1848 na França, a Comuna de Paris foi, de início, uma revolta popular espontânea contra medidas sociais antipopulares, a invasão do exército prussiano, o cerceamento das liberdades políticas e a dura repressão militar impostas pelo Governo de Defesa Nacional

(republicano) instituído em 4 de setembro de 1870, após a queda do segundo império de Luís Napoleão III (1852-1870).

Embora precariamente armado e sofrendo epidemias, doenças e intensa fome, os trabalhadores de Paris, juntamente com a Guarda Nacional, defenderam a França contra a invasão do exército de Bismarck e, ao mesmo tempo, combateram a política de “traição nacional” comandada pelo filomonarquista Adolphe Thiers (chefe do Executivo) e pelas decisões da Assembleia Nacional (composta majoritariamente de conservadores e monarquistas). A tomada do governo de Pa-

ris (Hôtel-de-Ville) pelos trabalhadores e soldados da Guarda Nacional – precedida, na madrugada de 18 de março de 1871, por uma heroica insurreição popular nas ruas de Paris contra as tropas leais a Versalhes – marcou o ato inaugural da Comuna de Paris. Dez dias depois, a Comuna seria oficialmente proclamada, com a eleição do Conselho da Comuna.

UMA EXPERIÊNCIA POLÍTICA SEM PRECEDENTES

A Comuna de Paris de 1871 continuará sendo objeto de reflexões e inspiração não apenas pelo significado de suas efetivas realizações como também pelas generosas expectativas sociais e os ideais políticos que, desde então, suscitou no imaginário social e político socialista em todo o mundo. No curto período de 72 dias, a destemida atuação política dos *comunnards* de Paris não teve precedentes na história mundial; no “calor da hora”, Marx escreveu que, pela ousadia e determinação de suas ações e objetivos, os insurretos de Paris lançaram-se a um autêntico “assalto ao céu”. Ou, como proclamavam esses homens e mulheres, ali “estavam pela humanidade”.

Pela primeira vez na história social e política, trabalhadores e setores populares – para escândalo, indignação e ódio das classes dominantes de todo o mundo –, se propuseram a lançar as bases e os princípios de uma sociedade mais justa, igualitária e radicalmente democrática; ou seja, os valores, os ideais e as interpelações das lutas dos trabalhadores de todos os tempos: a democracia política radical, a fraternidade, a solidariedade, a igualdade sexual, o internacionalismo. Embora muito breve, o experimento democrático da Comuna de Paris enseja inúmeros ensinamentos e se constitui ainda em um marco político-ideológico relevante para a reflexão e prática de todos os socialistas.

A primeira proclamação da Comuna é decisiva para a definição e qualificação de um governo realmente democrático: para os *comunnards*, os membros da Assembleia Municipal deveriam estar sob permanente vigilância e controle dos eleitores e da população em geral. Nesse sentido, os eleitos para a Comuna poderiam ter seus cargos revogáveis e deveriam ser obrigados

a prestar contas de seus atos. A afirmação da soberania popular se filiava, pois, à Constituição de 1793, que havia proclamado o “direito à insurreição” como o “mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres” dos cidadãos. Por sua vez, a condenação da delegação do poder e o questionamento da autonomia da burocracia pública seguiam na mesma direção. Como ideal de funcionamento da administração pública, os funcionários também deveriam ser controlados pelos seus atos e responsabilidades.

O Exército permanente foi suprimido e uma Guarda Nacional passava a substituí-lo como um autêntico “povo em armas”; segundo um decreto da Comuna, “todos os cidadãos válidos faziam parte da Guarda Nacional”. A Guarda Nacional passava então a eleger seus próprios oficiais e suboficiais. Por sua vez, as novas forças policiais, de natureza republicana, eram, de forma inédita na história social, concebidas como agentes *pedagógicos*; deveriam, gradativamente, perder

Pela primeira vez na história social e política, trabalhadores e setores populares... se propuseram a lançar as bases e os princípios de uma sociedade mais justa, igualitária e radicalmente democrática...

o papel *repressivo* que, nas sociedades de classe, têm contra os trabalhadores e a população pobre da cidade.

Uma constante pressão sobre os dirigentes da Comuna passava a ser legitimada: estava garantido que os sindicatos, as organizações de bairros, os distintos clubes criados, as comissões de mulheres, as seções da Internacional pressionassem diuturnamente os dirigentes da Comuna. Um episódio concreto ilustra bem o caráter dessa *tentativa* de uma autêntica democracia popular. Os trabalhadores das padarias – que se dirigiram ao Conselho Geral da Comuna a fim de agradecer

a abolição do trabalho noturno – foram severamente repreendidos por um jornal: “O povo nada tem a agradecer a seus mandatários por eles terem cumprido suas obrigações legais; os delegados do povo não prestam favores, cumprem deveres” (*O proletário*, 1871).

De forma sintética, tratava-se, pois, de construir uma democracia no sentido forte do termo; uma “democracia direta” na qual a *cidadania* deveria ser exercida de forma plena, intensa e ativa. Seus efetivos limites, contudo, foram a sua reduzida extensão geográfica (restrita ao plano de uma cidade) e sua extensão no tempo. Durante 72 dias a cidade de Paris talvez tenha conhecido o mais vigoroso *experimento democrático* que até hoje foi concebido na história social e política moderna.

AS CONQUISTAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

As inovações da Comuna foram além do plano político; elas se concretizaram no plano social e econômico, na medida em que alcançaram a propriedade das empresas. Sob a influência dos sindicatos dos trabalhadores e dos comitês da “União das mulheres”, foram criadas oficinas cooperativas e elaboradas propostas de autogestão das empresas. Por meio de um decreto, os trabalhadores associados foram designados para gerir as empresas abandonadas pelos patrões que fugiram de Paris; instituiu-se o salário mínimo, proibiu-se o trabalho dos menores e a cobrança das dívidas de aluguéis foi protelada. Os móveis, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho, antes penhorados, foram restituídos aos trabalhadores e à baixa pequena-burguesia. Esboçava-se, pois, uma viragem da democracia burguesa para uma democracia de caráter popular e operária.

Outra inovação foi a luta das mulheres. Negando o secular e arraigado machismo, as mulheres tiveram um protagonismo na Comuna: na criação de cooperativas de trabalhadoras e de associações femininas atuantes na reforma do ensino, no trabalho pedagógico e das creches, nos serviços de saúde, na publicação dos jornais e panfletos informativos. Muitas delas foram além dos limites tradicionalmente impostos ao chamado “sexo frágil”, pois, com armas nas mãos e atrás das barricadas, defenderam destemidamente a Comuna.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, de forma pioneira, este movimento feminista compreendeu que a luta pela emancipação das mulheres não podia ser dissociada das reivindicações essenciais defendidas pelas demais categorias oprimidas e classes sociais secularmente exploradas.

A Comuna também inovou ao romper com os odiosos preconceitos chauvinistas na medida em que permitiu que muitos estrangeiros desempenhassem relevantes papéis políticos e militares. Outra experiência decisiva ocorreu no campo da educação. O ensino público, gratuito e laico foi instituído; os ideais republicanos passaram a ser praticados no cotidiano da vida das cidadãs e dos cidadãos. As liberdades políticas e civis – tornadas uma concreta realidade para o conjunto da população de Paris – revelaram que não era impossível a emergência de um “governo do povo pelo povo”. Com exceção da historiografia conservadora, poucos intérpretes questionam o fato de que, até o presente, poucos Estados modernos conseguiram se aproximar da proposta de democracia popular esboçada pela Comuna de Paris de 1871.

Uma “Declaração de Princípios” de vinte distritos de Paris talvez sintetizasse o ideário da Comuna de Paris:

Não haverá mais opressores e oprimidos, fim da distinção de classes entre os cidadãos, fim das barreiras entre os povos. A família é a primeira forma de associação e todas as famílias se unirão em uma maior, a pátria (...) e esta numa personalidade coletiva superior, a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante 72 dias tais ideais e expectativas foram intensamente vividos por significativa parcela da população de Paris, particularmente pelos trabalhadores. Por sua vez, os operários e os setores populares de todo o continente europeu tinham seus corações e mentes voltados para Paris, para a Comuna dos trabalhadores. Na esplêndida cidade francesa, parecia emergir uma sociedade radicalmente transformada; nela, os valores e os ideais socialistas, pela primeira vez na história mundial, pareciam se concretizar. A rigor, é quase consensual

que a Comuna – embora fosse uma “revolução operária” – não foi a primeira revolução socialista. No entanto, como ponderou o historiador E. Labrousse:

a Comuna (...) numa grande medida foi um poder operário. A Comuna não trouxe o socialismo, não lançou esta proclamação solene que a história poderia ter acolhido. Mas, se não trazia o socialismo, o carregava em si mesma. Carregava-o por natureza: pelos homens que a compunham, pelas questões que levantou (...) Não foi mais do que uma fulguração na história (In: “Debate sobre a Comuna”, Revista *Crítica Marxista*, v. 13, 2001).

A fim de derrotar a experiência social e política representada pela Comuna de Paris – que demonstrava a possibilidade histórica da emancipação política e econômica dos trabalhadores na ordem capitalista –, as classes dominantes da França, fortemente apoiadas pelo exército invasor prussiano de Bismarck, empregaram a mais brutal violência física na destruição da experiência comunarda. Os números são eloquentes: quatro mil homens, mulheres e crianças, durante a “semana sangrenta” (23 a 28 de maio), foram mortos nas ruas, atrás das barricadas e nos abrigos em que se recolheram os combatentes. Nos dias seguintes, mais de 20 mil foram sumariamente executados. Dez mil conseguiram fugir para o exílio; quatro mil foram deportados para a Argélia, então colônia francesa na África. Entre os 38 mil presos julgados, em janeiro de 1875, 1.054 eram mulheres e 615 eram crianças com menos de 16 anos. Apenas 1.090 (do total de 38 mil) foram liberados depois de interrogatórios.

Durante a repressão sangrenta, um editorial de um jornal novaiorquino (EUA), de forma irretocável, sintetizou o ódio e a determinação política das classes dominantes de todo o mundo em relação à experiência da Comuna de Paris: impõe-se que Versalhes

transforme Paris num monte de ruínas, que as ruas se transformem em rios de sangue, que toda a sua população pereça; que o governo mantenha sua autoridade e demonstre seu poder, que Versalhes esmague totalmente – seja qual for o custo – qualquer sinal de oposição a fim de dar a

Paris e a toda a França uma lição que possa ser lembrada e aproveitada pelos séculos que virão [*New York Herald Tribune*. In: Peter Watkins, *La Commune* (Paris, 1871)].

No entanto, a “lição” que os ideólogos das classes dominantes desejavam impor aos trabalhadores não seria “aproveitada pelos séculos” que viriam. A “lição” que, em décadas seguintes, os proletários e seus aliados tiraram da Comuna foi outra. Em outubro de 1917, uma revolução proletária não deixava de se referir à experiência histórica da Comuna de Paris. Um de seus notáveis dirigentes, Lênin, assim interpretou a experiência comunarda:

a memória dos combatentes da Comuna é exaltada não só pelos operários franceses como também pelo proletariado de todo o mundo, pois a Comuna não lutou apenas por um objetivo local ou nacional estreito, mas pela emancipação de toda a humanidade trabalhadora, de todos os humilhados e ofendidos.

Os generosos ideais e objetivos da Comuna de Paris não chegaram a se concretizar historicamente. Condições extremamente adversas e “equivocos” cometidos pelos dirigentes da Comuna talvez expliquem as causas da derrota. Não é o caso de enumerá-los e de discuti-los neste breve texto. Sem mitificar o evento ou comemorá-lo sob a dimensão de uma confortadora nostalgia, é de se reconhecer, contudo, que a luta “em defesa da humanidade” segue seu curso na história social.

Nas palavras do autor de *Os miseráveis*, “O cadáver está enterrado, mas a ideia está em pé” (“*Le cadavre est à terre, mais l'idée est debout*”). Os valores, os ideais e os objetivos da *Comuna* continuarão em pé e vivos enquanto prevalecerem as estruturas iníquas e opressivas da ordem capitalista. A fulguração histórica representada pela Comuna de Paris de 1871 será, pois, um permanente motivo de reflexão, referência e inspiração para todos os que acreditam que a sociedade burguesa e o Estado capitalista não se constituem em padrões de civilidade e modelo histórico e social. PV

Caio N. de Toledo é pesquisador junto ao CNPq e fundador do Cemarc, IFCH, Unicamp.



Barricada da praça Vendôme - 1871 (Bibliothèque Historique de la Ville de Paris).

A Comuna de Paris e a Ditadura do Proletariado¹

JOSÉ PAULO NETTO

Não é possível dar conta, numa intervenção tão limitada como esta, da riqueza da experiência da Comuna de Paris e de suas consequências. Nesta oportunidade, tomando por referência a Comuna, tratarei apenas de um dos temas mais polêmicos do século XX: *a ditadura do proletariado*.

DITADURA SEGUNDO MARX

A palavra *ditadura*, no seu uso corriqueiro, guarda uma conotação miserável e odiosa, que causa aversão a todos nós. Mas não é com esta acepção que Marx a emprega. Para ele, ditadura era o domínio de uma classe no controle do Estado. Não mais que isto. Decisivo, pois, era o seu *caráter de classe* – ditadura, para Marx, não se definia simplesmente por excepcionalidade ou arbítrio

nem por uma relação jurídica formal (por exemplo, o “Estado de Direito”).

Se vivesse hoje no Brasil, Marx diria que vivemos sob uma ditadura burguesa, assim como o regime político imposto ao nosso país entre 1964 e 1984 foi uma outra forma da ditadura burguesa. Variam as formas da ditadura burguesa; elas não são iguais, há diferenças políticas substantivas entre elas que não podem ser subestimadas – mas o caráter de classe é o mesmo.

Assim, ao referir-se à ditadura burguesa, Marx fazia referência ao *caráter de classe burguês* do Estado. Ao referir-se à ditadura do proletariado, ele fazia referência a um tipo de Estado novo, que tinha no seu controle a massa dos trabalhadores.

A Comuna de Paris propiciou ao Marx já autor de *O capital* uma nova tematização da *ditadura*

do proletariado. Sabemos que a Comuna foi um evento de magnitude histórico-universal – não foi um acontecimento qualquer: marcou a história da humanidade, especialmente a história do último século. No entanto, a experiência da Comuna durou apenas 72 dias. Seu desenvolvimento e repercussão, bem como os textos de Marx e de Engels sobre esse episódio fundamental, não são compreensíveis se não se levar em conta a conjuntura interna da Alemanha, unificada sob Bismark, e a conjuntura interna da França, sob a direção do regime apodrecido de Napoleão III, assim como os impactos da guerra franco-prussiana.

MARX E A “DITADURA DO PROLETARIADO”

A ideia da *ditadura do proletariado* não é de Marx, nem de Engels. Todos os especialistas atribuem seu conteúdo original a um velho líder francês, Auguste Blanqui, que participou das conspirações dos anos 1830, revolucionário herdeiro da experiência das sociedades conspirativas que começaram a surgir na França no final do século XVIII – a mais importante delas foi a que promoveu a chamada “Conjuração dos Iguais” (1797), de Gracchus Babeuf.

É curioso observar que a expressão não comparece no *Manifesto do Partido Comunista*. No texto de Marx e Engels, redigido entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848, por encargo da Liga dos Comunistas, ela está ausente.

O que diz o *Manifesto* sobre o objetivo dos comunistas? Diz textualmente o seguinte:

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada do domínio da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado.²

E mais:

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de propriedade tradicionais. [...] O primeiro passo na revolução operária é a passagem do proletariado a classe dominante, a *conquista da democracia pela luta* (*Id.*, p. 29, itálicos nossos).

Neste trecho, fica muito claro que o regime do

domínio político proletário está longe de reduzir-se à excepcionalidade. E, com efeito, prescreve-se a tal regime, no mesmo *Manifesto*:

O proletariado utilizará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas.

Naturalmente que isto, a princípio, só pode ser realizado mediante intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas, através de medidas que economicamente parecem insuficientes e insustentáveis, mas que, no decurso do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis como meios para revolucionar todo o modo de produção (*Id.*, p. 30).

A ideia da *ditadura do proletariado*, utilizada posteriormente (1850) por Marx em *As lutas de classes na França (1848-1850)*, em que faz um balanço do processo da revolução de 1848, tem o mesmo sentido da citação acima. A *ditadura do proletariado* é tanto um regime quanto uma forma de governo. Nesse texto, a expressão utilizada não é *ditadura do proletariado*, mas “ditadura de classe do proletariado”. Marx entende que se trata de um momento intermédio e necessário para a abolição das classes sociais.

Marx volta a falar de ditadura do proletariado em um carta a Weydemeyer, de 5 de março de 1852. Nela, afirma não ter descoberto as lutas de classes, nem ser o criador dessa categoria teórica. A ele coube, assinala então, apenas universalizar a ideia das lutas de classes e considerar que a luta de classes levaria necessariamente à *ditadura do proletariado*.

De fato, Marx ressignificou a expressão utilizada por Blanqui, uma vez que, para este, o pressuposto revolucionário era uma ação política clandestina, pressuposto próprio da tradição conspiratória, conduzida por uma minoria organizada. Ora, Marx e Engels só se dispuseram a aderir a uma organização proletária quando se suprimiu a perspectiva conspiratória e clandestinista – esta foi a condição da sua adesão à Liga dos Justos, transformada em Liga dos Comunistas.

Depois da transição dos anos 1840-1850, Marx vai tematizar a *ditadura do proletariado* em dois mo-

mentos. O primeiro, e mais importante, é aquele em que reflete sobre a Comuna de Paris – conforme se registra nos textos que redige em nome do Conselho Geral da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (a *Primeira Internacional*), em defesa dos *comunards*, em defesa da Comuna. É o momento em que Marx se ocupa da maneira mais cuidadosa com a questão da *ditadura do proletariado*. Não é por acaso, aliás, que ao reeditar esse texto, em 1891 – oito anos depois da morte de Marx –, Engels afirma que para saber o que significa *ditadura do proletariado* bastaria olhar a Comuna de Paris.

Posteriormente, na sua crítica ao Programa de Gotha, em 1875, Marx voltará a tematizar o período de transição entre a derrocada da ordem burguesa e a constituição de uma sociedade sem classes, no qual haverá um Estado distinto do Estado burguês e que tem como seu pressuposto o desenvolvimento das condições da sua própria extinção. Marx chamará esse período de primeira fase do comunismo e uma de suas características é precisamente o Estado que concretiza a *ditadura do proletariado*.

O SENTIDO MARXIANO DA DITADURA DO PROLETARIADO

Creio que é possível, mesmo considerando que Marx nunca desenvolveu extensivamente a sua caracterização da *ditadura do proletariado*, avançar os elementos essenciais que, para Marx, aparecem como os seus constituintes.

O exame dos materiais de Marx em defesa da Comuna mostra como nítidas quatro características da Comuna – que Marx não elabora como modelagem intelectual, mas como resultantes da análise fática que ele faz da experiência da Comuna. Ele, em um movimento teórico no calor da hora, abstrai os traços que lhe parecem transcender os limites dessa experiência que não durou mais de 72 dias – traços a que Marx atribui validade universal. Ao tomar esses traços, estaremos certamente tomando o fundamental da concepção de Marx da *ditadura do proletariado*.

Antecipo, antes de sinalizar aqueles traços, que todos eles, se conectados às formulações políticas anteriores de Marx, demonstram que, para ele, a *ditadura do proletariado* configura realmente a conquista da demo-

cracia pela luta. Para Marx, a *ditadura do proletariado* é, antes de tudo, não apenas democrática, é *radicalmente* democrática. E, ainda para Marx, ela possui um duplo sentido: é tanto um *regime político de caráter claramente transicional* e também *uma forma de governo*.

Observemos os traços realçados por Marx. O primeiro deles: a Comuna é antes de tudo o que Marx textualmente chamava de “o povo em armas”. O que significa isso? A dissolução do exército profissional; significa o exército popular, os trabalhadores armados. Marx entende que aí estão os meios materiais do poder. A *ditadura do proletariado* consiste, pois, em *transferir para os trabalhadores os meios materiais do poder*.

O segundo traço remete à forma de governo. A Comuna não é uma instância parlamentar. É fusão de poder legislativo e poder executivo, que operam articulada e sincronicamente. Do ponto de vista teórico, parece muito clara a remissão à assembleia civil de Rousseau. No entanto, Marx não está se remetendo, no seu exame, a pressupostos teóricos – ele está trabalhando sobre a experiência imediata.

Terceiro traço: liquidação da máquina repressiva do Estado. Ela não se resume à desmontagem do exército profissional. É algo muito mais amplo e inclusivo. Trata-se de *quebrar a máquina do Estado burguês*, seja nos seus componentes claramente coercitivos (por exemplo, a polícia, o sistema judicial), seja nos seus elementos mediadores (expressos em boa parte na sua estrutura burocrática).

O mais importante é o quarto traço (que Marx também não desenvolveu): *a Comuna é também uma forma de organização da produção nacional*. Marx atribui à Comuna, à base da experiência parisiense, a tarefa de *centralizar e planificar a produção*.

Da análise dos materiais de Marx sobre a Comuna, independentemente do objeto que neles se privilegie, resulta claramente que a questão do Estado se põe como questão inarredável para qualquer projeto revolucionário. Como legado desses materiais, a tradição política das várias vertentes do marxismo do século XX não questionou a importância do (novo) Estado como instrumento no processo revolucionário (aspecto que, desde o século XIX, foi um ponto de ruptura entre a tradição marxista e os revolucionários anarquistas).

POLÊMICAS NO SÉCULO XX

Há ainda outro elemento que salta à vista: nesses materiais, Marx não se detém sobre a questão do *partido político*, que também não é objeto de tematização na *Crítica ao Programa de Gotha* – no momento em que se estava constituindo aquele que iria servir de modelo para os partidos políticos operários do século XIX, com forte incidência no século XX: o Partido Social-Democrata Alemão.

Ora, até então, a tradição marxista trabalhava com a concepção de partido formulada por Marx e Engels no *Manifesto*: os comunistas não constituem um partido à parte, são a fração mais avançada, mais consequente, mais radical dos partidos operários e aquela que, nos confrontos nacionais e parciais, leva sempre em conta, respectivamente, os interesses dos trabalhadores independentemente da nacionalidade e na sua totalidade.

Essa concepção foi transformada no século XX, transformação que pode ser bem ilustrada mediante uma analogia inspirada em Gramsci (quando, nos *Cadernos do cárcere*, ele traça um paralelo entre os papéis de S. Paulo e Lenin). O cristianismo, sem Paulo, não seria mais que uma concepção de mundo; é Paulo que lhe dá uma estrutura que lhe propicia tornar-se ação organizada, com a qual, a partir do século três, o cristianismo triunfa. O marxismo também teve o seu Paulo: Lenin. Até Lenin, o marxismo era uma grande referência para a luta social. Lenin, em *O que Fazer?*, cria uma teoria do partido, uma teoria da organização partidária, que confere ao marxismo uma prática política eficaz. Esta não é a oportunidade para ponderarmos se a teoria lenineana do partido é ou não legitimamente derivada de Marx. Há polêmica em relação a isso.

Mas não há dúvida nenhuma de que Lenin cria o modelo de organização partidária que vai propiciar a materialização da primeira revolução socialista. É no marco do desenvolvimento desta revolução que se processa o fenômeno que transformará a concepção da *ditadura do proletariado* na categoria política mais polêmica da tradi-

ção marxista – o fenômeno da fusão entre aparelho do partido e aparelho de Estado.

Tanto a concepção de Estado quanto a concepção de organização de partido político de Lenin estão intimamente ligadas à ideia de *ditadura do proletariado*. Isso pode ser comprovado no livro redigido por ele no próprio ano da Revolução Russa e que não foi concluído, *O Estado e a revolução*; e também na sua discussão com Kautsky, *A revolução proletária e o renegado Kautsky* (1918). É a partir da Revolução Russa e seus desdobramentos, das várias fraturas políticas no campo do marxismo, que a categoria *ditadura do proletariado* passou a constituir um forte elemento de polêmica.

De qualquer maneira, sem poder mais que sinalizar esta polêmica ainda contemporânea, parece-me ser inteiramente legítimo afirmar que, em Marx, a *ditadura do proletariado* não significava despotismo ilimitado. Como assinalei, Marx utilizava a ideia para caracterizar o conteúdo político *de classe* do Estado. Para ele, *ditadura do proletariado* era expansão universalizada da democracia, o que podemos chamar de *democracia socialista*, incompatível com a ordem burguesa, com a ditadura da burguesia.

Quis a história, que é uma matrona extremamente ardilosa, que as prospecções políticas de Marx não se realizassem, tal como ele as concebia, no dramático século XX. E no que toca àquelas quatro funções que Marx atribuiu à ditadura do proletariado, é preciso pesquisar quais são as atuais e quais são as que a história superou.

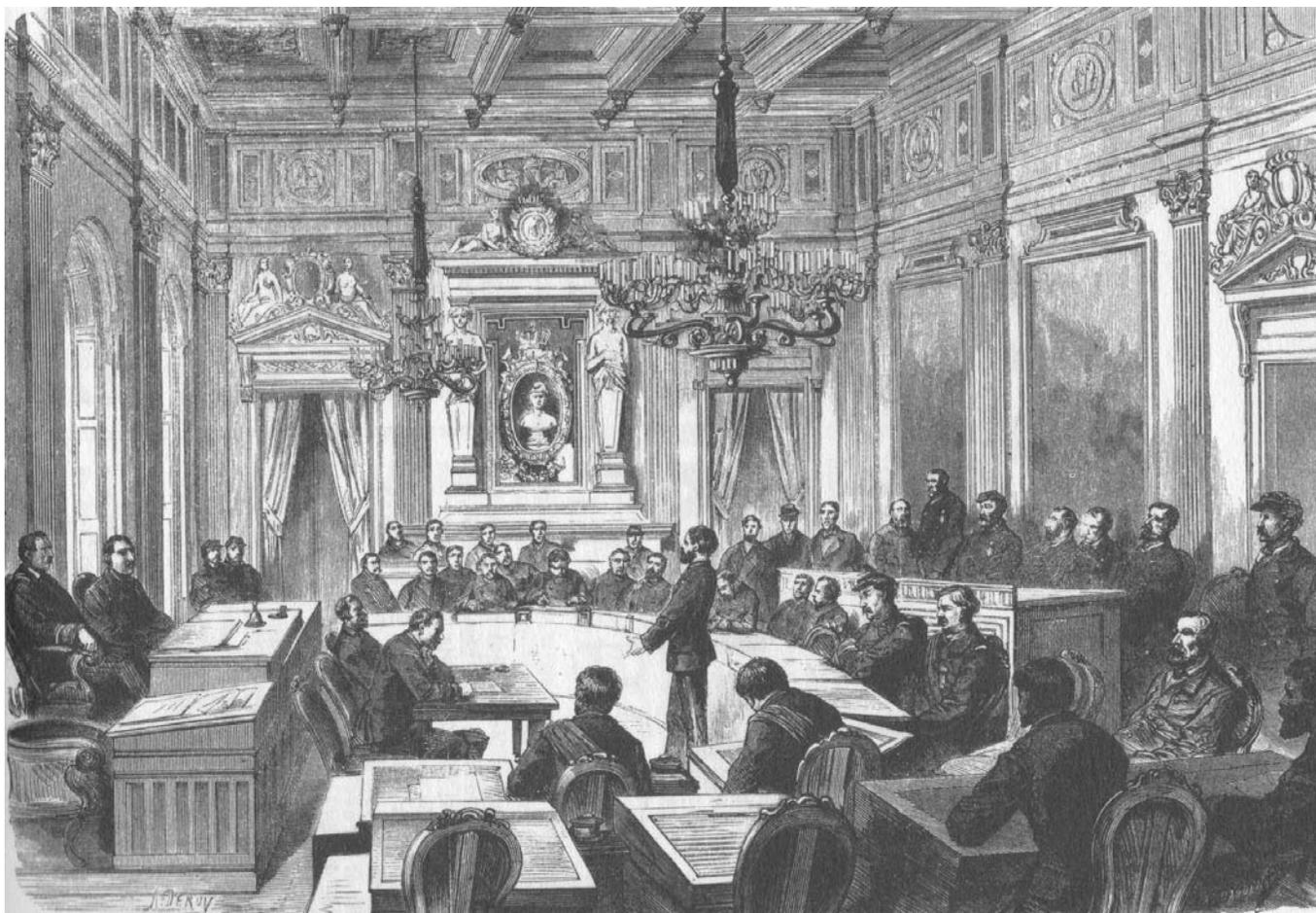
A Comuna processou-se há 140 anos e Marx morreu há 128 anos. Não façamos do maior iconoclasta, que foi Marx, mais um ícone. Devemos considerar tudo isso no mais legítimo espírito de Marx, que foi, aliás, retomado (provavelmente sem o querer) pelo poeta da *Pauliceia Desvairada*, Mario de Andrade, quando disse, na sua célebre conferência de 1942: “O passado não é exemplo, é lição”. Tiremos as lições. PV

José Paulo Netto é professor e vice-diretor da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Notas

1. Artigo elaborado a partir de palestra de José Paulo Netto no seminário “Tomando o céu de assalto: da Comuna de Paris a Oaxaca – 140 anos de auto-organização da classe trabalhadora”. Evento organizado entre os dias 23 e 27/5 pela Apropuc, o Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), o Núcleo de História, Trabalho Ideologia e Poder, e o Conselho dos Centros Acadêmicos da PUC-SP (CCA).

2. Marx, K. e Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 21.



A importância da Comuna de Paris para a América Latina atual

ÁQUILAS MENDES

Que é a Comuna, essa esfinge que tanto atormenta os espíritos burgueses? (Marx, s/d: 78).

Como latino-americanos, temos plena consciência do processo revolucionário histórico recente pelo qual nosso continente vem atravessando. Particularmente, na última década, assistimos à construção de experiências alternativas de sociedade, especialmente na Venezuela e na Bolívia¹. Ambos os processos apresentam-se como movimentos de resistência à ofensiva da fase atual do capita-

lismo de dominância financeira, estabelecendo um poder popular, em defesa dos povos latinos. Ressaltar a sua importância no enfrentamento do capital e refletir sobre suas contradições e seus rumos parece-nos essencial para fomentar o caminho de construção do processo revolucionário neste continente. Nessa perspectiva, a experiência de 140 anos da Comuna de Paris tem muitos ensinamentos a oferecer.

Com quais lições a Comuna de Paris, enquanto uma experiência histórica acerca de uma revolução social, pode contribuir para iluminar essa construção de resistência e luta na América Latina? Em que me-

dida essa luta passa por uma prática política revolucionária, sobre novas bases – reforçando a autonomia integral da classe trabalhadora? Até que ponto a Comuna propicia elementos para uma reflexão crítica dos rumos que as novas experiências estão tomando, permitindo correções de rota no processo revolucionário latino? Essas indagações parecem essenciais para uma reflexão sobre a América Latina atual.

O LEGADO HISTÓRICO DA COMUNA

Ainda que a Comuna tenha governado Paris por apenas 72 dias, de 18 de março a 28 de maio de 1871, seus resultados revolucionários foram significativos – fundando uma democracia dos trabalhadores, participativa, instituindo um poder popular. Algumas conquistas devem ser salientadas:

- a) extinção da polícia e do Exército permanente, deslocando para os trabalhadores os meios materiais do poder – dissolução do Estado;
- b) separação entre a Igreja e o Estado, assegurando à instrução pública um caráter laico;
- c) criação de eleições para todos os cargos públicos;
- d) transferência da organização das atividades burocráticas para a responsabilidade dos trabalhadores e moradores;
- e) instituição da revogabilidade do mandato, terminando com a profissionalização da política;
- f) término da separação entre as tarefas executivas e legislativas;
- g) estabelecimento dos tribunais populares, de forma a rejeitar as instituições burguesas, que garantiam apenas a perpetuação da riqueza e dos privilégios das classes dominantes².

A rigor, os *communards* exigiam a implantação de uma democracia direta e participativa, entendendo que o Estado burguês impedia a consolidação de um processo revolucionário. Nessa perspectiva, Marx, em sua obra *A guerra civil na França*, não hesitou em destacar que a classe operária deveria tomar o poder desse Estado. Segundo ele:

Os proletários de Paris – dizia o manifesto do Comitê Central de 18 de março – em meio aos fra-

casos e às traições das classes dominantes, compreenderam que chegou o momento de salvar a situação tomando em suas mãos a direção dos negócios públicos... Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito incontestável tornar-se donos de seus próprios destinos, tomando o Poder.” *Mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta a servir-se dela para seus próprios fins.* (Marx, s/d: 78) [grifo nosso].

É nesse contexto que Marx aponta um erro fundamental da Comuna. Para ele, o Comitê Central foi incorreto em não decidir marchar imediatamente, após a sua tomada de poder, contra o “núcleo duro” burguês centralizado em Versalhes, sob o comando de Thiers. Dessa forma, permitiu-se que toda a burguesia retomasse a sua força e voltasse a enfrentar a Comuna de forma decisiva (Marx, s/d, p. 76). Além disso, Marx destaca que a Comuna não alterou o sistema financeiro burguês, mantendo o Banco Central como fonte de riqueza essencial para o alargamento do poder da burguesia.

Os erros da Comuna assinalados por Marx podem servir de alerta aos processos revolucionários em curso, principalmente os realizados mais recentemente na América Latina. De forma sintética, pode-se dizer que é muito difícil implantar uma democracia operária sem que se desfaça do poder institucionalizado do Estado burguês. Marx, ao refletir sobre a Comuna, deixa ainda mais claro, que esse Estado, enquanto instrumento da burguesia para assegurar a acumulação do capital, deve ser eliminado. De acordo com suas palavras, os governos revolucionários “...teriam que exterminar o despotismo do capital sobre o trabalho, base de sua própria existência parasitária” (Marx, s/d, p. 100).

Por sua vez, Marx não deixa de valorizar a experiência da Comuna enquanto uma referência de revolução social. Diz ele:

Paris dos operários, com sua Comuna, será eternamente exaltada como o porta-bandeira glorioso de uma nova sociedade. Seus mártires têm seu santuário no grande coração da classe operária. Quanto a seus exterminadores, a história já os cravou para sempre num pelourinho, do qual todas as preces de seus clérigos não conseguirão redimi-los. (Marx, s/d: p. 100)

Sem dúvida, o que a Comuna de Paris realizou em favor da democracia operária, em apenas 72 dias, vários governos com projetos de construção socialista ao longo do século 20 não conseguiram desenvolver.

Na América Latina, os governos Chávez, na Venezuela, e o governo Evo Morales, na Bolívia, vêm possibilitando que os movimentos sociais desenvolvam formas de luta semelhantes às desenvolvidas pelos *communards*, apesar dos diferentes contextos históricos de cada um deles. Alguns autores³ destacam as práticas democráticas que esses governos vêm adotando, de forma a assegurar a ampliação do poder popular, mas não deixam também de apresentar alguns desafios. Dessa forma, torna-se ainda importante insistir na reflexão sobre a forma e conteúdo dessas práticas de democracia direta nessas duas experiências. É possível perceber o crescimento do controle da classe operária sobre os destinos das sociedades venezuelana e boliviana?

VENEZUELA E BOLÍVIA: ENSINAMENTOS DA COMUNA?

Deve-se ter em conta, numa análise da América Latina atual, que cada processo revolucionário apresenta características particulares em decorrência de suas especificidades históricas. Entretanto, numa reflexão sobre a perspectiva da construção de um poder popular, cabe verificar com maior precisão o sentido das mudanças adotadas pelos governos de esquerda da Bolívia e da Venezuela. Até que ponto, nesses países, se está caminhando para “tomar o céu de assalto”, para se utilizar a expressão da Comuna?

Parte-se da ideia central que as experiências da Venezuela e da Bolívia ainda necessitam superar vários problemas atuais para acertarem os passos dos caminhos de autênticas revoluções sociais. Isso porque há muito por se fazer em termos de ampliação de poder da classe trabalhadora e de sua emancipação, numa perspectiva semelhante à com que a Comuna nos brindou. Assim como fez Marx, na reflexão crítica dos rumos da Comuna, parece-nos fundamental fazer em relação a esses países.

Os processos revolucionários mais recentes nesses países vêm se desenvolvendo há quase 12 anos. Na

Bolívia, o início dele ocorre com a batalha pela defesa da água em Cochabamba, em 1999, e na Venezuela, com a eleição de Chávez em 1998.

Na Bolívia, desde o final da década de 1990, pode-se verificar o desenvolvimento de um poderoso movimento popular de base que desafia os vários governos, numa luta pela defesa dos recursos naturais e pelo seu controle. Já no começo do século 21, a Bolívia apresenta ensinamentos de resistência popular massiva, resistindo contra as políticas econômicas do mercado global e também em termos de fortalecimento da organização popular. Observa-se uma aliança clara entre a tradição comunitária indígena e a experiência de anos de luta nas áreas de mineração, constituindo-se novas formas democráticas de organização coletiva (Regalsky, 2006; 2011)⁴. Cada vez mais, a resistência que foi sendo criada pelos movimentos populares indígenas se dirigiu para o controle das reservas de petróleo e de gás, com o caráter político de fortalecer centros alternativos de poder, sem desafiar diretamente o Estado.

Com a chegada das eleições em dezembro de 2005, os movimentos populares não dispunham de instrumentos políticos próprios para disputar o poder. O Partido Movimento ao Socialismo (MAS) tomou essa frente, recrutando Evo Morales e García Linera (atual vice-presidente), incorporando a linguagem de luta dos movimentos e direcionando-a para uma disputa pelo caminho institucional do poder: a via eleitoral. Cabe ressaltar que mesmo com a vitória eleitoral de Morales, a assembleia de organização da massa indígena avisou que não iria se desmobilizar e acompanharia e controlaria as realizações de Morales, colocando ressalvas em seu posicionamento de defesa incondicional às políticas adotadas pelo novo governo.

Na Venezuela, percebe-se que o processo revolucionário segue outro rumo em 2002. Com a prisão de Chávez em abril, um novo governo de direita tomou o poder, por meio de um golpe, mas, devido à resistência de uma grande mobilização popular de massa, sua duração foi de apenas 48 horas. Em que pese esse episódio ter demonstrado o apoio popular

de Chávez, retornando-o ao poder, ele também indicou a força da oposição de direita ao seu governo. Isso ficou demonstrado pela greve dos empresários, na sequência, em dezembro daquele ano, evidenciando que estava preparada para destruir a economia, paralisando a indústria do petróleo e outras áreas de produção (Gonzalez, 2009). Desse modo, Chávez desenvolve a trajetória de seu governo com base em um duplo movimento: de um lado, ele se apoia nos movimentos populares de trabalhadores e de comunidades e, de outro, concilia com algumas demandas dos setores de direita da sociedade.

A questão principal a ser colocada refere-se a: em que medida o governo Chávez vem, ao longo da última década, alterando a estrutura de poder em favor da classe operária no país, conforme as lições da Comuna? Chávez controla o governo, mas não o Estado. A economia ainda está controlada pela iniciativa privada e parece não existir nenhum plano, por parte do governo, de expropriar os meios de produção, mesmo com a pressão de trabalhadores. A ideia de um controle dos trabalhadores sobre a gestão de empresas vem sendo estimulada pelo governo bolivariano, ao longo dos anos 2000. Isso somente ocorre na situação em que elas não estão funcionando bem ou se encontram falidas e, mesmo assim, o Estado as adquire ao preço de mercado⁵. Segundo Brulez e Esteban (2010), esses incentivos do governo não facilitaram a formação de um forte movimento dos trabalhadores e das empresas recuperadas. Na realidade, a co-gestão entre o Estado e as cooperativas dos trabalhadores acaba sendo subordinada ao peso maior da burocracia que impõe os seus específicos interesses nesse processo.

Outro aspecto que pode ser salientado em relação à ampliação da democracia participativa e controle operário se refere às “missões sociais” (implantadas pouco depois do golpe de Estado de 2002). Tais missões – essencialmente programas sociais paralelos às instituições clássicas de um Estado de Bem-Estar Social – promovem ações de saúde, educação, habitação, etc. à maioria da população mais carente, constituindo instrumentos de força da participação popular (Gonzalez, 2009; Brulez e Esteban, 2010). Elas não são organizações revolucionárias, na medida em que são financiadas pelos lu-

ros da indústria do petróleo. Mas não deixam de ser representações de formas de organização e controle das comunidades, porque seus integrantes diagnosticam as necessidades sociais e assumem a resolução dos seus problemas, independentemente do Estado.

Para o governo Chávez e para vários integrantes das organizações comunitárias, as missões sociais se apresentam como um embrião de uma nova forma de Estado, apoiada no poder popular⁶. No sentido de reforçar essa ideia, em abril de 2006, por iniciativa do executivo, o parlamento aprovou uma lei dos *Consejos Comunales*. Tais conselhos têm por objetivo garantir a participação, a articulação e a integração entre as diferentes organizações comunitárias na definição e na gestão das políticas públicas e dos projetos orientados a responder às necessidades e aspirações

Para o governo Chávez e para vários integrantes das organizações comunitárias, as missões sociais se apresentam como um embrião de uma nova forma de Estado, apoiada no poder popular.

das comunidades. Contudo, cabe lembrar que se, de um lado, esses conselhos contribuem para a prática da democracia local, assegurando a participação popular na gestão das políticas públicas, de outro lado não dispõem de poder autônomo, uma vez que o financiamento e a execução dos projetos dependem do aval do poder executivo nacional. Nesse sentido, há quem afirme que as atribuições dos Conselhos Comunitários devem ser alteradas e ampliadas, correndo o risco de ficarem estes limitados às decisões políticas e controle dos prefeitos e governadores locais (Brulez e Esteban, 2010; Azzellini, 2006). Parece que a política participativa, ainda que sempre presente, está cada vez mais controlada pela forte máquina burocrática, oligárquica e econômica do país.

Atualmente, o processo em curso na Venezuela tem muito pouco que ver com genuínos instrumentos de controle operário sobre o desenvolvimento político, social e econômico. O que está em jogo é o caráter dos rumos do processo revolucionário; e neste sentido permanece aberta a seguinte indagação: em que medida a implementação das Missões tem representado um mecanismo de transferência de poder efetivo para as comunidades, para as organizações de massa e para a classe trabalhadora?

Em dezembro de 2006, a criação do Partido do Socialismo Unificado da Venezuela (PSUV) – como resposta à necessidade de aglutinação das forças de esquerda, que apoiavam a revolução bolivariana – significou uma nova realização para acertar o ritmo do processo revolucionário. Sabe-se que 6 milhões de pessoas se filiaram, em resposta ao chamado de Chávez (Gonzalez, 2009). Porém, ficou claro, desde o princípio, que esse partido foi criado e controlado pelo “alto”, isto é, por Chávez e seus líderes mais próximos. Tornou-se evidente que o PSUV, diferentemente de se constituir em um partido de massa, nascia como um aparelho político do Estado, com a participação dos quadros superiores da burocracia bolivariana estatal. Verifica-se, então, que o poder popular não foi intensificado com a criação do novo partido, dando continuidade à tendência de concentração e centralização do poder da burocracia.

Nessa perspectiva, é possível mencionar que as grandes propostas do partido estão voltadas para a criação de uma forte economia nacional, com grande participação do Estado e seu controle sobre o setor do petróleo. Atualmente, o governo insiste na ideia de “*sembrar el petróleo*”, expressão já utilizada nos anos 1980, em relação ao investimento do petróleo para o desenvolvimento de uma indústria produtiva e uma agricultura que assegure a diminuição da dependência das importações. No entanto, a Venezuela dispõe de uma fraca tradição produtiva e uma agricultura pouco diversificada. Isso apresenta consequências não somente para a economia, mas também para a dependência do país em relação ao exterior (Brulez e Esteban, 2010). Sem dúvida, há que se indagar sobre a dimensão do modelo de produção industrial, que vem

sendo desenvolvido pelo governo bolivariano, em relação à perspectiva de um desenvolvimento autônomo e voltado à melhoria da classe trabalhadora⁷. Por sua vez, observa-se, também, a presença significativa do setor privado na produção industrial, que somente é questionada pelo Estado por meio do incentivo de controle dos trabalhadores na gestão de suas empresas quando elas forem envolvidas em sabotagem, como mencionado anteriormente.

Sobre outro aspecto, cabe salientar que Chávez vem trabalhando insistentemente para criar um bloco de integração regional na América Latina, a *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (Alba-TCP)*⁸, baseado numa posição crítica ao imperialismo norte-americano e na solidariedade e na complementaridade entre os povos do continente. Os objetivos da Alba não se limitam a benefícios econômicos entre os países, mas sobretudo à ampliação das questões sociais. Desse modo, pode-se afirmar que, também, por meio da Alba a revolução bolivariana vem propiciando melhores condições socioeconômicas à população do continente, assegurando o intercâmbio de importantes programas sociais dos países-membros. Assim, sob esse ponto de vista, pode-se reconhecer o esforço de Chávez e da diplomacia venezuelana em fortalecer a luta contra o poder imperialista do capital. Por outro lado, quando se trata de refletirmos sobre a dimensão de poder, no plano interno, verifica-se que ele ainda permanece concentrado no Estado, controlado por Chávez e pela burocracia estatal. Segundo vários autores⁹, essa burocracia vem se constituindo numa nova classe social dominante, com interesses econômicos privados crescentes, e sem controle da classe operária e das organizações comunitárias. De nada adianta que Chávez e essa classe dominante utilizem um discurso em favor do poder popular e do socialismo do século 21, na medida em que suas ações se direcionem mais em defesa específica de seus interesses particulares.

É de conhecimento geral que Chávez permanece popular no país e representa o grande defensor dos mais pobres e um significativo estorvo para a burguesia. Mas a sua popularidade vem diminuindo nas últimas eleições internas, principalmente em decorrência

do aumento dos problemas econômicos e dos efeitos do crescimento da inflação sobre os mais pobres (Gonzalez, 2009)¹⁰. Afora esses problemas, os níveis de vida da classe média mantêm-se inalterados e o capital privado ainda usufrui de completa liberdade.

Nesse quadro, qual deve ser o papel do Estado: reforçar a construção de um forte capitalismo nacional, diversificando a relação com seus parceiros econômicos e comerciais para fortalecer a liberdade da economia venezuelana frente ao controle do imperialismo norte-americano? Bem, isso nada tem que ver com o socialismo do século 21 que Chávez vem divulgando como sua prioridade. Os lucros da indústria do petróleo que financiam o crescimento econômico nesses anos de governos Chávez não indicam que a sua prioridade anunciada irá se aprofundar. Ao contrário, percebe-se um distanciamento muito significativo em relação aos princípios socialistas, conforme os ensinamentos da Comuna.

Na Bolívia, as bases de sustentação da situação econômica não são tão distintas. O petróleo e o gás têm permanecido sob o controle do Estado, mas os interesses privados ainda dispõem de grande influência nesses setores. Segundo o vice-presidente Garcia Linera, o modelo econômico que está sendo construído na Bolívia refere-se a um “capitalismo andino” (González, 2010). Até que ponto essa afirmação não explicita o limite do processo de transformação social desenvolvido na Bolívia?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os processos revolucionários na América Latina, é possível reconhecer, de forma geral, que há avanços com a eleição de Evo Morales à presidência em 2006 e com a continuidade de Chávez no poder na Venezuela. Pode-se argumentar que essas são condições necessárias para se dar prosseguimento a esses processos, mas longe de serem suficientes para a continuidade do processo socialista. Constata-se que os inimigos desse processo estão atuantes em ambos os países – nas províncias de Media Luna, no leste da Bolívia, e na direita agressiva da Venezuela. Essas forças contrarrevolucionárias

representam o retorno às piores condições socioeconômicas dos anos 1990: pobreza, repressão e ausência de esperança da classe trabalhadora. Por sua vez, a questão do significado do socialismo, da revolução, permanece como tema central. Não se trata de substituir um Estado capitalista por outro, mas de construir um novo tipo de sociedade baseada na democracia participativa, solidariedade e na distribuição igualitária da riqueza e do poder.

Torna-se evidente que esses são os principais dilemas das experiências transformadoras da Bolívia e da Venezuela. Os caminhos possíveis para enfrentá-los não são desconhecidos. Trata-se de fortalecer o poder popular que ainda está disperso nos dois países, possibilitando que seja capaz de assumir as funções governamentais, em substituição ao frágil poder institucional atual. Mas o Estado que sobrevive nos moldes de sociedades capitalistas não pode permitir maior espaço para o poder popular que Morales e Chávez prometeram. Eles foram levados ao poder pela resistência e luta da maioria da população. A rigor, chegamos a um patamar em que os movimentos sociais precisam desenvolver suas capacidades para conduzirem o processo revolucionário para além do Estado burguês, em direção ao socialismo do século 21, que pode pôr fim à exploração de forma definitiva. Não há socialismo sem democracia operária e convivência com Estado burguês. Essas lições a Comuna de Paris nos ensinou. Sem dúvida, esses legados constituem grandes desafios às experiências da América Latina.

As conclusões mais importantes que Marx e Engels revelam da experiência da Comuna podem contribuir para iluminar o caminho da América Latina atual. Segundo suas reflexões, a ação e a obra emancipadora da Comuna não deixaram de contar com uma dinâmica e um processo inversos àqueles criados pelo Estado burguês, tornando a superestrutura política um potente instrumento nas mãos da classe proletária, a serviço da sociedade e sob o seu controle. PV

Áquilas Mendes é Professor Doutor do Departamento de Economia da FEA-PUC-SP.

Notas

1. Mais recentemente, a América Latina também vivencia a experiência da Revolução Cidadã no Equador. Por sua vez, não se pode desconsiderar que, há mais de 50 anos, o continente latino-americano abriga a revolução cubana, considerada uma das referências para a esquerda latino-americana. Trata-se de reconhecer que, ao longo desse processo revolucionário, Cuba alcançou conquistas significativas em termos de desenvolvimento econômico e social (ver Mendes e Marques, 2009).
2. Para o maior conhecimento das medidas políticas, sociais e econômicas adotadas pela Comuna de Paris, ver Engels, F. Introdução. In: *Marx e Engels, Obras escolhidas*. vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, p. 45-46.
3. A literatura sobre Venezuela e Bolívia é extensa, mas para as contribuições mais recentes nessa temática ver Buzetto (2011), para a Venezuela, e Regalsky (2011), para a Bolívia.
4. Vale lembrar que as organizações de partidos de esquerda e o movimento sindical ficaram à margem dessas novas formas de desenvolvimento da luta coletiva desenvolvida pelos movimentos indígenas.
5. Esse processo atingiu sua força maior em 2005, quando o presidente Chávez conclamou publicamente a ocupação das empresas abandonadas, sob a consígnia: “Empresa cerrada, empresa ocupada” (Brulez e Esteban, 2010). Atualmente, várias experiências de empresas sob o controle operário, mesmo com avanços e retrocessos, continuam em andamento, porém em um número muito pouco significativo no conjunto da economia venezuelana.
6. Ver Brulez e Esteban (2010), p. 26-27.
7. Até o momento, constata-se a presença de um modelo de desenvolvimento que não abrange a preocupação com os impactos ambientais e que pouco se aplica às necessidades mais prementes da classe trabalhadora. Para se ter uma ideia, a necessária demanda de ampliação do transporte público nas grandes cidades foi substituída pelo recente acordo do governo com o Irã para construir uma fábrica automobilística, com capacidade máxima de produção de 25.000 unidades (Brulez e Esteban, 2011).
8. Plataforma de cooperação internacional baseada na ideia da integração social, política e econômica entre os povos dos países da América Latina e do Caribe. Formada inicialmente em Havana, em 14 de dezembro de 2004, como um acordo entre Venezuela e Cuba. No início, deu-se pela colaboração de Cuba ao enviar médicos para ajudar no território venezuelano e pela colaboração da Venezuela ao abastecer Cuba com seu petróleo. Atualmente a Alba-TCP é composta por oito países: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas. Disponível em: <<http://www.alternativabolivariana.org/>>. Acesso em: 30 jun. 2011.
9. Ver Azzellini (2006), Gonzalez (2009), Brulez e Esteban (2010).
10. A Venezuela já apresentou uma diminuição em seu PIB a partir do terceiro trimestre de 2008, quando passou de 7,2% a 3,8%; depois disso continua em ritmo decrescente. Ao final de 2009, registrou uma contração acumulada anual de -2,9% (Banco Central da Venezuela). Outro fator preocupante na economia venezuelana tem sido a inflação: cerca de 30% em 2009 (Instituto Nacional de Estadística da Venezuela). A política econômica, ao priorizar o enfrentamento com o setor privado, se materializou em períodos de alta nos índices de preços. Além disso, a aceleração recente da inflação pode ser explicada pela restrição de importações imposta pela crise econômica recente e o conseqüente impacto sobre a demanda de petróleo. Nesse quadro, o Governo Chávez vem enfrentando um dilema, isto é, conviver com preços mais baixos de petróleo e, ao mesmo tempo, dar continuidade aos programas sociais que são largamente financiados com as receitas do petróleo.

Referências

- AZZELLINI, Dario. La Revolución Bolivariana: “o inventamos o erramos”. Claves para leer el proceso de transformación social venezolano. *Revista Herramienta*, 33, octubre 2006.
- BRULEZ, Sebastián, ESTEBAN, Fernando. El laboratorio del “socialismo del siglo XXI” sigue buscando la fórmula adecuada. *Viento Sur*, número 112, octubre 2010.
- BUZETTO, Marcelo. *Guerra de todo o povo: a influência das lutas políticas e sociais na nova doutrina de defesa nacional venezuelana*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. 324 p.
- ENGELS, F. Introdução In: *Marx e Engels, Obras escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.
- GONZALEZ, Mike. Chavez ten years on. *International Socialism*, n. 121, winter, 2009.
- _____. Revolution stalled? Venezuela and Bolivia. Conference at *Marxism 2010*, London, England, July 2010.
- MARX, Karl. A guerra civil na França. In *Marx e Engels, Obras escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. p. 41-103.
- MENDES, Áquilas Nogueira; MARQUES, Rosa Maria. “Meio Século de Revolução Cubana: triunfos e desafios para o seu socialismo”. In: *6º Colóquio Marx-Engels, 2009*, Campinas. Anais do 6º Colóquio Marx-Engels. Campinas: Cemarx-Unicamp, 2009.
- REGALSKY, Pablo. Acerca de las paradojas de la crisis hegemónica, del nacionalismo de Evo y de la confusión en los movimientos indígenas. *Revista Herramienta*, n. 46, mar 2011.
- _____. Bolívia indígena y campesina. Una larga marcha para liberar sus territorios y un contexto para el gobierno de Evo Morales. *Revista Herramienta*, n. 31, mar 2006.



Antecedentes históricos de uma façanha emancipatória

MILTON PINHEIRO

O prólogo desta História deveria ser a história do quarto Estado desde 1789. Mas o tempo urge; as vítimas descem ao túmulo; as perfídias liberais ameaçam superar as calúnias gastas dos monarquistas; limito-me hoje à introdução estritamente necessária.

(Prosper-Olivier Lissagaray)

O ano de 1848 entra para a história da humanidade, em especial para a história francesa, como um momento de transformação do regime político. A república surge para substituir a monarquia, é um momento de despersonalizar o po-

der. Mas, como se apresenta esse novo poder? Será a original forma encontrada para possibilitar a dominação de uma classe sobre o Estado e, nesse caso, a burguesia?

A revolução de 1848 terminou com a derrota dos trabalhadores que levantaram a França de fevereiro a maio desse ano, numa incipiente manifestação de simpatia socialista. A república de 1848 tentou atualizar a Revolução Francesa – é o grande levante da república como nos permite compreender Henri Guillemin¹.

A história da França é marcada pela procura da república, e 1848 seria diferente de 1830 – agora a

luta se reinventava com esperança de transformações sociais e humanas. O movimento de 1848 descortina as questões dos operários e dos camponeses, entra em cena a descoberta da França. Todavia, a procura constante da república como possibilidade do sonho da igualdade social esbarrou no projeto da burguesia que se veste do manto da dominação, perde suas características progressistas e assume-se como classe dominante, lançando mão de um projeto conservador.

A burguesia consegue constituir-se em força hegemônica com a vitória na última revolução burguesa do século 19. Esse fenômeno se aprofunda com o golpe de 18 Brumário e em especial com o surgimento do bonapartismo. Essa reação é, na verdade, a primeira forma de ditadura burguesa, e constitui-se também num acordo das frações de classe para impor um projeto de dominação. O bonapartismo aparece de forma concreta na história das lutas entre a burguesia e o proletariado, confirmando-se como uma ação para executar as tarefas da revolução burguesa. Trata-se de uma forma política para impedir um novo ascenso das massas, em particular no decorrer das contradições que imperavam na sociedade francesa de 1848 a 1870.

O bonapartismo se concretiza a partir de algumas características do processo político, em que a existência de equilíbrio entre os projetos em disputa, onde nenhuma das classes, ou frações de classe, consegue ter a hegemonia social e a capacidade para impor a sua dominação política. Napoleão III, um líder carismático, com grande percepção conjuntural, articulado pela presença do campesinato na sua base social, governa até 1870. Ou seja, o bonapartismo é consequência do equilíbrio entre as classes, da falta de hegemonia política e de um líder com base social a serviço de uma articulação das diversas frações de classe da burguesia.

Em realidade, era a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido. O Império foi aclamado de um extremo a outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento que

nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas; a miséria das massas ressaltava sobre a ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil. O poder estatal, que aparentemente flutuava acima da sociedade, era de fato o seu maior escândalo e o viveiro de todas as suas corrupções.²

Essas ações de afirmação do capitalismo vão ter implicações culturais, sociais e políticas. A burguesia se fortalece de forma acentuada no período de 1850 a 1870, quando seus lucros ultrapassaram os 300%, enquanto o salário cresceu apenas 45%.

A partir de 1862, os trabalhadores franceses já tinham conhecimento do que ocorria na Inglaterra. Começam então a desenvolver lutas específicas e conquistam algumas vitórias. Entram em contato com o conjunto das lutas que ocorriam no continente. Em 1864 é fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que passa a ter papel preponderante na organização das lutas dos trabalhadores. Todavia, logo vão sofrer, na França, uma grande repressão política, comandada por Napoleão III, chegando ao acontecimento da Comuna, muito desorganizada e frágil.

O bonapartismo começa a sofrer desgaste em todos os setores da sociedade. Luís Bonaparte se utiliza da disputa externa como instrumento político para vencer a disputa interna. E este é um dos fatores que impulsionam a contenda de Napoleão III contra Bismarck.

A guerra franco-prussiana tem os seus primeiros sinais com a derrota da Áustria para a Prússia em 1866. A partir daí, Bismarck parte efetivamente para unificação da Prússia, com a criação, em 1867, da confederação alemã do norte, faltando apenas a anexação dos Estados do sul, para a unificação da Alemanha. A França não queria um Estado agressivo, com essas características do Estado prussiano unificado, colado em sua fronteira. Com o desespero de Napoleão III em recuperar o seu prestígio com a burguesia francesa, via na guerra uma forma de, derrotando a Prússia, voltar a ter força política, e daí reafirmar, mais uma vez, o seu projeto de dominação burguesa sobre aquele país e, talvez assim, articular a expansão da França enquanto potência capitalista e imperialista.

Na guerra franco-prussiana, no teatro de operações, as tropas francesas mostraram-se taticamente incompetentes, apesar da enorme quantidade de soldados mobilizados, mas inferior nos equipamentos bélicos. A guerra não se prolongou por muito tempo. Após várias derrotas, com grande mortandade, o aprisionamento de 100 mil soldados franceses e a prisão do imperador Napoleão III, a França é derrotada e humilhada no dia 2 de setembro de 1870, na batalha de Sedan.

O povo em Paris está em armas para combater as tropas prussianas; o governo provisório se vê na obrigação de formar batalhões da Guarda Nacional; passam a existir mais de 200 batalhões; é um momento de profunda divisão de classe.

Com a derrota em Sedan, o bonapartismo fechou o seu ciclo e iniciou o seu colapso. Na França, a repercussão da guerra e a prisão do imperador alimentaram manifestações políticas, forçando o término da monarquia, e a formação de um governo provisório no dia 14 de setembro de 1870, iniciando assim a III república. Mesmo com instalação da república, as lutas continuaram, agora com o protagonismo dos trabalhadores de Paris que lutavam contra a burguesia e a sua aliança retrógrada com seguimentos monárquicos.

Apesar de termos, durante esse período, um governo provisório, instala-se, pelas contradições sociais e políticas, um vazio político. As massas demonstram insatisfação com as condições da derrota, o governo de defesa nacional fracassa na tentativa de acordo com Bismarck e as tropas prussianas estão nos portões medievais de Paris. Lyon se levanta,

em Paris as massas trabalhadoras exigem armas para enfrentar o inimigo. No último dia de outubro Paris está em ação direta, agora contra o governo de defesa nacional, que capitulou no campo de batalha em Metz. Os operários e a Guarda Nacional, tendo à frente as lideranças blanquistas, formam uma Comuna ao tomar o palácio municipal, mas logo são derrotados e expulsos pelas tropas do governo de defesa nacional. Ainda durante o ano 1870, tivemos outro levante, em Marselha, logo também derrotado.

NASCE A BANDEIRA VERMELHA

O ano 1871 começa com o bombardeio de Paris pelos prussianos que, no dia 18 de janeiro, ocupam Versalhes e proclamam o surgimento do império alemão.

O governo provisório convoca eleições para a Assembleia Nacional. São eleitos 750 deputados, dos quais 450 são monarquistas, e o restante, republicanos das mais diversas posições. Todavia, em Paris, são eleitos 46 deputados, dos quais apenas seis são aliados do governo provisório. Continua no espaço da luta um vazio político, com indefinição e improvisações. As lutas de classe se acirram na França, em particular em Paris, apontando para a dualidade de poder. O povo em Paris está em armas para combater as tropas prussianas; o governo provisório se vê na obrigação de formar batalhões da Guarda Nacional; passam a existir mais de 200 batalhões; é um momento de profunda divisão de classe. Cada classe, proletariado e burguesia, levantam táticas e estratégias para construir o seu poder. Afirma-se, então, a conjuntura da dualidade de poder.

Nesse contexto de confronto, a AIT, que já havia anteriormente lançado um manifesto³, documento em que Marx alertava os trabalhadores da Alemanha e da França para não aceitarem a provocação da guerra, salientando que essa ação era imperialista. Agora é lançado outro manifesto da AIT⁴, também escrito por Marx, cujo conteúdo claramente solicitava a paz e fazia um ataque frontal ao governo de defesa nacional, e avisava que seria loucura derrubar esse governo com o inimigo nas portas de

Paris. Percebe-se nesses comunicados a visão arguta de Marx, primeiro na defesa da integridade física dos trabalhadores e na avaliação da conjuntura em tela; segundo, na avaliação do tabuleiro da guerra com as tropas invasoras nas portas de Paris. É nessa luta concreta dos trabalhadores que podemos perceber como Marx parte da análise do real para construir a sua análise política e elaborar os primeiros passos de uma teoria da revolução.

Marx movimentava-se em diversos momentos da história, como homem de ação e teórico da revolução. No estreito limiar do desenrolar da luta, ele sempre demonstrou não ter receio do relógio da história. Suas análises no fogo da luta sempre souberam responder ao processo em curso. Percebemos como a Comuna se apresenta como revolução permanente, esse princípio que pode ser encontrado no jacobinismo e na guerra de movimento. Uma das possibilidades para entender esse princípio é a existência de um Estado frágil, em que a luta pela hegemonia se estabelece de acordo com o conceito gramsciano, a partir do controle da produção, mas não somente na produção.

Em Paris a contrarrevolução tenta encetar os seus golpes. Thiers, agora chefe do governo em Versalhes, manda tropas para recuperar as armas que estavam nas colinas de Montmartre. Os trabalhadores, em dias anteriores, já tinham resistido em diversas partes da cidade a essa tentativa das tropas de Thiers. Portanto, na madrugada do dia 18 de março de 1871, as forças de Versalhes, sob o comando do general Lecomte, tentam se apoderar dos canhões de Montmartre e encontram uma vigorosa resistência de homens e mulheres que partiram para o enfrentamento e, sob o comando de Louise Michel, se dirigiram aos soldados do governo, impedindo-os de atirar contra o povo. A tropa não aceitou massacrar os *communards* e passaram para o lado da rebelião da cidade; o general que ordenara o massacre foi preso e fuzilado; eclodiu a autodefesa dos trabalhadores diante da contrarrevolução; começava assim a Comuna de Paris, e o rastilho dessa forma de resistência se espalhou pela cidade: na Bastilha, em Belleville e em outras partes.

O comitê central da Guarda Nacional assume o poder em Paris, e logo em seguida convoca eleições que são realizadas no dia 26 de março para o conselho da Comuna.

APRENDIZADO NA HISTÓRIA

Podemos tirar nesse momento algumas primeiras lições desse contexto antecedente da Comuna de Paris. A primeira é que a Comuna se apresenta como consequência da guerra franco-prussiana. A segunda é que o momento aberto pela derrota em Sedan consolida um vácuo político, onde se manifestam na arena da batalha as forças do governo de defesa nacional e depois do governo provisório, por um lado, e o poder que se estabelece a partir das massas insurretas no seu espontaneísmo, e no governo operário da Comuna, por outro. A terceira é que também se apresenta nesse ciclo uma perspectiva de padrão histórico para entender as revoluções, todavia, sem se constituir em um dogma. No entanto,

É nessa luta concreta dos trabalhadores que podemos perceber como Marx parte da análise do real para construir a sua análise política e elaborar os primeiros passos de uma teoria da revolução.

esse padrão nos dá sinais para compreender como a revolução proletária, em especial nesses períodos mais recentes da história, nos apresenta um novo roteiro histórico pautado em lutas democráticas e revolucionárias, em guerras e revoluções. Esses sinais de um padrão histórico vão se manifestar na revolução russa e em outras revoluções no decorrer do século 20. Mas, em especial, podemos tirar como lição e não como exemplo desse contexto, um conjunto de sinais históricos que partem da Comuna em Paris e se confirmam na revolução russa de 1917.

A Comuna está no exercício do autogoverno dos trabalhadores, tomando medidas e implementando ações que entraram para a história da humanidade. As comissões de trabalho da Comuna tiveram preocupações excepcionais com a questão da justiça, segurança pública, finanças, instrução pública, medidas militares, saúde, trabalho e comércio, serviços públicos e relações exteriores, tudo isso articulado numa comissão executiva. Esse papel executivo estava imbricado com a função legislativa, e todos os mandatos eram revogáveis – temos aqui uma forma política que entra para a história.

A Comuna inicia o ciclo das revoluções proletárias e se consolida enquanto perspectiva revolucionária.

Essa forma política e esse poder confirmam uma dualidade de poder. Essa dualidade nasce em Paris, afirma-se no contraponto à ordem burguesa e avança quando a Comuna começa a destruir o aparelho do Estado da burguesia. O conjunto de medidas tomadas contra a ordem burguesa e as ações para impor uma nova democracia passa, de certo modo, a se configurar como uma possibilidade de transição. Portanto, medidas e ações da natureza política constituídas pela Comuna avançam na ruptura com a ordem burguesa e encontram ressonância na história das ideias marxistas, com as variadas formas de se analisar o processo de transição⁵. Esse processo de transição pode ser entendido como uma marcha da história que cria situações para um entendimento dos acontecimentos democráticos, das lutas radicais, de guerra e revolução, quebra do aparato de Estado da burguesia, dos trabalhadores se constituindo em classe dominante e da socialização do poder político.

Todavia, a Comuna cometeu erros na sua efêmera existência de 72 dias: o respeito que ela demonstrou em não confiscar a propriedade dos

meios de produção, apenas controlando socialmente aquelas fábricas (oficinas) que os donos haviam abandonado na fuga de Paris; não ter marchado no primeiro momento sobre Versalhes, quando as tropas do governo de Thiers encontravam-se desorganizadas; o não-confisco do dinheiro do banco da França, que estava financiando as ações contrarrevolucionárias do governo de Versalhes; a completa desarticulação entre o campo e a cidade; a falta de vontade política em abrir os arquivos da França, nos quais estavam as mais sórdidas histórias da burguesia e da monarquia; e, por fim, a desorganização das tropas da Comuna, que não conseguiam ter uma disciplina para colocar em ação/combate o poderoso conjunto de homens e mulheres que estavam com sede de luta e motivados para transformar o mundo em que viviam.

A Comuna é o primeiro Estado operário e inicia o processo histórico de revolução proletária da era contemporânea. A posição de Gramsci, ao que me parece, de que a ela concluiu a revolução burguesa que começou em 1789, não se comprova com as características da Comuna: composição social, medidas e ações tomadas em defesa da revolução social. A Comuna inicia o ciclo das revoluções proletárias e se consolida enquanto perspectiva revolucionária.

A Comuna de Paris desnudou que a reprodução social do sistema passa pela afirmação da ordem do capital, pela submissão do trabalho assalariado e pela dominação de classe, através do Estado.

Paris e a Comuna foram derrotadas. Essa tragédia tem, nos elementos circunstanciais que já comentamos especificamente aqui, uma relação de causa e efeito. A Comuna é a representação das ideias comunistas, e a Comuna levou a sério a questão ontológica, ou seja, compreendeu que a problemática da revolução é a questão da exploração, que está ligada ao mundo da produção; compreendeu também nesse momento que o trabalho, já que era uma Comuna operária, era efetivamente uma categoria fundante do ser social, e que a política efetivada pela esfera pública era um instrumento de classe a serviço da propriedade privada. Todavia,

é importante analisar que uma revolução nunca é igual à outra, em sua forma de produção e em suas perspectivas sociais, mas a Comuna mostrou o seu caráter proletário, percebeu aquilo que está no manifesto comunista, ou seja, que o Estado é um comitê para administrar os negócios da burguesia, e os *communards* insistiram em destruir esse Estado moderno que estava efetivamente a serviço da propriedade privada e da sua hegemonia moral.

A partir da derrota dos trabalhadores consolidou-se a contrarrevolução burguesa. Mas com o advento da Primeira Guerra Mundial uma nova vaga revolucionária vai começar, agora com a presença do sujeito coletivo, o operador político que passamos a chamar de partido de classe, que chega ao poder com a revolução russa de 1917, construindo os soviets. A Comuna nos traz a lição, mais uma vez, de um poder de transição, e esse poder de transição que desarticula a repressão política, socializa o exercício do poder político, é o

primeiro passo para a transição. O governo operário é uma democracia de novo tipo, tendendo a ser socialista como dizia Marx. A Comuna consegue se atualizar de forma brilhante com a revolução russa, afirmaria o comandante da revolução de outubro, Lênin. Portanto, se a Comuna foi derrotada em Paris, se os soviets foram derrotados na URSS, outras formas de Comuna e outros outubros virão para permitir àqueles que lutam pela revolução social a perspectiva de mudar o mundo, ao tomar o poder. Vida longa aos que tombaram em defesa da humanidade. PV

Milton Pinheiro é professor de Ciência Política da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, pesquisador do Neils (PUC-SP), coordenador do Cemarx/Uneb e editor da revista *Novos Temas*. É autor e organizador dos livros *K. Marx: intérprete da contemporaneidade* e *Outubro e as experiências socialistas do século XX*, ambos pela Editora Quarteto.

Notas

1. Guillemin, H. *Le coup du 2 décembre*. Paris: Gallimard, 1951.
2. Marx, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 196.
3. O primeiro manifesto havia sido escrito por Marx, e lançado em Londres, no dia 23 de julho de 1870.
4. Escrito por Marx, foi lançado no dia 9 de setembro de 1870, também do escritório da AIT, em High Holborn, 256, Londres.
5. Como afirma José Paulo Netto, “a transição socialista, ou seja, o período histórico que compreende a realização dessas tarefas, a etapa entre a liquidação do domínio político-econômico da burguesia e a emancipação de todas as classes na supressão do proletariado enquanto classe – a transição socialista, na ótica do pensamento socialista revolucionário nas suas matrizes ‘clássicas’, constitui precisamente o tempo sócio-histórico em que, simultaneamente, se opera a socialização da economia e a socialização da política (do poder político)”. (*Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 87.)

Referências

- AGULHON, Maurice. *1848 – O aprendizado da república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GUILLEMIN, Henri. *Le coup du 2 décembre*. Paris: Gallimard, 1951.
- JVOSTOV, V. M.; ZUBOK, L. I. *História Contemporânea*. Lisboa – Porto: Centro do Brasileiro, 1976.
- LÊNIN, Vladimir. I. O Estado e a Revolução. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. v. 2.
- LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Alpha-Ômega, 1977.
- _____. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José Paulo. *Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- PINHEIRO, Milton (org.). *Outubro e as experiências socialistas do século XX*. Salvador: Quarteto, 2010.
- ROUGERIE, Jacques. *La Commune de 1871*. Paris: PUF, 1977.



A poesia do futuro – 140 anos da Comuna de Paris

LÍVIA COTRIM

Comemorar os 140 anos da Comuna de Paris é mais do que apenas homenagear o ato heroico dos trabalhadores que, em nome da humanidade, se dispuseram a tomar os céus de assalto. É repor no horizonte a poesia do futuro¹, é reenlaçar com a exigência de nos desvencilharmos do passado e nos movermos pelas infinitas possibilidades do porvir, despindo a riqueza, as capacidades humanas genéricas, “de sua estreita forma burguesa”, pela superação do capital e do estado que o acompanha e complementa.

Os caminhos para essa superação foram pela primeira vez desbravados e trilhados pela Comuna de

Paris. Além de seu inquestionável heroísmo, os trabalhadores parisienses nos legaram a “forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho” (M, p. 199)².

Atentar para a especificidade da Comuna é urgente, diante, de um lado, da tragédia da URSS e congêneres, contida, por impossibilidade de consumir a revolução social, nos estreitos limites da revolução política, resultando na conservação do capital, sob forma coletiva/não social, e de sua outra face, o estado³; e, de outro, da insistência das vozes, em todo o gradiente político, que exaltam os méritos e possibilidades do estado e da política para resolver os dilemas societários.

Já em plena maturidade intelectual, contando com a experiência das revoluções de 1848 e da Associação Internacional dos Trabalhadores, e apoiado na história do estado moderno e seus elos com o capital, Marx demonstra que é contra a forma acabada de ambos que se voltou a Comuna de Paris, bem como sua configuração não estatal. Passados 140 anos, sua análise, contida em *A guerra civil em França*, aí incluídos seus dois esboços, continua insuperável⁴.

Graças à crítica da politicidade anteriormente elaborada, Marx pode reconhecer na Comuna uma forma história nova⁵, cujo exame reconfirma aquela posição e a amplia pela identificação dos contornos da porta de saída, da forma social que enceta a transição para além do capital e do estado. A especificidade da Comuna ganha relevo pelo relato sintético do percurso da entificação do estado político pleno, tal como ocorreu na França, até o bonapartismo⁶, entendido como sua culminação. É nesta condição que a Comuna o enfrenta, pondo-se como antítese do estado como tal, não de uma sua forma particular.

Capital e estado vêm a ser pelo mesmo processo de divisão social do trabalho, de cisão entre os indivíduos e o conjunto de suas forças sociais, processo que liberta as novas capacidades produtivas das limitações individuais, e os indivíduos da identificação unilateral com um meio e uma capacidade de trabalho. Essa cisão confere às distintas capacidades humanas, descoladas dos vínculos que as constroem, as condições para se concentrarem e multiplicarem, sob as formas do capital, do mercado e do estado, ao passo que os indivíduos, confrontados com a totalidade de suas forças sociais, conquistam a universalidade, sob a forma da alienação. Nesse processo de objetivação do capital e do capitalismo, o estado assumirá sua figura acabada, tornar-se-á estado político pleno.

A primeira manifestação dessa “máquina estatal centralizada que, com seus onipresentes e complicados órgãos militares, burocráticos, clericais e judiciais, constrixe (estrangula) a sociedade viva tal qual uma jiboia”, foi a monarquia absoluta. No decurso da criação da unidade nacional, imprescindível para o desenvolvimento da sociabilidade do capital, o estado forjou-se como “arma da nascente sociedade moderna

em sua luta para emancipar-se do feudalismo”, expropriando os instrumentos de administração, justiça, defesa militar etc. “dos lordes, das cidades e do clero medievais” (R1, p. 125). Expropriados e concentrados, transformam-se “em atributos de um poder estatal unitário, substituindo os dignitários feudais por funcionários estatais assalariados, transferindo para um exército permanente as armas dos guardas dos proprietários de terras e das corporações de cidadãos urbanos medievais, substituindo o anárquico xadrez (de colorações partidárias) dos poderes medievais conflitantes pelo plano regulado de um poder estatal dotado de uma divisão do trabalho sistemática e hierárquica” (R1, p. 125). Do mesmo modo, “todo interesse singular engendrado pelas relações entre grupos sociais foi separado da própria sociedade, fixado e tornado independente dela e a ela oposto na forma do interesse estatal” (R1, p. 125-126). Sob essa forma, instrumentos e interesses constituem-se poderes propriamente políticos e ganham a aparência de uma existência autônoma ou autoengendrada. A “enorme vassoura da Revolução Francesa do século 18” (M, p. 54) deu continuidade a esse processo. Com a Restauração e a Monarquia de Julho, ampliou-se a divisão do trabalho no interior do estado, “na mesma medida em que a divisão do trabalho dentro da sociedade civil criava novos grupos de interesse e, portanto, novo material para a ação estatal” (R1, p. 126).

O estado expande seus atributos e seu raio de ação, “o número de seus instrumentos” retirando-os da “sociedade real” e transformando-os em força coagulada e separada dos indivíduos; garante assim sua independência e seu “controle sobrenatural” sobre a sociedade, embora seja criatura dela, e seu domínio um instrumento para conservá-la. Tal como o “céu sobrenatural medieval e seus santos”, o estado apenas aparentemente é a “contrapartida ideal” da sociedade civil, apenas aparentemente é a esfera de realização da generidade e da autodeterminação humanas em contrapartida à fragmentação e à guerra concorrencial⁷. De fato, é a outra face destas; não as corrige ou compensa, as exprime.

A revolução de fevereiro de 1848 traz uma alteração significativa: o governo é “colocado sob o

controle parlamentar – isto é, sob o controle direto das classes proprietárias” (M, p. 54). Com tal passo, além de seu uso para os fins privados das frações e indivíduos dessas classes⁸, “a fisionomia e o caráter do poder estatal sofreram uma notável mudança” (R2, p. 170), determinada pela transformação, forjada nas

...o levante proletário contra a ordem dissolve as ilusões humanitárias das várias frações da classe dominante e o verniz de civilidade que as recobria...

relações materiais de produção e intercâmbio, do conteúdo da luta da qual é instrumento. Acompanhando o incremento da indústria moderna, o antagonismo entre o capital e o trabalho se intensifica e o poder de estado assume “o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe” (M, p. 55), no mesmo passo em que o crescimento e a diversificação exponenciais das forças produtivas tornam historicamente obsoleta essa dominação. “Todas as revoluções, assim, apenas aperfeiçoaram a maquinaria estatal, em vez de se livrar desse pesadelo sufocante” (R1, p. 126). A classe trabalhadora é sucessivamente esmagada após todas essas revoluções políticas que apenas sancionam o domínio crescente do capital e transferem o poder estatal “para as mãos dos antagonistas diretos da classe trabalhadora” (R2, p. 170-171), adequando sua forma a essas novas necessidades.

O curso da república instaurada em fevereiro de 1848 desvela o conteúdo da dominação de classe e o caráter do estado, desfazendo as ilusões politicistas da classe trabalhadora. Livre delas, nas Jornadas de Junho o proletariado põe pela primeira vez em xeque a ordem do capital e aponta para sua supressão⁹.

Ainda que brutalmente esmagado, o levante proletário contra a ordem dissolve as ilusões humani-

tárias das várias frações da classe dominante e o verniz de civilidade que as recobria; em contraposição à república, passam a tomar ou apoiar medidas que investem “o poder executivo de poderes de repressão cada vez maiores” e despojam “o seu próprio baluarte parlamentar /.../ um por um, de todos os seus meios de defesa contra o Executivo” (M, p. 55). A divisão entre os poderes deixa de ser viável nas condições de ameaça de sublevação proletária, e a concentração de poderes no executivo – núcleo do estado – torna-se necessária para a continuidade do domínio burguês. Daí a conclusão marxiana, de que o Segundo Império, instituído em 1851, como resultado desse processo, com o golpe de estado de Luís Bonaparte, foi o “fruto natural” da vitória burguesa de junho de 1848.

Com o golpe, escancaram-se a transformação do caráter político do estado e sua decrepitude, como estado de uma burguesia que já experimentara o exercício conjunto do poder e vivenciara seus riscos, numa sociedade burguesa que era já o historicamente velho. O estado bonapartista é o “acabamento final”, a “suprema expressão” do poder de estado, caracterizada pela mais ampla separação entre a sociedade e os instrumentos do poder governamental – exército, burocracia, clero, magistratura –, concentrados no executivo, decorrente da cisão da sociedade civil consigo própria, da divisão de classes assentada na divisão social do trabalho. Extraídos dela e concentrados numa entidade à parte, reduzida à sua expressão mais simples, cuja finalidade declarada é a repressão dos trabalhadores, tais instrumentos podem ser manejados até por um “aventureiro grotescamente medíocre” (R1, p. 126).

Cisão entre estado e sociedade civil, autonomia do executivo em relação ao parlamento não são sinônimos de independência do estado em relação ao capital. Ao contrário, alegando servir a todas as classes sem se submeter a nenhuma, o Segundo Império, com essa suposta independência, cumpre o papel que antes coubera à monarquia: o de estender um véu entre a burguesia e seu domínio, “despindo o poder estatal de sua forma direta de despotismo de classe ao frear o poder parlamentar e, portanto, o poder político direto das classes apropriadoras, esse Império era

a única forma possível de estado capaz de garantir alguma sobrevida à velha ordem social” (R2, p. 171).

A burguesia não abre mão da dominação, mas da forma direta, democrática, de seu domínio político. O estado bonapartista garantiu a expansão econômica da sociedade burguesa, oferecendo-se ao mesmo tempo como campo de enriquecimento particular dos membros da classe dominante, levando a corrupção, intrínseca ao poder, a níveis antes desconhecidos, tornando-se “um pandemônio de todas as baixas paixões das altas classes” (R2, p. 171).

Se o estado estava apodrecido, o chão social que o gerara, a sociabilidade do capital, inerentemente torpe, também alcançara a putrescência. Por isso pode dizer Marx que

O imperialismo é a forma mais prostituída e, ao mesmo tempo, a forma acabada do poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio de sua própria emancipação do feudalismo e que a sociedade burguesa madura acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital (M, p. 56).

Só aparentemente, pois, a ditadura bonapartista paira acima da sociedade; de fato é expressão da vitória burguesa, é o poder dessa sociedade contra o potencial de futuro contido nela mesma. É a forma que assume o estado quando está em jogo a sobrevivência da sociabilidade do capital. A república, forma do domínio direto da burguesia, abrindo espaço para a luta de classes, só se sustenta enquanto esta não ameaça a sobrevivência de seu chão social. Como a derradeira forma do estado burguês, o bonapartismo é a última forma do estado em geral, à medida que a sociedade burguesa é a última forma da sociedade assentada na divisão social do trabalho. É a forma política dessa sociedade em batalha por sua manutenção, contra a potência do trabalho.

Demonstrando que o estado se constitui usurpando, separando e concentrando instrumentos, atributos, forças sociais nascidas nas relações materiais entre os homens, evidenciando o elo indissolúvel entre estado e divisão social do trabalho, expondo os caracteres inerentes ao estado e à sociedade que o suporta a partir da visibilidade que adquiriram ao re-

duzir-se o estado, graças ao desenvolvimento da sociedade burguesa e das lutas de classes, à sua forma mais simples e essencial – a instrumento da subordinação do trabalho ao capital –, Marx iluminou a impossibilidade de o estado tornar-se outro. Assim como é a forma acabada da separação entre trabalho e meios de trabalho, entre os indivíduos e o conjunto de suas capacidades genéricas, vale dizer, da divisão social do trabalho e da propriedade privada que dela decorre, o capital leva também ao limite a expressão política dessa relação socioeconômica, o estado.

A revolução do trabalho não pode valer-se do “instrumento político de sua escravização /.../ como o instrumento político de sua emancipação” (R2, p. 169); precisa demolir “esse poder mesmo em sua forma acabada e exaustiva”. É a essa luz que a Comuna exibe sua radical novidade histórica: demoliu o estado como tal, não uma forma particular dele.

A “revolução contra o império e as condições de sua existência” (R1, p. 123), ou seja, contra “as condições sociais e políticas do domínio de classe” sobre as quais “descansa o Velho Mundo” (R2, p. 162) e que sustentam a presença do estado em geral, assumiu sua “forma positiva” com a Comuna, modo de organização não estatal, único que permitiria alcançar a meta para a qual o movimento dos trabalhadores apontava desde 1848, e para a qual caminhava desde o levante de 4 de setembro de 1870¹⁰: a emancipação social.

Para realizar essa “nova missão social /.../ eliminar todas as classes e a dominação de classe”, era preciso, como primeira medida, “quebrar o instrumento dessa dominação de classe: o estado, o poder governamental centralizado e organizado” (R1, p. 128), exigência que encerra em si o cerne metapolítico da revolução social: a impossibilidade de prosseguir na trilha da eliminação das classes por vias e meios políticos.

Na reorganização da Guarda Nacional e na constituição de seu Comitê Central, que assumiu o comando em 18 de março e o cedeu à Comuna eleita em 26, estava já o germe da Comuna: “A Guarda Nacional – que são todos os homens armados de Paris – organizou-se” em 31 de janeiro¹¹, “e realmente governou Paris a partir desse dia” (R1, p. 124). Para

isso, “reformou sua organização e confiou seu controle supremo ao Comitê Central”, subvertendo o comando hierárquico e substituindo-o por delegados eleitos, “a maioria deles trabalhadores, com sua principal força nos subúrbios operários” (R2, p. 162) e unindo seus vários setores sob o comando assim constituído. “Esses 20 delegados, escolhidos pela maioria dos *bataillons* da Guarda Nacional, compunham o *Comitê Central* que em 18 de março iniciou a maior revolução desse século” (R1, p. 125).

O primeiro passo dela foi institucionalizar a reorganização da Guarda Nacional: “o primeiro decreto da Comuna ordenava a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado” (M, p. 56). A recuperação pelos indivíduos dessa sua capacidade social e dos meios de exercê-la garantiu a vitória de 18 de março, e era imprescindível para a continuidade do processo revolucionário, impedindo a presença de uma força armada que pudesse se voltar contra os trabalhadores. O outro tentáculo armado do estado, a polícia independente, foi desmantelada pela substituição de seus rufiões por servidores da Comuna, designados por ela e exoneráveis a qualquer tempo.

A administração pública e a magistratura são derruídas pela mesma via: os demais funcionários da administração se tornam agentes comunais, passando a ser eleitos, responsáveis perante a Comuna e exoneráveis a qualquer tempo. Também “os magistrados e juízes deviam ser eletivos, responsáveis e demissíveis”, desmascarando-se “aquela fingida independência que só servira para disfarçar sua vil subserviência a todos os sucessivos governos” e quebrando a autonomia e a sobreposição ao povo que a magistratura ostentava (M, p. 57).

Quebrados esses componentes essenciais do estado, os trabalhadores começam a retomar suas forças sociais, encetando-se a supressão de seu cunho político, isto é, de sua condição de capacidades usurpadas dos indivíduos e objetivadas contra deles. A divisão social do trabalho, a oposição entre cada indivíduo e o conjunto das condições de sua existência (dos meios de produção aos de controle social), começa a ser extinta pela recuperação das capacidades objetivas

e subjetivas de defesa e organização, assim transformadas, de instrumentos de subjugação do trabalho ao capital, em instrumentos do trabalho em seu processo de emancipação.

...eleição por sufrágio universal unida a mandato imperativo, possibilidade de exoneração a qualquer tempo e a quebra do monopólio da violência pela supressão do exército e da política tiram dos representantes a autonomia em relação a seus eleitores.

Desse modo, são extintas as funções de “autoridade governamental sobre o povo”, enquanto as funções públicas “que respondem às necessidades gerais e comuns do país” passam a ser exercidas por “*agentes comunais*, sempre sujeitas, portanto, a controle real”, desaparecendo a mistificação do poder junto com a “casta de iniciados – parasitas estatais” que absorve “a inteligência das massas” e volta-as “contra si mesmas nos estratos mais baixos da hierarquia” (R1, p. 130).

A Comuna mesma, que se substitui ao estado, mantém aqueles princípios balizadores, sendo composta “por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal /.../, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento” (M, p. 56-57).

A representação persiste, mas sob feitiço muito diverso: eleição por sufrágio universal unida a mandato imperativo, possibilidade de exoneração a qualquer tempo e a quebra do monopólio da violência pela supressão do exército e da política tiram dos representantes a autonomia em relação a seus eleitores.

Enquanto, sob a regência do capital, capitalista ou pós-capitalista, eliminar a separação entre os po-

deres no interior do estado redundou sempre em formas ditatoriais contrapostas à classe trabalhadora, na Comuna o desaparecimento dessa divisão decorre da extinção do talhe político das atividades legislativa e executiva, que desaparecem enquanto poderes políticos junto com o estado de que faziam parte, cedendo lugar a um “órgão de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo” (M, p. 57), característica da Comuna.

Também os poderes espirituais do estado são combatidos, de um lado, pela separação entre a igreja e o estado “e a expropriação de todas as igrejas como corporações proprietárias”, e de outro abrindo gratuitamente ao povo as instituições de ensino e emancipando-as “de toda interferência da igreja e do estado. Assim, não somente a educação se tornava acessível a todos, mas a própria ciência se libertava dos grilhões criados pelo preconceito de classe e pelo poder governamental” (M, p. 57).

O movimento realizado pela Comuna com esse conjunto de medidas perfaz seu núcleo distintivo: foi uma revolução “contra o estado mesmo, esse aborto sobrenatural da sociedade, uma reassunção pelo povo, para o povo, de sua própria vida social” (R1, p. 127), isto é, “a reabsorção pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjugam, constituindo sua própria força em vez da força organizada de sua supressão –, a forma política de sua emancipação social no lugar da força artificial /.../ da sociedade erguida por seus inimigos para sua opressão” (R1, p. 129). Com isso, é superada a cisão entre “homens” e “cidadãos”, entre individualidades abstratas, porque opostas às demais e ao seu gênero, e generidade abstrata, porque descarnada da concretude da vida material.

Por ser a “negação clara” do estado, a Comuna foi o início da “revolução social do século XIX”, vale dizer, da revolução comunista.

Esta nova forma histórica de organização social não poderia se sustentar e desenvolver restrita a uma única cidade. Não se tratava de recuar, de uma unidade nacional imposta politicamente, a formas regionais, pré-nacionais, mas organizar a unidade “por

meio de uma constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder estatal, que reivindicava ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, da qual ele não passava de uma excrescência parasitária” (M, p. 58).

Essa “forma política completamente flexível”, diferente “das formas anteriores de governo /.../ fundamentalmente repressivas”, é o meio para “levar a efeito a emancipação econômica do trabalho” (M, p. 59). Apesar de imprescindível, não é finalidade em si mesma, mas instrumento, “alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe” (M, p. 59).

Estando por realizar essa emancipação, a Comuna, antítese do estado, retém ainda contornos políticos, já que a reabsorção das forças sociais pelo conjunto dos indivíduos ainda não se completou – os meios e as relações de produção e intercâmbio ainda conservam as formas do capital e do mercado, ainda está presente a classe inimiga. A Comuna, meio de organização e autogoverno dos trabalhadores para lutar por sua emancipação social, é, assim, uma forma não estatal instrumental e em transformação, fadada ao desaparecimento quando for alcançada a finalidade a que serve.

Também os poderes espirituais do estado são combatidos (...) pela separação entre a igreja e o estado...

Nos termos de Marx: “Assim como a máquina e o parlamentarismo estatal não são a vida real das classes dominantes, mas apenas os órgãos gerais organizados de sua dominação – as garantias, formas e expressões políticas da velha ordem das coisas –, assim a Comuna não consiste no movimento social da classe trabalhadora e, portanto, no movimento de uma regeneração geral do gênero humano, mas sim nos meios organizados de ação” (R1, p. 131). Instrumento para uma ação específica – abolir as classes e sua dominação – a Comuna é

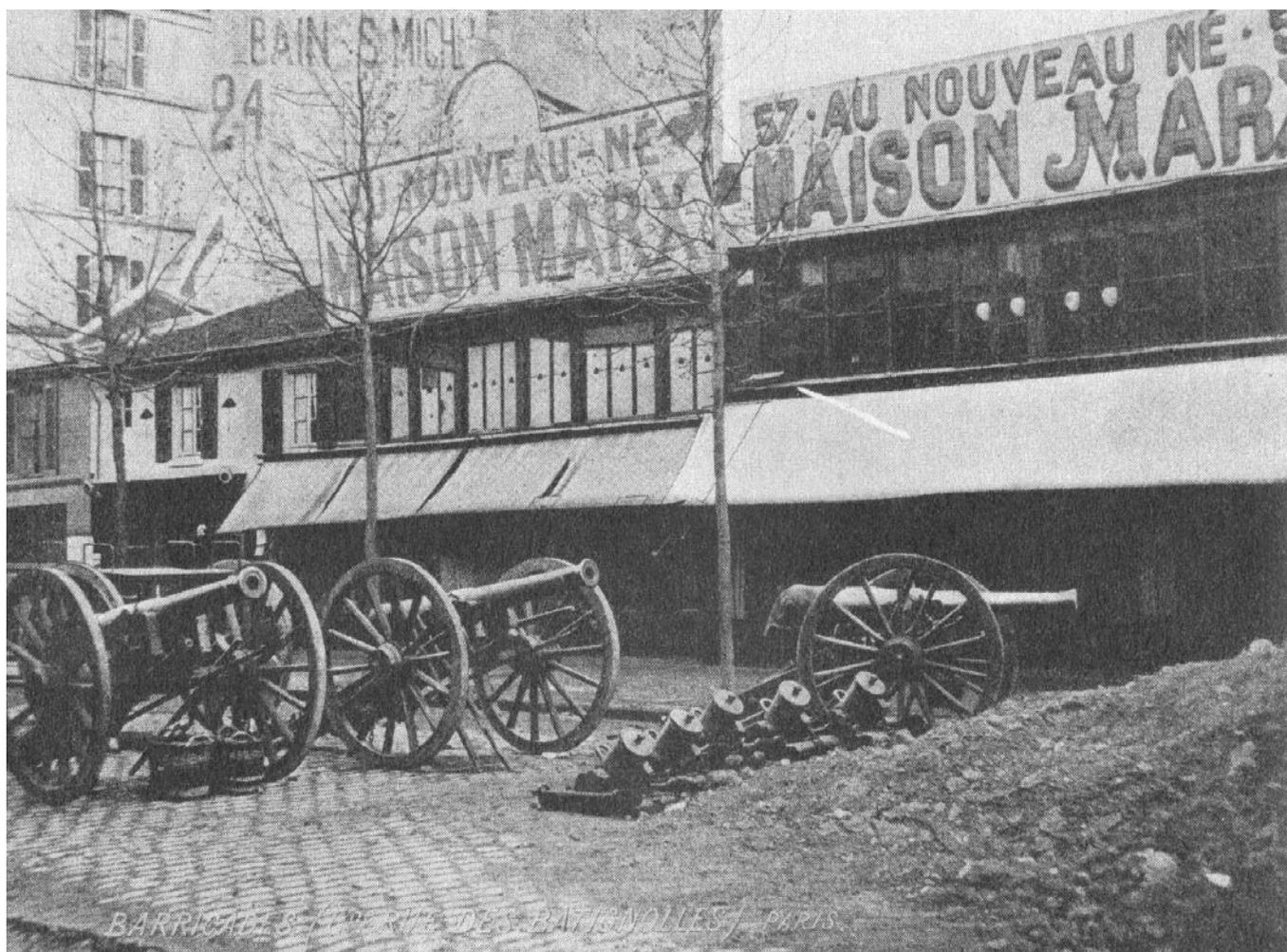
forma política que visa a abolir a política, transformando sua raiz socioeconômica, extinguindo o capital e o trabalho assalariado, a propriedade de classe¹², a concorrência, o mercado; e substituindo-os pelo trabalho livre e associado, pela efetiva propriedade individual, pela regulação da produção baseada em um projeto comum. O caráter abstrato dessas formulações acerca da vida futura a ser construída não é uma falha, e sim a expressão de que “Os trabalhadores não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir *par décret du peuple*” (M, p. 60). Não se trata de postular um dever-ser, mas de extrair do existente a potencialidade do vir-a-ser e efetivá-lo, isto é, libertar as “formas sociais de produção no atual trabalho organizado (engendrado pela indústria atual) dos grilhões da escravidão, de seu atual caráter de classe” (R1, p. 132).

Essa libertação demandará “longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens” (M, p. 60), enfrentando a “resistência de direitos adquiridos e egoísmos de classe”, a fim de desenvolver condições novas, como ocorreu quando do estabelecimento de outras formas sociais (R1, p. 132). A Comuna gera, para essas “diferentes fases” pelas quais deverá passar a luta de classes, um meio “mais racional e humano”, ao dar o passo inicial e indispensável para a superação da divisão social do trabalho: a destruição do estado e consequente reapropriação dessa parcela de suas forças sociais pela classe trabalhadora. PV

Livia Cotrim é Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP e professora do Centro Universitário Fundação Santo André.

Notas

1. “A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos. Antes a frase ia além do conteúdo; agora é o conteúdo que vai além da frase” (K. MARX, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 205).
2. K. MARX. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2001. Citamos indicando R1 para o Primeiro Rascunho, R2 para o Segundo Rascunho, M para o texto definitivo, seguido da página na edição mencionada. Os parênteses e ênfases são do original.
3. Ver, a esse respeito, J. CHASIN, “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, in: *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.
4. Vale para esses esboços o destaque dado por G. Lukács, em *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social*, aos rascunhos elaborados por Marx, especialmente após 1848, nos quais muitos problemas recebem um desdobramento mais extenso e detalhado do que no texto final, mais conciso e sintético. O exame dos rascunhos favorece a compreensão de um pensamento obscurecido por interpretações distorsivas e omissoras. Deles nos valeremos amplamente aqui.
5. Assim como em 1851 o bonapartismo fora apreendido como feição distinta e até então inexistente do estado: em *As lutas de classes na França*, terminado em 1850, Marx mostra a impossibilidade da república, e o anseio da burguesia pelo retorno da monarquia, e ao mesmo tempo a inviabilidade também desta, por implicar o domínio político de uma das frações burguesas em detrimento das demais. Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Marx identifica no estado resultante do golpe de Luís Bonaparte uma forma historicamente nova, distinta tanto da monarquia quanto do primeiro império napoleônico.
6. Marx retoma as análises elaboradas duas décadas antes. Ver: *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Educ, 2010; *As lutas de classe na França*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; e *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011 – textos produzidos entre meados de 1848 e início de 1852.
7. “A Revolução de Fevereiro desfralda as cores da ‘república social’, assim deixando desde o início à mostra o verdadeiro significado do poder de estado, desacreditando sua pretensão de ser a força armada do bem-estar público, a encarnação dos interesses gerais das sociedades, a erguer-se acima dos interesses privados, que guerreiam entre si, e a mantê-los nas respectivas esferas; desnudando seu segredo de instrumento do despotismo de classe” (R2).
8. Pelas vias da dívida pública, impostos, pilhagens, ocupação de cargos públicos.
9. Ver, a esse respeito, K. MARX, “A Insurreição de Junho”, in: *Nova Gazeta Renana*, São Paulo: Educ, 2010.
10. Em 4 de setembro de 1870, depois da derrota de Luís Bonaparte na guerra franco-prussiana, os operários de Paris impõem a república. Assume um governo dito de Defesa Nacional, comandado por Thiers e outros representantes da burguesia.
11. Em 31 de janeiro de 1871, o governo da Defesa Nacional assina a capitulação da França à Prússia.
12. A atual “propriedade de classe /.../ faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos”, e dos meios de trabalho “meios de escravidão e exploração do trabalho”. Sua abolição abre campo para a verdadeira propriedade individual: a que transforma “os meios de produção /.../ em simples instrumentos do trabalho livre e associado” (M, p. 60)



Marx e a comuna

MARCOS DEL ROIO

Napoleão III enfrentava problemas sérios de legitimidade desde 1867, por conta das aventuras militares no México e na península itálica. Ao plebiscito de maio de 1870 – intento de mostrar força -- seguiu-se a repressão ao movimento operário e a AIT. Na sequência, a guerra contra a Prússia, desencadeada em 19 de julho, surgiu como um ato desesperado que se concluiu em completo desastre.

Poucos dias antes de se iniciarem as hostilidades, em 23 de julho, o Conselho Geral da AIT, usando a pena de Marx, emitiu um manifesto sobre

a guerra no qual citava passagens de manifestações de associações operárias da França e da Alemanha contra a guerra e com denúncias sobre o caráter dinástico do conflito. O documento coloca de modo nítido o contraste entre o internacionalismo operário e os interesses dos Estados nacionais burgueses. A crítica duríssima ao regime bonapartista se somava agora à crítica à Prússia: “O regime bonapartista, que até então só havia florescido em uma margem do Reno, encontrou agora a sua réplica na outra margem. De um tal estado de coisas que podia resultar senão a guerra?”¹.

A guerra, que começava com a França como agressora, poderia culminar com uma agressão da Alemanha contra o povo francês. Mas, por outro lado, a solidariedade entre os trabalhadores da França e da Alemanha

Demonstra que, frente à velha sociedade, com suas misérias econômicas e seu delírio político, está surgindo uma sociedade nova, cujo princípio de política internacional será a paz, porque o governante nacional será o mesmo em todos os países: o trabalho. O pioneiro desta sociedade nova é a Associação Internacional dos Trabalhadores.²

Na verdade, o raciocínio de Marx indicava que uma possível vitória da Prússia sobre a França traria implicações de grande monta, alterando as relações internacionais e o próprio eixo do movimento operário. A unificação da Alemanha abriria novas possibilidades ao movimento operário alemão; a possível derrota da França implicaria o fim do bonapartismo e o enfraquecimento das ideologias do movimento operário francês, mas provocaria também a aproximação entre França e Rússia.

Em 2 de setembro, para perplexidade geral, o próprio Napoleão III cai prisioneiro dos prussianos no desenlace da batalha de Sedan, e dois dias depois é instaurada a república francesa. O Conselho Geral da AIT se manifesta sobre esse acontecimento e faz uma avaliação crítica da política alemã voltada para a anexação de fatias do território francês, que demonstra como isso traria o resultado de fortalecer a Rússia no cenário europeu. Para a Alemanha, numa espetacular antecipação do cenário da Guerra mundial, restaria

ou converter-se a todo custo num instrumento aberto da expansão russa, ou, após breve trégua, preparar-se para outra guerra “defensiva”, não uma dessas guerras localizadas de novo estilo, mas uma guerra de raças, uma guerra contra as raças latinas e eslavas coligadas.³

O documento ainda transcreve uma passagem de um manifesto do SAPD, entendendo falar em nome da classe operária alemã, que demonstra a sua contrariedade em relação à política anexacio-

nista do governo prussiano. A França, por seu lado, teria que contar com um governo provisório republicano no qual o componente monarquista orleanista muito pesava, de maneira que para Marx era perceptível como

a classe operária da França tem que fazer face a circunstâncias extremamente difíceis. Qualquer tentativa de derrubar o novo governo, na crise atual, quando o inimigo bate quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada.⁴

A república francesa nasce sob a iminência do cerco do exército prussiano. Os planos para tentar romper o cerco foram infrutíferos por falta de vontade coletiva e de unidade de comando. Em 28 de janeiro de 1871, Paris assina o armistício e aceita se desarmar quase totalmente, deixando apenas a Guarda Nacional ainda organizada. O passo seguinte é a convocação de eleições para a Assembleia Nacional, cuja maioria viria ser composta por monarquistas do campo. Os deputados por Paris abandonam a Assembleia reunida em Versalhes, onde encontram as milícias urbanas organizadas como Guarda Nacional, como povo em armas. O fracasso da incursão armada tramada por Thiers, presidente da Assembleia Nacional, decretou o início do episódio da Comuna de Paris. Em 18 de março, o poder em Paris passa às mãos do Comitê Central da Guarda Nacional, mas para o resto da França continuava a prevalecer o poder da Assembleia Nacional ancorada em Versalhes.

A “loucura desesperada” a que Marx se referia tinha início. Foram 72 dias de uma experiência social e política sem par na história do século 19, quando uma revolução proletária se manifestou. Sua obra foi guiada pelas ideologias do socialismo surgidas nos desdobramentos da longa revolução burguesa, que enfim chegava ao seu final (conforme a apreciação de Gramsci). Os condutores do processo revolucionário eram blanquistas e jacobinos, os internacionais proudhonianos e poucos simpaticizantes das formulações de Marx, num universo em efervescência no qual passado e futuro virtual se confundiam. O final da revolução burguesa poderia terminar com a derrota da burguesia ou, mais

provavelmente, com a derrota desse ousado antagonista social que propugnava a emancipação do trabalho e a construção de um novo mundo.

A experiência da Comuna conviveu com o espectro da guerra: da guerra de classes e da guerra nacional. Na segunda quinzena de maio, apenas perpetrado o massacre contra a classe operária e seus aliados por obra do exército que capitulara diante da Prússia e de um governo republicano burguês

Marx mostra a relação estreita entre a capitulação da França frente ao exército prussiano e o temor da burguesia de que a revolução republicana de setembro se transformasse em revolução proletária e como “essa capitulação deu início à guerra civil, que agora tinham que fazer com a ajuda da Prússia, contra a república e contra Paris”.

que assinara um tratado de paz vergonhoso, que tinha como uma de suas condições o fim da Comuna classista, Marx escreveu um longo Manifesto pelo Conselho Geral da AIT. Analisa então com profundidade ao mesmo tempo em que glorifica a página histórica que acabava de ser escrita com suor, lágrimas e sangue pelo proletariado de Paris.

Marx mostra a relação estreita entre a capitulação da França frente ao exército prussiano e o temor da burguesia de que a revolução republicana de setembro se transformasse em revolução proletária e como “essa capitulação deu início à guerra civil, que agora tinham que fazer com a ajuda

da Prússia, contra a república e contra Paris”. O primeiro lance do embate foi a convocação imediata de eleições para a Assembleia Nacional, em situação difícil de comunicação e com o território francês parcialmente ocupado, o que beneficiaria as forças conservadoras: “Eis por que o pacto de capitulação estipulava que deveria ser eleita uma Assembleia Nacional num prazo de oito dias”.⁵

O passo seguinte para que se organizasse a república burguesa, ou mesmo para que se restaurasse a monarquia dos Orleans, era o desarmamento de Paris e a dissolução da Guarda Nacional. Mas esse passo era bastante mais complicado, pois era a Guarda Nacional que garantia a legitimidade da Assembleia, cujo fundamento se encontrava na queda do regime bonapartista e na instauração da república. Quando Thiers, o presidente da Assembleia Nacional, exigiu que a Guarda Nacional entregasse a sua artilharia, colocou-lhe o dilema de se desarmar, traindo o compromisso de defesa diante da Prússia e reconhecendo o poder dos adversários monarquistas de Napoleão III,

ou continuar lutando como o campeão abnegado da França, cuja salvação da ruína e cuja regeneração eram impossíveis se não fossem derrubadas revolucionariamente as condições políticas e sociais que haviam engendrado o Segundo Império e que sob sua égide protetora, amadureceriam até a completa putrefação.⁶

A Guarda Nacional havia já se reorganizado sob forma democrática, com seu comando sendo eleito, ao modo de um comitê central escolhido pelo conjunto de seus efetivos. Foi esse comitê que veio a ser o governo provisório de Paris depois do 18 de março. Agora começava uma experiência efetivamente inédita e que era preciso compreender. Tratava-se de uma revolução proletária, que havia derrubado o poder político existente, “mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins”.⁷

Qual o significado e o conteúdo dessa passagem de poder? – eis a questão a ser respondida. Marx localiza a origem do poder estatal centraliza-

do na monarquia absoluta, dentro da qual surgiu o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura, mas foi a revolução francesa do século 18 que veio a criar o Estado burguês moderno. A partir daí

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre capital e o trabalho, o poder do Estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do Estado.⁸

Em 1830, sempre seguindo o raciocínio de Marx, na França, o poder passa das mãos do latifúndio para o da burguesia. A disputa entre suas frações leva à revolução de 1848, quando o aparecimento do proletariado obriga a fórmula da república parlamentar, a qual institucionaliza e

À revolução proletária, a experiência da Comuna era precisamente a antítese do Estado burguês, o seu avesso. Por isso precisava ser analisada com a razão apaixonada, a fim de que se descortinassem nessa experiência as antecipações do futuro.

modera o conflito entre as frações das classes dominantes. Acontece que se a discórdia entre frações da classe dominante antes impunha limites ao poder do Estado, com a república parlamentar

o poder estatal passa a se manifestar como “uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho”.⁹

O fortalecimento do poder estatal, enquanto força repressiva do trabalho, enfraquece a própria assembleia nacional em favor do poder executivo, que ao fim instaurou o chamado Segundo Império.

O Império, tendo o golpe de Estado por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava apoiar-se nos camponeses, ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta entre capital e trabalho. Dizia que salvava a classe operária destruindo o parlamentarismo e, com ele, a descarada submissão do governo às classes possuidoras. Dizia que salvava as classes possuidoras mantendo de pé sua supremacia econômica sobre a classe operária; e, finalmente, pretendia unir todas as classes, ao ressuscitar para todos a quimera da glória nacional.¹⁰

Na leitura de Marx seria o império bonapartista

a última forma daquele poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio para emancipar-se do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital.¹¹

À revolução proletária, a experiência da Comuna era precisamente a antítese do Estado burguês, o seu avesso. Por isso precisava ser analisada com a razão apaixonada, a fim de que se descortinassem nessa experiência as antecipações do futuro. Como a Guarda Nacional havia se formado como milícia popular e havia sido ela a impedir o avanço do exército prussiano, bem ao contrário do exército francês, que havia capitulado coberto de vergonha, entende-se por que “o primeiro decreto da Comuna foi no sentido de suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo povo armado”.¹²

A Comuna expropriou a Igreja de seus privilégios, inclusive no processo educativo, e se abriram de forma gratuita todas as escolas ao povo. A representação política e a administração pública

não estavam separadas, pois eram compostas por conselhos eleitos por sufrágio universal com mandatos revogáveis a qualquer momento. O conselho era responsável pelas funções de polícia, de justiça

O projeto da Comuna, apenas esboçado, indicava o fim do Estado centralizado burguês e de sua máquina repressiva e a sua substituição pelo regime comunal, o “governo dos produtores pelos produtores”...

e de administração pública, de modo que, como princípio, “A Comuna devia ser não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo”.¹³

O projeto da Comuna, apenas esboçado, indicava o fim do Estado centralizado burguês e de sua máquina repressiva e a sua substituição pelo regime comunal, o “governo dos produtores pelos produtores”, que “devia ser a forma política inclusive das menores aldeias do país e que nos distritos rurais o exército permanente devia ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extraordinariamente curto”. Assim,

enquanto os órgãos puramente repressivos do velho poder estatal deviam ser amputados, suas funções legítimas deviam ser arrancadas a uma autoridade que usurpava uma posição preeminente sobre a própria sociedade, para restituí-la aos servidores responsáveis dessa sociedade”.¹⁴

Marx recusa as tentativas de explicação do significado da Comuna que voltam as vistas ao passado. A Comuna não poderia ser olhada como um resgate das comunas medievais tampouco como uma luta contra o exagero do centralismo. Na verdade, “O regime comunal teria devolvido ao orga-

nismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo Estado parasitário”, pois “a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”.¹⁵

De fato, não poderia ter-se voltado para o passado, pois

Sem essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apoia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.¹⁶

Marx insistia ainda que

A Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o irrealizável comunismo!¹⁷

Marx imaginava a produção cooperativa na base dessa nova ordem que substitui o capitalismo, com as sociedades cooperativas fazendo uso de um comum plano nacional. Ou melhor, agora Marx passava do objetivo político da Comuna, que poderia soar de inspiração blanquista/jacobina e se atinha mais à realidade imediata, à consciência contingente da classe operária francesa, que era difusamente proudhoniana na concepção social. Na prática, a Comuna aboliu o trabalho noturno dos padeiros, a redução de salários e a entrega às organizações operárias das fábricas e oficinas, cuja produção houvesse cessado.

A importância das alianças sociais em torno da classe operária para que pudesse vir a ser vitoriosa foi percebida por Marx. Ele notou como grande parte da classe média de Paris fora atraída

...a Comuna foi sufocada no sangue dos que ousaram propor a emancipação do trabalho da exploração capitalista.

para o movimento comunal por medidas econômicas simples e como a Comuna procurou refletir os interesses do campesinato. Uma das maiores preocupações da burguesia rural era evitar o contato da Comuna com os camponeses, evitar que se forjasse uma aliança operário-camponesa – daí a pressa na repressão. Marx destaca ainda o caráter internacional da Comuna, que incorporou lutadores de outras nacionalidades.

Enfim, a Comuna foi sufocada no sangue dos que ousaram propor a emancipação do trabalho da

exploração capitalista. Buscando legitimar a ação repressiva, Thiers, presidente do governo provisório nacional, convocou eleições municipais que tiveram como resultado uma grande derrota dos monarquistas de todas as tendências, o que debilitou ainda mais a já cambaleante Assembleia Nacional. Diante disso, a Prússia estabeleceu um ultimato para a assinatura do tratado de paz, que liberou as tropas francesas feitas prisioneiras para que partissem para o massacre da comuna revolucionária. Em 21 de maio as tropas assaltaram Paris e oito dias de combate cobriram de glória e sangue a resistência popular, de homens, mulheres e crianças.

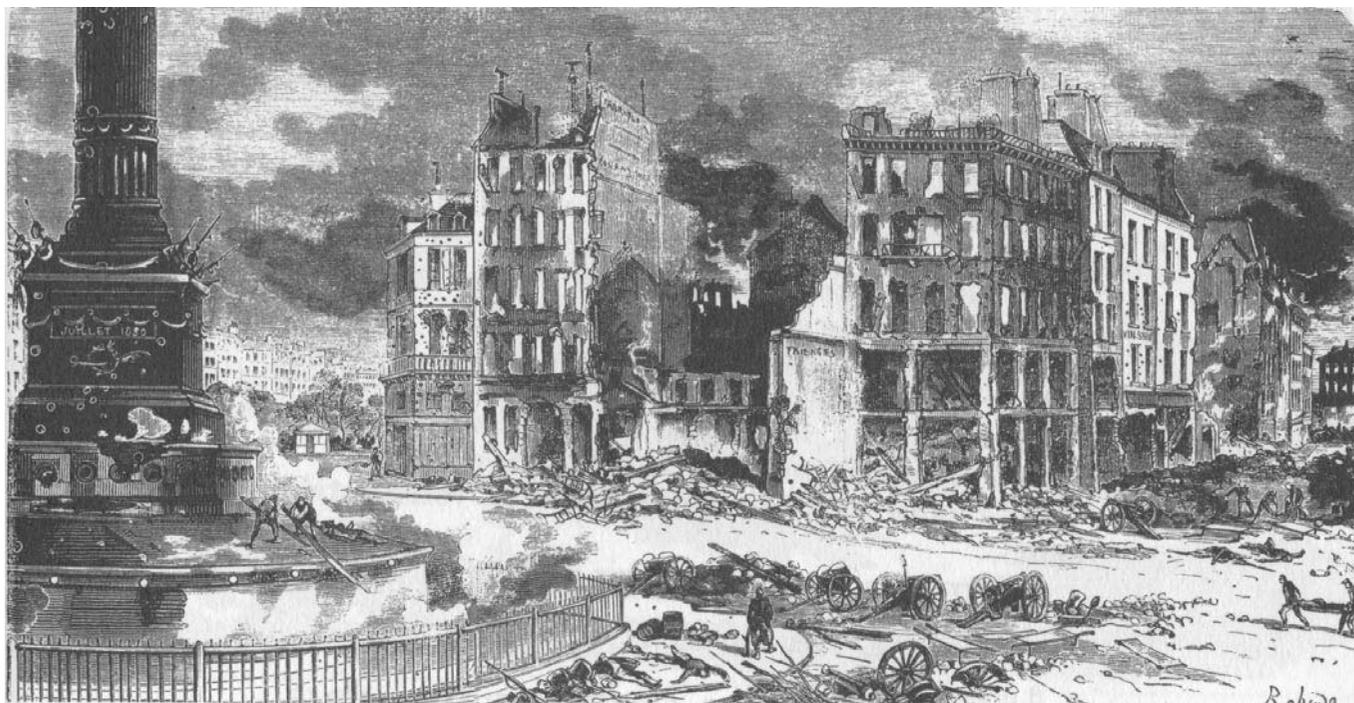
Cheio de revolta contra os carneiros, Marx arremete dizendo que:

A empresa mais heroica de que é ainda capaz a velha sociedade é a guerra nacional. E fica provado agora que é ela uma pura mistificação dos governos, destinada a retardar a luta de classes, e da qual se prescinde logo que essa luta eclode sob a forma de guerra civil. A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado!¹⁸

Marcos Del Roio é professor de Ciências Políticas da Unesp-FFC.

Notas

1. MARX, Karl. "Primeiro manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana". In: *ibidem*, Tomo 2, 1961, p. 56.
2. *Ibidem*, p. 58.
3. MARX, Karl. "Segundo manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana". In: *ibidem*, p. 63.
4. *Ibidem*, p. 64.
5. *Ibidem*, p. 72.
6. *Ibidem*, p. 75.
7. *Ibidem*, p. 80.
8. *Ibidem*, p. 81.
9. *Ibidem*, p. 81 (bis).
10. *Ibidem*, p. 82.
11. *Ibidem*, p. 82 (bis).
12. *Ibidem*, p. 83.
13. *Ibidem*, p. 83 (bis).
14. *Ibidem*, p. 83-84.
15. *Ibidem*, p. 85.
16. *Ibidem*, p. 85-86.
17. *Ibidem*, p. 86.
18. *Ibidem*, p. 101.



Comuna de Paris, entre nós

EDSON PASSETTI

É comum entre os anarquistas a atenção para com a memória da Comuna de Paris. Kropotkin foi talvez o mais acurado entre todos, ao afirmar que ela aconteceu sem o teatro de sangue próprio das revoluções. Ela se afirmou no vácuo da guerra franco-prussiana que levou à derrocada o Império de Napoleão III e lançou ao governo eleito pela Assembleia conservadora, em janeiro de 1871, Louis Adolphe Thiers. A sede do governo, o Hôtel-de-Ville, foi tomada por uma conexão de forças que pôs para correr os governantes. Estes, refugiados em Versalhes, mais tarde, acordariam, com os vitoriosos alemães comandados por Bismarck, o massacre da Comuna de Paris. Foi a “semana sangrenta”, encerrada em 28 de maio com um teatro de banho de sangue, próprio das contrarrevoluções, que arrasa a beleza das inovações pela imponência do tratado de paz.

As práticas na Comuna de Paris, em sua breve existência, levaram à abolição do governo, à atenção com as crianças, a maneiras de levar a vida econô-

mica, social e cultural a partir de multiplicidades, ao propiciar a coexistência entre as tendências libertadoras a favor da vida comum sem uniformidade. Ali habitavam os efeitos do levante sufragista de 1848 e da Internacional de Trabalhadores de 1862, com as inspirações proudhonianas mutualistas e federalistas, as ressonâncias das várias facções, o embate principal entre anarquistas, entre os quais se destacavam Mikhail Bakunin e Élisée Reclus, e a vertente partidária revolucionária de Karl Marx. As diferenças não exigiam comandos e a vida ia se fazendo. O revolucionarismo dos blanquistas se refaria a partir da Comuna de Paris. Nada entrou ou saiu igual. A única convicção era a de acabar com a exploração e a dominação, e suas variadas proposições se enraizaram no interior do proletariado, de intelectuais, de vanguardas e dos trabalhadores do planeta.

Havia um tanto de epicurismo na Comuna de Paris, esquecendo-se do poder do exterior, dando escassa relevância à instalação do governo da ordem

em Versalhes, e pouco conseguindo articular com as Comunas de Marselha e Lyon. Esses erros políticos analisados *a posteriori* levaram a rompimentos na Internacional e aos seus desdobramentos em Internacionais anarquistas e marxistas, configurando embates interiores que apartaram e instauraram uma oposição, muitas vezes, irreconciliável, transmutada em negociações e acordos temporários, como durante a Revolução Russa entre Lênin e Trotsky e um atordado Mahkno. Mas esta é a história posterior, que da anarquia também fez um movimento cada vez mais afeito ao teatro das revoluções.

Na Comuna de Paris sobressaem os desconhecidos no seu fazer constante e nas suas lutas diárias.

A presença da Comuna de Paris está durante nossa jornada voltada para as possibilidades heterotópicas de realização libertária, afeita à luta constante das forças que não se acalmam numa idealista paz perpétua liberal, tampouco na supressão definitiva da luta pela guerra final do proletariado contra a burguesia.

A Comuna de Paris expressou o possível num tempo de guerra entre Estados e alheia a ela: não era a *sua* guerra, a batalha era outra. Seus inventores olharam para si, para suas condições de vida sob exploração e dominação e se mostraram mais do que capazes para arquitetar uma existência móvel que, de tão potente, foi insuportável aos Estados europeus que precisaram varrê-la do mapa, usando as forças da época como uma bomba atômica antecipada.

Na Comuna de Paris sobressaem os desconhecidos no seu fazer constante e nas suas lutas diárias. Se há homens e mulheres que se destacaram no acontecimento, isso se deve à repercussão de seus retornos de exílios, à coerência libertária com aquela existência, à permanência da reflexão constante e do fazer ininterrupto sobre como é possível um mundo livre, ainda

que viessem a oscilar entre a encenação ou não do teatro de sangue.

Foi marcante a presença de Louise Michel, uma mulher arrojada e delicada, poeta, educadora e também enfermeira, que veio do blanquismo, fez uma reviravolta sobre si durante os acontecimentos e propôs a célebre bandeira negra anarquista. Ela expressa a multiplicidade possível numa experimentação libertária: ser muitos e atuar contra o que somos. É sendo muitos, desvencilhados da armadilha individualista, que se faz o avesso do altruísmo socialista quando tende a ser a mais perfeita expressão do egoísmo, na medida em que pretende impor a todos *sua* solução igualitária. Louise Michel apaixonou-se por Théophile Ferré, outro *communard*, fuzilado no campo de Satory, em 28 de maio de 1871. Presa por quase dois anos foi deportada para a ilha Nouméa, ao sul da Nova Caledônia, distante da costa da Austrália e ao norte da Nova Zelândia, onde lecionou para filhos de presos e crianças da população local. Agitou e agigantou-se para voltar à França e ao movimento anarquista, aos tribunais como ré recusando advogado e para pronunciar-se contra a pena de morte, até fundar o *Le Libertaire*, na companhia de outro educador libertário, Sébastien Faure.

Elisée Reclus, também inicialmente condenado à mesma Nova Caledônia, recebeu posteriormente a pena de banimento por 10 anos. Durante a Comuna de Paris foi responsável pela Biblioteca Nacional e, mais tarde, avançou pelo mundo dando novos contornos ao saber geográfico, relacionando-o à complementar relação que homens e mulheres devem ter com a natureza. Fortuné Henry fugiu para Barcelona com mulher e filho e lá teve seu segundo garoto, Émile Henry, que se destacaria como um inventor do terrorismo anarquista em uma época em que Estado e sociedade acusavam qualquer anarquista de ser nocivo à sociedade. Ele expôs cruamente o que é a justiça como seletividade, a ocupação privada do espaço público e o relicário dos pensadores igualitaristas. Louis Eugène Varlin assegurou a relação da comuna com as associações operárias. Na companhia de Nathalie Lemel, que cuidava da Biblioteca Nacional com os irmãos Reclus e mais tarde deportada com Louise Mi-

chel, forneceu as “marmitas Varlin” aos mais necessitados. Foi identificado, linchado e fuzilado no mesmo 28 de maio de 1871.

Gustave Courbet não só foi representante do sexto distrito na Comuna de Paris, ou o inventor do realismo na pintura. Ele definiu o artista como aquele que deve reproduzir seu século. Esteve na Comuna e de lá saiu com um caderno de rascunho de 46 páginas, contendo a vida naqueles breves dias em 13 desenhos em grafite, hoje arquivado no Museu do Louvre. Foi o diretor da Federação dos Artistas.

Em 14 de setembro de 1870, Courbet dirigira-se à Assembleia Geral dos Artistas da qual fora eleito presidente e recomendara a desmontagem da Coluna Vendôme: “Monumento desprovido de qualquer valor artístico, tendendo a perpetuar, por sua expressão, as ideias de guerras e de conquistas próprias a uma dinastia imperial, mas que o sentimento de uma nação republicana repudia”. Na Comuna de Paris “ele desempenha quatro funções distintas: Presidente da Federação dos Artistas, membro da Comuna, delegado na Prefeitura, delegado na Instrução Pública”¹.

Preso, julgado e condenado por ter participado da derrubada do símbolo napoleônico, a coluna Vendôme, durante a Comuna, em 14 de abril de 1871, exilou-se depois na Suíça onde só pintou naturezas-mortas, depois de ter suas obras recusadas em salões de arte como sentença da revanche burguesa. Não se dizia anarquista, mesmo porque essa designação só passa a acontecer na França depois da Comuna de Paris. Seu relacionamento com Proudhon e as propostas federalistas e mutualistas sempre foi coerente. Pintou Proudhon (apesar de este jamais ter posado para ele), Jules Vallès, e teve sua obra comentada por Proudhon em *Sobre o princípio da arte e sua destinação social*, interrompido em 1865, por ocasião de sua morte, e publicado posteriormente por um grupo de amigos. É em sua carta aos artistas que a sua maneira livre de produzir arte e vida se explicita:

As administrações anteriores que governaram a França quase destruíram a arte ao protegê-la e ao suprimir sua espontaneidade. (...) Não há dúvidas de que o governo não deve tomar a dianteira em questões públicas, pois não é capaz de car-

regar em seu interior o espírito de uma nação; conseqüentemente, qualquer proteção será em si mesma prejudicial. As academias e o Instituto, que apenas promovem a arte convencional e banal, para que sejam julgados por seus integrantes, opõem-se necessária e sistematicamente a novas criações da mente humana e infligem a morte de mártires em todos os homens inventivos e talentosos, em detrimento de uma nação e para a glória de uma tradição e doutrina estereótipos. (...) Deixe que eles [os artistas] determinem como farão as exposições; deixe que definam a composição dos comitês; deixe que obtenham o local onde será a próxima exposição. Isso pode ser resolvido até 15 de maio, pois é urgente que todos os franceses comecem a ajudar o país a se salvar de um imenso cataclismo².

Jules Vallès, editou o *Le cri du peuple*, escreveu sobre a literatura dos grandes autores que ofusca os demais escritores do cotidiano, do dia a dia, com suas simplicidades. Ela produz heróis e ídolos que fazem de todos vós “vítimas dos livros”. Concorde com Proudhon, tinha aversão pela autoridade. Como expressa em *Les réfractaires*, de 1865, vive uma revolta existencial, mais anárquica que anarquista. Esteve na juventude vinculado a Auguste Blanqui e à tradição de Babeuf, assim como a Proudhon, apesar das diferenças gritantes entre eles³. Como proudhoniano produziu o *Le cri du peuple*, que funcionou de fevereiro a março de 1871, quando foi proibido, e depois retomado entre março e maio no interior da Comuna. O jornal também inspirou a novela de mesmo nome, de Jean Vautrin (1995), professor, fotógrafo, roteirista, publicada com ilustrações de Tardi, em que conta a vida dos incógnitos, dos que fizeram a Comuna, pelo reverso da literatura social de Eugène Sue.

Epicurismo ou não, foram poucas as vozes e atitudes de organizações de trabalhadores fortalecendo a Comuna de Paris, paralisando as máquinas pela Europa, mobilizando-se contra a servidão de soldados e a resignação da população. A Comuna de Paris não é um acerto ou equívoco a ser sanado, mas uma determinada expressão da vida sob as repercussões da Revolução Francesa, seus golpes, retrocessos e contrarrevoluções orientados pela crença iluminista na educação e na consciência. Abriu um espaço

de possibilidades na multiplicidade de forças (com mutualismo, federalismo e dissolução da representação), radicalmente oposta à variedade de escolhas ou à uniformidade planificada (com competição e centralização). A criação de associações ou delega-

Há hoje um descompasso alarmante que normaliza condutas e se dá pela disseminação de ambiguidades. A sociedade de controle exige que cada um seja muito e muitos, reduzindo a multiplicidade em variedade.

ções acontecia, enfim, como práticas e respostas às urgências, muitas vezes colocadas pelas condições imediatas, mas articuladas em função do que se queria fazer da Comuna ou do que não se poderia deixar que ela se tornasse.

Há hoje um descompasso alarmante que normaliza condutas e se dá pela disseminação de ambiguidades. A sociedade de controle exige que cada um seja muito e muitos, reduzindo a multiplicidade em variedade. As convocações à abundância de escolhas móveis travam as invenções políticas e intelectuais. Produzem subjetividades plásticas que, muitas vezes, oscilam entre a proposição e a reação, o querer e a vontade de saber, a consistência e a persistência, cujo resultado final, ainda que inacabado, pende à reação, à vontade de saber e à

continuidade. Diante desse impasse que atinge a minoria potente que busca a inovação e o espanto, cabe a cada um perguntar *o que estamos fazendo de nós mesmos*.

E aqui dentro, entre nós, com nossas diferenças escancaradas, mas destemidas diante dos dissimulados, esta não é uma inquietação para ser aninhada entre filósofos ou estar reduzida a uma retórica de salão. A intempestiva expressão de Espinoza remete-nos à vida como obra de arte, a uma estética da existência, à transformação de cada um. A resposta, neste caso, provoca o deslizamento ao desconhecido e se traduz em uma ontologia de si: o inacabado no interior do qual a multiplicidade libertária é possível a cada um, pois a política e a ética começam em cada um. E, se for preciso, que se instale o ingovernável: o princípio e o fim da política! Trata-se de um xeque na metafísica que reveste o discurso físico e emudece o estrondo das batalhas para remeter às transitoriedades urgentes – não mais utópicas, essa pavimentada estrada que não dá em nada ou em paraísos –, como realização no presente, entre diferentes, em uma coexistência de diferentes como heterotopias. É preciso nos voltar contra o que *somos*. E ir adiante no que queremos.

A Comuna de Paris permanece viva! PV

Edson Passetti é professor no departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais, coordena o Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) da PUC-SP e o Projeto Temático Fapesp, *Ecopolítica. Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*. Publicou, com Acácio Augusto, *Anarquismos e educação*, pela Editora Autêntica.

Notas

1. Pietro Ferrua. Realismo e anarquismo na obra e vida de Gustave Courbet. In *verve*, São Paulo: Nu-Sol, v.3, 2003, p. 33-49. Ver também *Gustave Courbet*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2008, p. 408-427.
2. Gustave Courbet. Carta aos artistas de Paris (18 de março de 1871). In *verve*, São Paulo: Nu-Sol, v. 15, 2009. p. 123-125.
3. Ali Nematollahy. Jules Vallès and the anarchist novel. In: *Nineteenth-Century Frch Studies*. University of Nebraska, v 35, n. 3-4, 2007. p. 575-589.



Da Comuna de Paris à estratégia soviética na luta pela emancipação dos trabalhadores



EDISON SALLES

Como muitos devem saber, a Comuna de Paris foi a primeira grande façanha histórica dos trabalhadores numa luta independente contra o capitalismo e seu Estado, e por isso representou sempre uma grande bandeira e um ponto de partida para todas as lutas que se seguiram.

É interessante poder discutir esse tema hoje, não só resgatando os enormes acontecimentos históricos que a Comuna representa, mas também enfatizando as lições inesquecíveis que ficaram mar-

cadadas a sangue e fogo depois dessa experiência; e é especialmente significativo voltar a essas lições no momento atual, em que vivemos, desde 2008, o desenvolvimento desigual da maior crise capitalista em muitas décadas (que já afundou uma série de países, inclusive alguns desenvolvidos como a Grécia, Portugal e Espanha, apesar de não ter atingido em cheio nosso país); e em que vivemos um ressurgir de lutas populares e operárias em diversos países, em primeiro lugar no que se convencionou

chamar de “primavera árabe” (Egito, Tunísia, Síria, Líbia, Bahrein), mas também em outros países e continentes, como ocorreu no fim de 2010 na França, e mais recentemente na Bolívia, no estado de Wisconsin nos Estados Unidos, e agora, com muita força, nos acampamentos da juventude nas

Nesses processos, em particular nos grandes levantamentos que assistimos no norte da África e no Oriente Médio, vimos como os povos e os trabalhadores apresentaram uma energia revolucionária que não se via havia muito tempo...

principais cidades do Estado Espanhol, questionando a monarquia, o regime podre do PSOE e do PP, e os planos capitalistas de ajuste para descarregar a crise sobre os trabalhadores, os imigrantes e a juventude.

Nesses processos, em particular nos grandes levantamentos que assistimos no norte da África e no Oriente Médio, vimos como os povos e os trabalhadores apresentaram uma energia revolucionária que não se via havia muito tempo; mostraram claramente que não aceitavam mais as ditaduras corruptas e pró-imperialistas que vêm governando a região há décadas, e quiseram tomar seus destinos em suas mãos...

Porém vimos também que cada um desses processos revolucionários padecia de uma grande falta de alternativas políticas frente aos regimes odiados pelas massas. Se o repúdio aos governos e aos regimes se fez sentir claramente, a ideia de pelo que substituí-los, de qual seria a alternativa à fome e à miséria impostas pelo capitalismo, não

apareceu senão muito marginalmente. (A mesma coisa se repete agora, em escala menor, nos atuais acontecimentos no Estado Espanhol.) É que os 30 anos sem revoluções vitoriosas em nenhum lugar do mundo, as décadas de propaganda burguesa de que o “socialismo morreu” e de que não há alternativa, tudo isso representa um grande peso que as próximas lutas terão que carregar.

E é por isso que discutir as lições da Comuna de Paris, hoje, reveste-se de um interesse especial. Quando a Comuna irrompeu, com os trabalhadores de Paris se levantando, denunciando as misérias e as traições do governo francês que preferia entregar o país ao domínio da Prússia (então a parte mais rica da atual Alemanha) a permitir a livre expressão dos trabalhadores; quando os trabalhadores e o povo miúdo de Paris se levantaram e se reuniram na Comuna, e declararam que ela era um poder paralelo e superior ao governo oficial, quando eles se auto-organizaram e decretaram as nacionalizações, a elegibilidade e revogabilidade de todos os mandatos públicos, o fim do Exército permanente e da polícia como órgão separado de repressão e sua substituição pelo povo em armas; quando eles se puseram de pé e afirmaram aos quatro ventos que estavam ali pela humanidade, instaurando na prática o primeiro governo de trabalhadores de que se tem notícia, Marx não duvidou em dizer: “seja qual for o resultado, um novo ponto de partida de importância mundial foi conquistado” (a Kugelmann).

E isso é a verdade, companheiros. Um novo ponto de partida foi conquistado, pois a partir dali ficava claro que os trabalhadores não somente não precisavam mais seguir atrás da burguesia, mas também que eles eram capazes de, de maneira independente, derrubar o Estado capitalista e construir um novo tipo de Estado, um Estado cuja principal função é tomar medidas para o fim da divisão da sociedade em classes, para o fim da exploração e da divisão da sociedade entre o que Marx chamava de “produtores” (os que tudo constroem e controlam com sua força de trabalho) e “apropriadores” (os que se apropriam do que é produzido socialmente

para seu benefício particular). E, nesse sentido, um Estado que comece desde o início a “deixar de ser Estado”, que represente um passo adiante para a total abolição do Estado.

Porém a Comuna foi derrotada, como sabemos. Dezenas de milhares de pessoas foram fuziladas nas ruas de Paris, e outras tantas tiveram de fugir da França, e demorou mais de 30 anos para que uma nova revolução como aquela tivesse lugar depois da sua derrota. E entre as razões dessa derrota temos que identificar a falta de clareza política daqueles que estavam na sua linha de frente, daqueles que cumpriram as funções dirigentes no processo; pois, por maior que tenha sido o heroísmo dos combatentes da Comuna (*communards*), eles também demonstraram a maior ingenuidade e despreparo. Imaginem, companheiros, que vindo as forças reacionárias evacuarem Paris e se reagruparem na cidade vizinha de Versalhes (velha sede da monarquia francesa), os trabalhadores da Comuna não quiseram reprimi-los, não quiseram combater o poder material com poder material, e esperaram que a força moral da sua causa, por si só,

...entre as razões dessa derrota, temos que identificar a falta de clareza política daqueles que estavam na sua linha de frente...

fosse capaz de vencer a resistência dos reacionários sem um combate sério. Foi analisando esse grande erro que Marx concluiu *pela necessidade da ditadura revolucionária do proletariado*. É por isso que hoje, ao mesmo tempo em que reconhecemos esses graves erros, e tiramos as lições necessárias, podemos dizer que isso em nada diminui o heroísmo e o valor exemplar daqueles combatentes – pois eles não tinham atrás de si uma experiência histórica que permitisse antever tais desdobramentos... e é

por isso que não podemos dizer o mesmo daqueles que hoje, *140 anos depois* da Comuna, querem fazer de seus defeitos, virtudes. Como se a luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos pudesse ser mais bela quando é derrotada, pois assim se evitam as agruras de ter que lidar com o poder e com as contradições envolvidas no projeto de construir uma nova sociedade tendo que partir da herança da sociedade atual com suas misérias.

Não podemos fazer isso, não podemos tratar assim a história dos oprimidos; glorificar as derrotas, mitificar seus mártires, transformá-las numa lembrança bela, e distante – não há modo mais infame de tratar os processos revolucionários do passado, nem há maneira de deixar mais satisfeitos os atuais detentores do poder. Não, o que é preciso, pelo contrário, é transformar a experiência da Comuna (e de todas as verdadeiras revoluções que a seguiram) numa enorme bandeira, ao mesmo tempo um símbolo de que os trabalhadores são capazes de “tomar o céu de assalto”, e ao mesmo tempo um primeiro marco das lições que devemos tirar para transformar aquelas derrotas nos primeiros passos do caminho tortuoso que nos conduzirá à vitória definitiva contra a exploração e a opressão.

Por isso, antes de encerrar, quero fazer ainda duas discussões – fraternais, é certo – com dois pontos de vista que são muito frequentes na esquerda de hoje e que, na nossa opinião, não são consequentes com as lições que a Comuna e as revoluções do século passado deixaram para nós.

Em primeiro lugar, uma discussão com os anarquistas (não só os que pintam o “A na bola”, mas com todas as pessoas comuns que alimentam preconceitos anarquistas em sua consciência). Lênin já dizia que “os anarquistas tentaram apresentar a Comuna como uma coisa, por assim dizer, ‘deles’, que confirmava sua doutrina. Mas não compreenderam nada dos ensinamentos da Comuna nem da análise que Marx fez dela”. Já me referi um pouco, aqui, a esse problema. Mas basta lançar os olhos às experiências mais reivindicadas pelos anarquistas para ver onde se encontra a raiz da questão: precisamente, a Comuna de Paris de 1871 e a Revolução Espanho-

la dos anos 1930. Precisamente dois processos em que, apesar da enorme energia revolucionária das massas, de sua decisão completa de romper com o velho regime e construir uma nova sociedade; apesar disso, pesaram mais as vacilações das direções, sua hesitação em tomar o poder e combater o poder da reação com medidas de *ditadura revolucionária* (ou seja, ditadura contra os banqueiros, os latifundiários, os grandes proprietários capitalistas, e contra seus agentes políticos e militares). Duas frases são emblemáticas nesse sentido: dos *communards* parisienses, quando diziam que não iriam reprimir a reação de Versalhes, pois não iriam se igualar aos exploradores no uso da violência; e a frase dos anarquistas espanhóis, quando diziam que poderiam ter tomado o poder em Barcelona em 1937, mas não o fizeram porque “não queriam o poder” (mais tarde grande parte dos dirigentes anarquistas, que se recusaram a tomar o poder de forma revolucionária, participaram do poder burguês do governo da Frente Popular).

Desse ponto de vista, acreditamos que os ensinamentos da Comuna devem ser levados a sério, e que todas as revoluções do século 20 confirmaram--nos, seja positivamente, quando a revolução não repetiu os mesmos erros, quando à cabeça do movimento esteve um partido operário revolucionário que encarnava a memória das lutas históricas, e por isso a revolução avançou a novas etapas (Rússia); seja negativamente, quando a ausência daquele partido, e a repetição dos erros do passado, conduziram a derrotas ainda mais sangrentas e dolorosas (Espanha). Por isso condenamos não apenas os anarquistas, que pretendem ser “por princípio” contra a tomada do poder, ou pelo menos contra a construção da ferramenta necessária para isso, o partido revolucionário dos trabalhadores; mas condenamos também aqueles projetos “pós-marxistas” de construir partidos por definição confusos, ecléticos, que misturam reformistas e revolucionários sem qualquer delimitação de classe, e que por isso não podem aportar a clareza estratégica necessária para vencer (como é o caso do NPA francês ou – pior – do PSOL brasileiro).

A outra discussão que queremos fazer é com os companheiros que compreendem o quanto é falsa a tese anarquista, mas que, de uma maneira diferente, terminam desvalorizando outro aspecto crucial dos ensinamentos da Comuna. Estamos falando

...pesaram mais as vacilações das direções, sua hesitação em tomar o poder e combater o poder da reação com medidas de ditadura revolucionária (ou seja, ditadura contra os banqueiros, os latifundiários, os grandes proprietários capitalistas, e contra seus agentes políticos e militares).

daqueles companheiros que, diante do fato de que no século 20 nem todas as revoluções apresentaram tendências à auto-organização das massas, tendências ao surgimento de conselhos operários e populares regidos pela democracia direta revolucionária, tendências à formação desses organismos de duplo poder, que nascem como um poder alternativo ao Estado capitalista, e que se desenvolvem como um verdadeiro Estado paralelo, dos explorados, um “Estado tipo Comuna” (Lênin); diante do fato de que nem todas as revoluções apresentaram essa clara tendência soviética (os exemplos mais importantes são a China de Mao Zedong e a Cuba de Fidel), alguns companheiros tiraram a lição equivocada de que essa questão, a questão dos soviets, dos conselhos ou do “Estado tipo Comuna”, seria uma questão secundária, ou excepcional, que podia ocorrer ou não, e que os revolucionários não deveriam ter uma política consciente para que esses organismos se desenvolvessem nas revoluções (Nahuel Moreno

em “As revoluções do século XX”, Valério Arcary em “As esquinas perigosas da história”, dizem abertamente que os soviéticos “são uma exceção”). Frente ao grande peso que os aparatos stalinistas dos PCs adquiriram depois da Segunda Guerra, dirigindo burocraticamente uma revolução como na China, ou atraindo para sua órbita grupos inconsequentes que tomaram o poder em condições excepcionais – como o M26 de Fidel –, esses companheiros passaram a buscar uma política de pressão sobre esses aparatos que tem peso de direção sobre as massas, para que eles sejam obrigados a ir à esquerda (foi o caso primeiro com relação aos PCs, depois com outros partidos reformistas como o PT no Brasil, e até hoje na estratégia de pressão sobre as direções sindicais burocráticas e reformistas), secundarizando a luta pela independência de classe dos trabalhadores e pela auto-organização dos trabalhadores e do povo pobre.

Nós, da LER-QI no Brasil, do PTS argentino, da PF4 do NPA na França, e de todas as organizações que compõem a FT, achamos que isso é um grave erro, porque a verdadeira história das revoluções, desde a Comuna até nossos dias, mostra que as tendências soviéticas à auto-organização em Conselhos Operários ou outros organismos que cumpram o papel de “Comuna”, essas tendências se estenderam a todos os continentes, nas mais diversas formas: Espanha (juntas), Hungria (Conselhos), Chile (cordões), Bolívia (COB, Assembleia Popular), Polônia (Solidarnosc). Ao contrário dos soviéticos na Rússia, que levaram ao primeiro Estado operário da história, o primeiro caso de uma ditadura revolucionária do proletariado que conseguiu vencer a burguesia, todos esses exemplos foram derrotados. Mas eles apontaram um caminho a seguir, o caminho aberto pela Comuna, e se apenas na Rússia esse caminho alcançou novos patamares, isso não é casual, não é coincidência, mas se deve ao fato de que apenas lá a vanguarda operária e juvenil se agrupou num partido com uma clara estratégia revolucionária e internacionalista: o partido bolchevique. E em todos os outros casos, se sobrou iniciativa revolucionária das amplas massas trabalhadoras do povo,

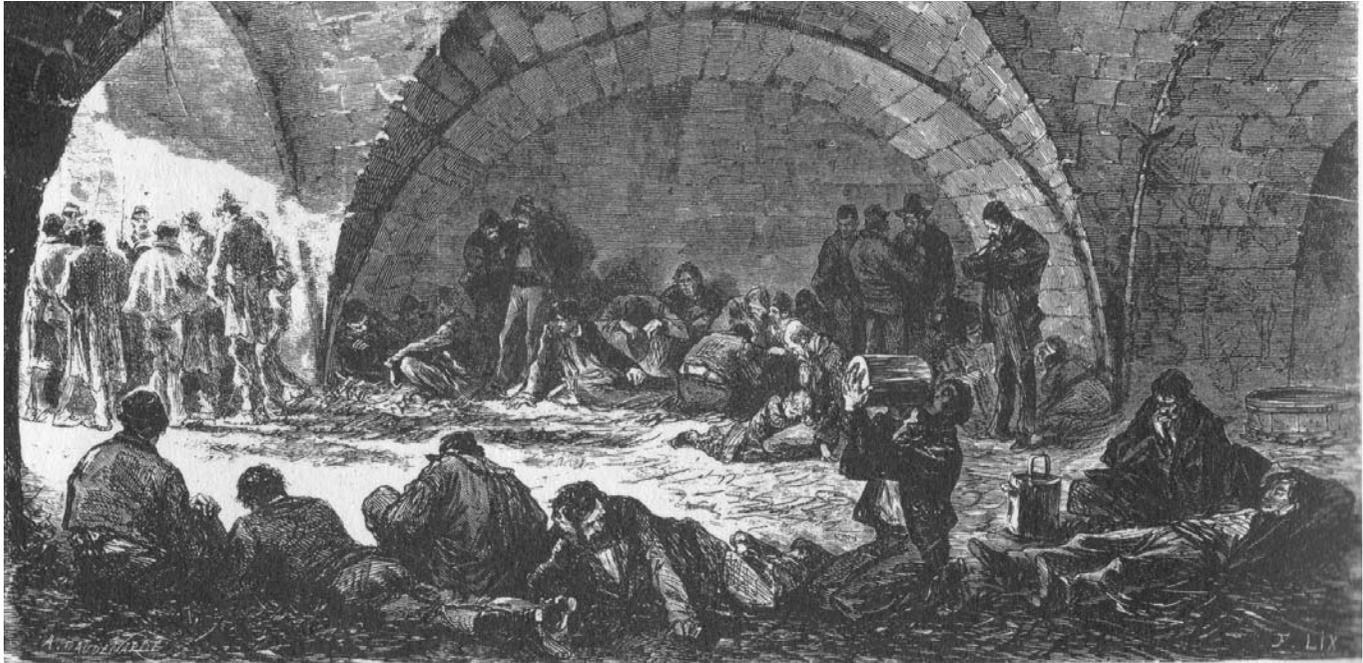
faltou a elas uma direção formada pelos seus combatentes de vanguarda, temperada na luta legal e ilegal, aberta e clandestina, capaz de indicar o caminho nas encruzilhadas difíceis da luta pelo poder.

Já nos casos, esses sim “excepcionais”, em que o exército camponês de Mao cercou e tomou as cidades na China, ou em que os guerrilheiros da Sierra Maestra puderam tomar o poder numa ilha, ou no Leste Europeu onde foi o Exército de Stálin que expropriou a burguesia para criar uma zona de proteção ao redor da URSS... em todos esses casos, o resultado das expropriações foram Estados monstruosamente deformados, desde o início (não como na Rússia), e por mais que tenham significado derrotas para o capitalismo, não abriram de fato novos caminhos para a luta revolucionária dos explorados, mas se transformaram em novos obstáculos, ao fortalecer o stalinismo e enfraquecer a vanguarda internacionalista do proletariado.

Por fim, quero deixar apenas indicado, para o debate, que hoje, quando depois de 30 anos sem revoluções o povo trabalhador começa a se levantar em vários países, temos que ver que é preciso reconstruir uma verdadeira esquerda revolucionária, internacionalista, superando as tendências e correntes que, no pós-guerra se adaptaram aos distintos projetos do nacionalismo burguês, do guerrilheirismo pequeno-burguês ou dos aparatos stalinistas; e que por isso não foram alternativas independentes quando as massas se levantaram na década de 1970; e que depois caíram no derrotismo e no ceticismo rotineiro durante os 30 anos de ofensiva burguesa que se seguiram.

É preciso superar esse período, e reconstruir uma esquerda operária e socialista capaz de sintetizar a vasta experiência da luta de classes do proletariado mundial em programa, estratégia e táticas revolucionárias, para assim abrir o caminho novamente para que a bandeira da Comuna tremule alto, com os dizeres: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Viva a Comuna! Viva o socialismo! Viva a classe operária mundial! PV

Edison Salles é Editor da Revista ISKRA e militante da LER-QI.



A Comuna de Paris: ética e emancipação

*Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões,
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte!
Considerando que vocês escutam os canhões,
Outra linguagem não conseguem compreender.
Deveremos então, sim, isso valerá a pena,
Apontar os canhões contra os senhores!*
(Brecht)

MARIA LUCIA S. BARROCO

A Comuna de Paris tem sido analisada e debatida em diversos aspectos e com diferentes enfoques, explicitando a importância histórica desse primeiro governo proletário na trajetória das revoluções e insurreições populares do século 19. Pretendo discutir a dimensão ética da Comuna de Paris, para afirmar que a sua práxis revela a existência de valores e motivações éticas conectadas com exigências emancipatórias.

Para isso me apoio em Lukács, considerando que a ação ética é parte constitutiva da práxis hu-

mana em seu conjunto (Lukács, 2007, p. 72): uma convergência entre a singularidade individual e a totalidade social (Lukács, apud Tertulian, 1999, p. 134), que permite a apropriação de exigências humano-genéricas.

Para reproduzir sua existência os indivíduos deparam com a exigência de responder a necessidades e carecimentos, nas diferentes esferas e dimensões da vida social. A possibilidade humana de responder, “transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de sa-

tisfazê-los” (Lukács, 2007, p. 229) expressa tanto a capacidade de agir de forma consciente como a objetividade dos valores e das escolhas humanas. É através da criação prática e consciente de novas alternativas em resposta aos carecimentos atendidos pela reprodução material da existência, isto é,

***A práxis revolucionária –
dirigida à totalidade social
e à sua transformação –
exige a transcendência das
motivações que vinculam os
indivíduos à cotidianidade e à
sua singularidade...***

pelo trabalho, que se desenvolvem: a possibilidade de escolha e a criação dos valores (Barroco, 2010; 2011).

Quando determinadas exigências motivam as escolhas dos indivíduos no atendimento a necessidades de sua reprodução imediata e suas respostas não ultrapassam a sua singularidade, estamos no âmbito das decisões de caráter moral. Quando sua práxis é motivada por exigências voltadas à totalidade social, as decisões e escolhas de valor ultrapassam as necessidades morais singulares, conectando-se a problemas que pertencem à sociedade e ao gênero humano, possibilitando a objetivação de ações éticas que expressam a convergência entre as determinações singulares e a totalidade social (Barroco, *idem*).

A práxis revolucionária – dirigida à totalidade social e à sua transformação – exige a transcendência das motivações que vinculam os indivíduos à cotidianidade e à sua singularidade, permitindo que comportamentos éticos valorosos observados na Comuna de Paris, como o heroísmo, a coragem, o altruísmo, unifiquem os indivíduos em torno de valores e finalidades emancipatórias.

Quais os valores da Comuna de Paris? Uma

identidade de classe unia os membros da Comuna: sua composição era majoritariamente de homens e mulheres de extração operária que vinham se organizando em torno de ideias anticapitalistas ou que tendiam ao socialismo.

Segundo Boito Jr. (1983, p. 52), o operariado parisiense, herdeiro das revoluções francesas do século 19, especialmente das de 1830 e 1848, e das greves ocorridas entre 1868 e 1870, contava com organizações de massa, envolvendo publicações de jornais, os salões de reuniões públicas e os clubes operários e populares; a participação na Federação das Associações Operárias – que tinha 40 mil membros – e na seção francesa da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Durante a semana sangrenta, dos 35 mil parisienses presos, 90% eram de origem popular e operária. O Conselho da Comuna era um conselho de trabalhadores cuja maioria pertencia à AIT e às Câmaras Sindicais. Assim, embora contando com a participação minoritária de intelectuais, profissionais liberais, lojistas, artesãos, pequenos proprietários, a Comuna era – como disse Marx (1983) – essencialmente um governo operário.

Podemos então considerar que na Comuna prevaleciam valores anticapitalistas e princípios inscritos em diferentes correntes políticas do movimento operário, uma vez que seus integrantes, segundo Engels (1983, p. 203):

dividiam-se em uma maioria de blanquistas – que predominavam no Comitê Central da Guarda Nacional –, e uma minoria composta por membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, entre os quais prevaleciam os adeptos da escola socialista de Proudhon.

Por várias razões, minha análise não parte da origem dos valores dos *communards*. Por um lado, isso demandaria uma pesquisa que foge às possibilidades deste artigo; por outro, trata-se de uma questão de abordagem teórico-metodológica que supõe considerar que a dinâmica da práxis revolucionária pode impor transformações políticas e valorativas e que a avaliação dos valores deve ser realizada a partir da práxis concreta em seu produto final.

A práxis revolucionária é uma experiência excepcional: as necessidades postas pelo enfrentamento da luta de classes exigem respostas imediatas e escolhas que objetivam interferir na totalidade social. Trata-se de uma vivência que exige um nível de intensidade que absorve todas as energias e capacidades dos indivíduos: eles devem se colocar “por inteiro” nessa experiência; por isso é uma forma de práxis que exige a transcendência do “eu”, das ne-

A comuna deu início à criação de um novo tipo de organização político-jurídica e administrativa que visava romper com a dominação de classe para implementar uma federação livre de todas as comunas da França...

cessidades singulares e uma conexão com a luta de classes e com a humanidade, visando a emancipação. Essa experiência transforma significativamente os indivíduos, o que implica mudanças no decorrer do processo, seja em termos das estratégias políticas, seja em termos de uma reavaliação de valores. Engels se referiu a esse aspecto em relação aos blanquistas e adeptos de Proudhon afirmando que na Comuna, “uns e outros fizeram o contrário do que lhes prescrevia a sua doutrina” (Engels, 1983, p. 203).

Principalmente, entendo que os indivíduos orientam suas ações por determinados valores, mas que, por razões que fogem ao seu controle, sua práxis produz um resultado que não corresponde à sua intenção. É por isso que considero ser mais adequado analisar os valores da Comuna a partir da sua práxis concreta.

É preciso observar que a Comuna não foi desencadeada por motivos ético-morais; nem a re-

volução foi feita com a finalidade de realizar uma determinada ética. No entanto, como toda práxis, a da Comuna foi mediada eticamente. Mais do que isso, conscientemente ou não, suas ações incidiram sobre esferas da realidade que são fundamentais do ponto de vista da reprodução de valores: a esfera do trabalho, do Estado – com sua estrutura de poder coercitivo e burocrático –, da cultura – que, com seu poder de consenso ideológico, é a dimensão de reprodução da moral, dos costumes e do *ethos* dominante.

Para Marx o trabalho é pressuposto ontológico e condição universal para a reprodução do ser social; logo, a emancipação do trabalho é pressuposto para a emancipação social, na direção da emancipação humana¹. Por isso, Marx afirmou que “a Comuna devia levar a cabo a emancipação econômica do trabalho [...] e assim extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apoia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe” (1983, p. 243). A Comuna tinha essa perspectiva: além de medidas que visavam atender a necessidades mais imediatas dos trabalhadores, como a proibição do trabalho noturno dos padeiros, a suspensão do vencimento dos alugueiros e de dívidas, a implantação de um seguro desemprego, entre outros (Boito Jr., 2001, p. 64), deliberou sobre medidas que visavam o fim da exploração do trabalho e o controle da produção pelos trabalhadores, a exemplo do decreto autorizando que as fábricas desocupadas fossem entregues ao comando dos trabalhadores organizados nas Câmaras Sindicais. A Comissão encarregada de organizar o trabalho nas fábricas tinha, entre as suas incumbências, “acabar com a exploração do homem pelo homem” (idem, p. 65).

As medidas de socialização do poder político também assinalam conquistas de caráter universalizante e emancipatório. A comuna deu início à criação de um novo tipo de organização político-jurídica e administrativa que visava romper com a dominação de classe para implementar uma federação livre de todas as comunas da França a partir de Paris. Tendo por base a organização da produção,

isso implicava: 1) a liquidação da máquina do Estado burguês, com a participação democrática dos trabalhadores nas decisões até então centralizadas no exército, na polícia e na burocracia estatal e reservadas a especialistas através de privilégios políticos; 2) a dissolução do exército e a criação de uma milícia popular; 3) a instituição de uma assembleia civil – a comuna funcionando como corporação de trabalho não parlamentar, executiva e legislativa.

Esse conjunto de medidas evidencia critérios baseados em princípios democráticos e valores ético-políticos pautados na liberdade, na justiça social e na universalidade: todos os mandatos tornaram-se elegíveis por sufrágio universal e revogáveis permanentemente; o governo nacional deveria ser exercido por uma assembleia nacional de delegados das diferentes Comunas; promoveu-se a separação entre Igreja e Estado, dando início a reestruturação da educação e do judiciário com juízes e magistrados eleitos e revogáveis (Lombardi, 2001, p. 160-161);

A noção de que liberdade supõe a equidade e a justiça social perpassa pelas iniciativas da Comuna, no seu enfrentamento da alienação religiosa, cultural e nas propostas para a Nova Educação, em franca oposição ao individualismo burguês e ao ideário liberal.

reorganizaram-se as funções públicas com eliminação das atribuições políticas e dos privilégios obtidos pela polícia e pelos funcionários administrativos que passaram a receber o salário dos operários.

A noção de que liberdade supõe a equidade e a justiça social perpassa pelas iniciativas da Co-

muna, no seu enfrentamento da alienação religiosa, cultural e nas propostas para a Nova Educação, em franca oposição ao individualismo burguês e ao ideário liberal. O conhecimento deveria ser livre da dominação de classe e do poder religioso; tratou-se de assegurar uma educação laica, pública e popular, baseada na liberdade e na universalidade: todos deveriam ter acesso gratuito às instituições de ensino e aos materiais e instrumentos de trabalho escolar. A Nova Educação, organizada a partir de reuniões periódicas entre pais, alunos e professores (Willard, 2001, p. 20), tinha como objetivos: a criatividade, o amor à justiça, a cooperação e o interesse coletivo, em oposição à moral individualista e à competição (Lombardi, 2001, p. 165).

Os símbolos religiosos foram retirados das escolas; os bens da Igreja foram declarados de propriedade nacional e as subvenções do Estado para fins religiosos foram suprimidas. Reivindicando a liberdade, o acesso universal à arte e à cultura, iniciou-se um programa de ampliação cultural às massas populares com a abertura de museus, bibliotecas, concertos e recitações de poesia. Animada pelo pintor Coubert, membro da Comuna, foi fundada a Federação dos Artistas (Willard, 2001, p. 22). Foram demolidos todos os símbolos de poder e de dominação burguesa: a guilhotina, a Coluna Triunfal da Praça Vendôme – símbolo do chauvinismo e de incitação ao ódio entre as nações –, e a Capela Expiatória, erguida para reparar a execução de Luís XVI (Marx, 1983).

Prova marcante dessa objetivação da liberdade com equidade foi dada pelas mulheres. Participando ativamente nas barricadas e em várias frentes de resistência e de trabalho, como os clubes e as oficinas autogeridas, as mulheres criaram o primeiro movimento feminino de massas, dando um passo importante na conquista de sua emancipação: desenvolveu-se a instrução feminina, até então inexistente, inclusive em áreas técnicas; a noção de salários iguais para homens e mulheres; as concubinas e os filhos naturais passaram a ter direitos; a prostituição foi abolida (Willard, 2001, p. 20).

A Comuna mostrou ao mundo um dos valores mais caros à ética socialista: a solidariedade internacional dos trabalhadores. Como disse Marx:

A Comuna concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa imortal. A Comuna era o governo nacional autêntico e ao mesmo tempo, como governo operário e campeão intrépido da emancipação do trabalho, era um governo internacional no pleno sentido da palavra [...] a Comuna anexou à França os operários do mundo inteiro. A bandeira da Comuna é a bandeira da República mundial. (Marx, 1983, p. 247)

Creio que esse é o exemplo mais significativo da ideia que afirmei inicialmente: a Comuna teve a capacidade de se universalizar, conectando-se a exigências éticas e político-revolucionárias que se inscrevem nas lutas emancipatórias da humanidade². Ao longo da história, os teóricos marxistas e lideranças revolucionárias irão ressaltar o heroísmo e a coragem dos *communards* como exemplo da força moral necessária à resistência revolucionária.

O conjunto das deliberações da Comuna evidencia uma dimensão ética que poderia contribuir, em longo prazo, para a transformação de valores e modos de comportamento, especialmente aqueles veiculados pela moral dominante através da ideologia religiosa, da educação formal, das instituições culturais, da vida cotidiana, na família e no trabalho nas instituições marcadas pela burocracia, pelos privilégios políticos, pelo poder coercitivo e repressivo. Seu potencial contra-hegemônico pode ser observado na reação conservadora desencadeada pelas classes dominantes após o massacre da Comuna: no interior da oposição política à ação revolucionária da Comuna encontra-se uma negação ideológica dos valores emancipatórios, especialmente aqueles que poderiam desestruturar as bases ideológicas da família tradicional, das instituições fundadas na hierarquia, na ordem e na autoridade constituída³.

Os valores não são abstratos: sua objetividade decorre de sua gênese social e das possibilidades de sua realização através da práxis. A Comuna evidenciou a consciência ético-política do proletaria-

do como sujeito histórico que, com seu heroísmo, seu extraordinário grau de coragem e de ousadia revolucionária, implementou uma série de ações valorizadoras da liberdade, da solidariedade, da igualdade, da universalidade, da justiça social, da democracia, em oposição às formas de vida fundadas no individualismo e na mercantilização das relações humanas.

...as promessas da Revolução Francesa – a liberdade, a igualdade e a fraternidade – não podem se objetivar nos limites das relações sociais burguesas...

Sua práxis concreta e seu massacre pela burguesia revelaram, de forma definitiva, que as promessas da Revolução Francesa – a liberdade, a igualdade e a fraternidade – não podem se objetivar nos limites das relações sociais burguesas; que a objetivação universal desses valores demanda a superação radical dessa sociedade na direção da emancipação humana.

A Comuna não teve condições de desenvolver suas propostas emancipatórias. Analisando as circunstâncias adversas enfrentadas pela Comuna, Marx advertiu que não era pertinente que a classe operária esperasse milagres ou utopias prontas por parte da Comuna. Diz ele:

[a classe operária] sabe que para realizar a sua própria emancipação – e com ela essa forma superior para a qual tende irresistivelmente a sociedade presente pela sua própria atividade econômica – terá que passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens. (Marx, 1983, p. 244)

No entanto, a grandeza da Comuna reside no que ela conseguiu realizar nessas condições adversas e na sua própria existência como governo da classe operária. Como diz Marx:

era esse o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realizaria a emancipação econômica do trabalho [...] Não fosse essa última condição, a Constituição Comunal teria sido uma impossibilidade e um engano. (Marx, 1983, p. 243)

Portanto, a magnitude universal alcançada pelo protagonismo desse primeiro governo operário da história conectou a Comuna aos anseios e lutas

emancipatórias da humanidade, permitindo que ela se tornasse um símbolo e uma conquista valorosa que não se perde na história. Como afirmou Marx: “A história não tem nenhum exemplo de semelhante grandeza!” (Marx, 1983, p. 457). Pv

Maria Lucia S. Barroco é professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (NEPEDH/PUC-SP).

Notas

1. Consideramos que a emancipação humana supõe a superação radical das condições objetivas que impedem a apropriação, pelo conjunto da humanidade, da riqueza humana já produzida, na direção da ampliação e livre manifestação das forças e capacidades essenciais humanas, o que significa a superação da propriedade privada dos meios de produção, da exploração do trabalho, da dominação de classe e da alienação.
2. É importante ressaltar que “a consciência de que o indivíduo pertence à espécie humana não suprime as relações sociais com a classe”, pois, “o gênero é, por sua natureza ontológica, um resultado das forças em luta recíproca postas em movimento socialmente; um processo de lutas de classe na história do ser social” (Lukács, in Oldrini, 2002, p. 74).
3. Sobre esse aspecto, ver artigo de Bresciani (2001), que revela dados importantes sobre o pensamento político conservador após a Comuna.

Referências

- BARROCO, Maria Lucia S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Coleção Biblioteca Básica para o Serviço Social. v. 4.
- _____. “Ética e política na dialética entre ruptura e conservadorismo profissional”. In: *Revista Inscrita*. Rio de Janeiro: CFESS, 2009.
- BOITO Jr., Armando. “Comuna republicana ou operária? A tese de Marx posta à prova”. In: BOITO JR. (org.) *A Comuna de Paris na história*. São Paulo: Xamã, 2001.
- BRESCIANI, Maria Stella. “O pensamento político conservador após a comuna de Paris”. In: BOITO JR. (org.), op. cit.
- ENGELS, Friedrich. Programa dos refugiados blanquistas da Comuna (Artigo II da série “literatura dos refugiados”). In: *Marx-Engels: obras escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Avante; Moscou: Progresso, 1983.
- FURET, François. *Marx e a Revolução Francesa*. São Paulo: Zahar, 1989.
- GONZÁLES, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltos do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LOMBARDI, José Claudinei. “A educação e a Comuna de Paris: contribuição ao debate comemorativo dos 130 anos”. In BOITO JR. (org.), op. cit.
- LUKÁCS, George. *Estética. La peculiaridad de lo estético*. Barcelona-México: Grijalbo, v. 1, 1966.
- _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- MARTORANO, Luciano Cavini. “Elementos do Estado socialista na Comuna de Paris”. In BOITO JR. (org.), op. cit.
- MARX, Karl. *A guerra civil em França*. In *Marx-Engels: obras escolhidas*. Tomo II, op. cit.
- _____. *Cartas. Marx a Ludwig Kugelmann*, 12 de abril de 1871. In MARX-ENGELS, op. cit.
- _____. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852)”. In MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção José Arthur Giannotti; tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Abril, 1985.
- _____. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo, Global, 1986.
- MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. “Manifesto do Partido Comunista”. In: LASK, H. J. *O Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2006.
- TERTULIAN, Nicola. O grande projeto da ética. In MÉSZÁROS, Istvan. *Filosofia, ideologia e ciência social (ensaios de negação e afirmação)*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- WILLARD, Claude. “História e vigência da comuna de Paris”. In BOITO JR. (org.), op. cit.



As mulheres na Comuna de Paris. Qual é a luta?

LILIAN MARTA GRISOLIO MENDES
DÉBORA CRISTINA GOULART

As mulheres de Paris dão alegremente as suas vidas nas barricadas e no campo de fuzilamento.

O que isso prova?

(Karl Marx, *A guerra civil na França*)

“As mulheres desempenharam papel fundamental na história da Comuna de Paris em 1871”. Em todos os eventos comemorativos dos 140 anos da Comuna pode-se ouvir essa assertiva e esse é o limite de grande parte dos pesquisadores: proclamar a importância das mulheres. Porém, isso não basta; é preciso ir além. Qual o significado da participação feminina?

Quem foram essas mulheres? O que fizeram? Quais tabus quebraram? Que bandeiras levantaram? Que contribuições e lições nos deixaram?

Ao falar da contribuição feminina na Comuna, é comum citar a corajosa Louise Michel, destacada militante *communard*. Embora sua participação seja essencial, a participação das mulheres não se limita a ela. Foram muitas! Mulheres na luta, mulheres

professoras, mulheres jornalistas, mulheres lavadeiras, mulheres combatentes, mulheres nas barricadas, mulheres trabalhadoras que, com sua presença nas ruas e reuniões, com coragem e muita determinação, marcaram de maneira indelével o primeiro governo operário e radicalmente democrático da história da humanidade.

A Comuna de Paris não deu voz às mulheres, elas é que deram vida à Comuna quando se opuseram à retirada dos canhões de Montmartre pelo exército, dando início ao movimento de insurreição dos trabalhadores. Foram elas que ousaram se colocar à frente dos canhões e gritar para impedir a entrega das armas e de Paris. O fato é que a maioria das mulheres que lutaram pela emancipação dos trabalhadores e pelos direitos das mulheres em Paris caíram na triste lacuna da história destinada ao esquecimento. Anônimas, carregaram pedras, pegaram em armas, cozinham, vigiaram barricadas nas ruas, cuidaram dos feridos, e também anônimas, foram perseguidas, executadas, presas ou exiladas. Porém, algumas letradas, igualmente comprometidas com a revolução em curso e com a história, deixaram seu legado e nos ajudaram a reconhecer a luta travada pelas mulheres em nome da humanidade.

Os ideais das mulheres da Comuna sobreviverão como bandeira de luta enquanto a opressão e a violência contra a mulher persistir. No contexto de crise do capital e de acirramento do discurso neoliberal, e conseqüentemente, do aumento das contradições sociais, a Comuna se apresenta no século 21 como uma experiência emblemática e suas lições continuam atuais. O que dizer do artigo XII da proclamação da Comuna?

A submissão das crianças e da mulher à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do chefe, é declarada morta. O casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer comum. A comuna proclama a liberdade de nascimento: o direito de informação sexual desde a infância, o direito ao aborto, o direito à anticoncepção.¹

Em tempos de violência explícita contra a mulher, em que o fim de relacionamentos pode levar

à agressão ou morte das mulheres por seus ex-companheiros, amparados pelo sentimento de propriedade em relação às mulheres, parece-nos adequado lembrar o quanto a Comuna significou no avanço da luta pelos direitos da mulher, inclusive o de existir, não como propriedade de alguém, mas como ser social e protagonista de sua própria história.

A Comuna de Paris não deu voz às mulheres, elas é que deram vida à Comuna quando se opuseram à retirada dos canhões de Montmartre pelo exército, dando início ao movimento de insurreição dos trabalhadores.

A Comuna não foi importante apenas pelo que realizou nos seus modestos 72 dias. Os trabalhadores foram ousados, heroicos e revolucionários, e por isso foram massacrados. Do que valeu a Comuna se ao fim todos foram derrotados? O fato de 140 anos depois estarmos debatendo, analisando e comemorando o feito, responde a questão. Seu legado mais importante foi o de mostrar que é possível apontar caminhos, e perspectivas, assim como limites.

O século 19 trouxe uma profunda transformação nas relações sociais e políticas. O triunfo do liberalismo aprofundou o quadro de miserabilidade e alto grau de exploração da mão de obra assalariada. O pauperismo em torno das fábricas nos centros urbanos e setores agrários era enorme e as condições de vida dos trabalhadores era proporcional ao extraordinário desenvolvimento do capital. Enquanto a burguesia proclamava sua satisfação e inaugurava o mundo burguês, os trabalhadores viviam em situação deplorável: excesso de trabalho, exaustão física e esgotamento por dormir e comer pouco. Sem direito a educação, lazer ou saúde, sem acesso às mínimas

condições básicas de existência e os trabalhadores estavam completamente excluídos do acesso aos benefícios gerados pelo desenvolvimento tecnológico. Essas são algumas das descrições possíveis da situação do trabalhador que nos fornecem elementos suficientes para entender a insurreição comunal.

Em relação às trabalhadoras, essas dificuldades eram ainda mais extremadas: trabalhavam dia e noite, fora e em casa, cuidavam da produção e dos filhos. A proletarização das mulheres após a industrialização ocorrida no século 18 originou um dilema: a oposição entre a mulher do lar – desejada pela sociedade patriarcal burguesa-cristã – e a mulher trabalhadora – mão de obra barata e necessária no processo de produção. Assim, é preciso observar a questão da dinâmica sexista do capital:

Este se reproduz produzindo e reforçando preconceitos, inclusive de gênero. Não atentar para isto, ironicamente, implicou reforçar, reproduzir dispositivos fundamentais da dominação que se pretendia combater. E isto foi feito, quase sempre, em nome de um discurso que justificava o adiamento do secundário em nome da prioridade do combate aos aspectos fundamentais da dominação burguesa. Resultado: a luta pela emancipação favoreceu a reprodução de uma espécie de apartheid.²

É nesse sentido que as opiniões sobre a participação da mulher na produção sempre geraram conflitos e divisões internas nos movimentos, inclusive na Comuna. No filme de Peter Watkins, *La Commune*³, os personagens que representam os repórteres da TV Communard questionam um grupo de soldados da Guarda Nacional sobre a participação das mulheres. Alguns ironizam; outros, rindo, respondem com uma nova pergunta: ajudando na cozinha? Todos concluem ser incompatível; exceto um, que sai em defesa da atuação feminina. E quem são esses homens? Representam em sua maioria a opinião dos proudhonistas, *communards* seguidores das ideias de Proudhon, que tinha posição marcadamente antifeminista e por diversas vezes proferiu que o lugar da mulher socialmente era o matrimônio, a maternidade e o lar.

Proudhon era contrário à participação da mulher na produção e ao voto feminino. Sua posição não reflete a tradição da participação na vida política e nas lutas

revolucionárias na França, tanto na revolução francesa em 1789 com a fundação da Sociedade de Mulheres Republicanas Revolucionárias⁴ ou em 1848 com a fundação de diversos grupos como a União das Mulheres, o Clube para Emancipação das Mulheres e as *Vèsuviennes*⁵, além de jornais como *La Voix des Femmes*.

A proletarização das mulheres após a industrialização ocorrida no século 18 originou um dilema: a oposição entre a mulher do lar – desejada pela sociedade patriarcal burguesa-cristã – e a mulher trabalhadora – mão de obra barata e necessária no processo de produção.

Como forma de se contrapor a essa participação feminina, não é demais lembrar que, em 21 de março de 1804, começou a vigorar na França o Código Civil, o chamado Código de Napoleão. Além dos inúmeros benefícios para a burguesia, em relação à mulher o Código instituiu “o dever de obediência ao marido” e suprimia qualquer direito das mulheres, tornando-as absolutamente dependentes do “chefe da família”. Seu papel foi restringido por lei e limitava-se ao papel de *mère* (mãe).

Esse contexto esclarece a intensa participação das mulheres na Comuna, não apenas para defender Paris e os trabalhadores, mas principalmente como uma oportunidade real de luta por direitos iguais entre os sexos, o voto e direitos civis.

A GUERRA E A INSURREIÇÃO COMUNAL

Em 1871 o Império francês de Napoleão III, regime militar-burguês nascido após as derrotas de

1848, representava uma nação imperialista, em guerra constante. A partir de 1852 participou das campanhas na África (e ocupação da Argélia), em 1853 da Guerra da Crimeia, da ocupação da Itália e da Síria, entre outras. Os constantes fracassos levaram a uma crise interna e crescimento da oposição ao governo autoritário. E nesse contexto a declaração de guerra à Prússia de Bismarck em 1871 aparecia como uma opção para conseguir união interna. Segundo Marx, era o encontro de dois regimes bonapartistas, “meio de escravidão do trabalho pelo capital”⁶, que só poderia ter resultado em guerra.

A derrota da França em menos de dois meses fez nascer um governo provisório (após a fuga de Napoleão III) que, na tentativa de evitar que os prussianos tomassem a cidade, incorporou populares à Guarda Nacional, entregando-lhes as armas. Mas logo se iniciou o processo de negociação com a Prússia, num tratado de paz que envolveria a entrega da cidade, até mesmo porque já se percebia a necessidade de refrear a agitação popular.

Se a França estivera subordinada durante anos pela farsa de Luís Bonaparte, agora ela era reeditada pela simulação de defesa de Trochu. O general monarquista planejava operações militares destinadas ao fracasso, com o objetivo de permitir aos prussianos aniquilarem a Guarda Nacional. O governo de “defesa nacional” se tornara governo de “traição nacional” e a burguesia francesa perdia qualquer veleidade nacional e a capacidade de dirigir e defender a nação e a república.⁷

Adolphe Thiers, chamado por Marx de “gnomo monstruoso”⁸, assumindo o Governo Provisório resolveu retomar Paris e as armas. Na descrição do historiador da Comuna e também *communard* Prosper-Olivier Lissagaray, o Comitê Central já havia declarado “que o primeiro tiro jamais será disparado pelo povo, que apenas se defenderá em caso de agressão. O agressor chegou dia 15: o sr. Thiers”⁹. Na madrugada de 17 para 18 de março de 1871, Thiers ordenou às suas tropas a retomada dos 250 canhões que estavam no distrito mais alto de Paris, em Montmartre.

As mulheres, primeiras a chegar ao local, “rodearam as metralhadoras, interpelando os chefes:

‘É indigno! O que estás fazendo aí.’ Os soldados se calam. De vez em quando um suboficial exclama: ‘Vamos, minhas senhoras, afastai-vos’. A voz não é rude, elas permaneceram”¹⁰. As mulheres sabiam o que significaria a entrada das tropas prussianas em Paris. A violência sexual (estupro massivo de mulheres) é o mais conhecido crime de guerra e, infelizmente, ainda hoje não é tratado como tal.¹¹

O movimento popular cresce, toma as ruas e os soldados se recusam a cumprir as ordens do General Lecomte de atacar a população. Thiers fracassa em desarmar o povo que se organiza em federações divididas por bairros e toma o Hôtel-de-Ville (prefeitura), declarando o nascimento da Comuna. Realizam eleições, a polícia e o exército são abolidos, a escola é aberta ao povo, realizam a separação da Igreja e do Estado, abrem as cooperativas no lugar das oficinas, desapropriam os imóveis fechados, retiram os descontos dos salários, acabam com a pena de morte, colocam o povo em armas, organizam os conselhos municipais, o sufrágio universal, o voto feminino. É assim que a primeira bandeira vermelha é fincada como símbolo da derrota da burguesia.

Foram 72 dias intensos, “um assalto aos céus”, nas palavras de Marx. Mas apesar das inúmeras medidas revolucionárias, receios e erros deram a possibilidade de o Governo em Versalhes reestruturar suas forças, entrar em acordo com os prussianos (receios também do crescimento da insurreição popular na França) e ocupar a cidade, iniciando um massacre que ficou conhecido como Semana Sangrenta.

A repressão desproporcional e violenta dos versalheses aos *communards* demonstra de forma irrefutável a grandiosidade e ousadia desses trabalhadores. Não bastava sufocar o movimento, era preciso esmagá-lo para que de seus atos de bravura não sobrassem exemplos e inspiração. Enganaram-se.

Ainda estamos aqui pela humanidade!

E AS MULHERES?

A Comuna foi uma experiência histórica sem precedentes, e daí advém sua importância inequívoca. Nas palavras de Eric Hobsbawm:

É inevitável que nos situemos no *continuum* de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. É inevitável fazer comparações entre o passado e o presente: é essa a finalidade dos álbuns de fotos de família ou filmes domésticos. Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a experiência histórica significa.¹²

Embora a insurreição popular de 1871 traga inúmeros ensinamentos, destacamos aqui três experiências históricas que nos fazem debater e comemorar a Comuna em seus 140 anos. A primeira lição da Comuna foi comprovar a necessidade de eliminação do Estado Burguês e todas as suas prerrogativas. A segunda, a experiência de um movimento do povo radicalmente democrático em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. E, por último, o destaque aqui mais importante: o maior exemplo revolucionário com participação das mulheres do século 19. Se necessitamos de experiências históricas que forneçam elementos para nossas reflexões e anseios, a Comuna é imprescindível para tal empreendimento.

Numa sociedade que esperava da mulher castidade, fidelidade, devoção e obediência aos homens (que tudo podiam), demonstraram das mais diversas formas: a luta de classes também lhes pertencia.

As mulheres, em seu contexto de exploração e miséria, vivendo numa sociedade patriarcal e machista, se rebelaram e tomaram a decisão de participar ativamente com papel, muitas vezes, decisivo no processo da Comuna. Numa sociedade que esperava da mulher castidade, fidelidade, devoção e obediência aos homens (que tudo podiam), demonstraram das mais diversas formas: a luta de classes também lhes pertencia.

Merendeiras, professoras, jornalistas, lavadeiras, todas que, de alguma forma, combatiam, mostram que a luta do movimento feminino por sua emancipação não pode ser desassociada de todas as outras lutas populares em curso. Eram mulheres-trabalhadoras oprimidas e, por isso, mulheres em luta. Combatentes presentes nas barricadas, nas ruas e reuniões.

Diferenciavam-se das mulheres burguesas que refutavam a luta operária apesar de viver a opressão machista do mundo burguês, assim, para Lissagaray:

Aquela mulher que os saúda ou os segue é a valente e verdadeira parisiense. A imunda andrógina nascida do lodo imperial seguiu sua clientela a Versalhes, onde explora a mina prussiana de Saint-Denis. A que agora ocupa as ruas é a mulher forte, devotada, trágica, que sabe morrer da mesma forma como ama, vinda do puro e generoso filão que, desde 89, corre vivaz nas profundezas populares. A companheira de trabalho quer também associar-se à morte.¹³

É assim que nos mais diferentes documentos aparecem os relatos de como as mulheres iam às trincheiras para incentivar os homens, levar roupas e alimentos, e muitas, para ficar e lutar. Apesar da exclusão que se evidenciava naquela sociedade, durante a Comuna souberam marcar presença. Organizaram-se e atuaram em clubes, núcleos e comitês de participação mista como o Clube da Revolução onde Louise Michel presidia os debates, ou fundaram suas próprias organizações como a União das Mulheres pela Defesa de Paris e pelos Cuidados aos Feridos ou ainda o Comitê de Vigilância das Cidades de Montmartre. A situação da mulher era, sem dúvida, o grande incentivo para a determinação e engajamento. Ser destinada ao lar, com dependência financeira, mesmo atuantes na produção, educadas para aprender subordinação e obediência, explica em parte como o papel das mulheres constituiu uma das maiores quebras de barreira do movimento operário do século 19 e foi decisiva para a mudança de *status* das mulheres na vida social e política. A partir daí ficaria mais difícil deixá-las fora do cenário da luta de classes.

A participação das mulheres ligadas à Internacional, como a socialista Elisabeth Dmitrieff e ou-

tras, como Nathalie Le Mel, Marcelle Tinayre, Aline Jacquier Otavine Tardif, Blanche Lefèvre (todas fundadoras da organização União das Mulheres), Léo André (pseudônimo de Vitória Léodile Bera), Joséphine Courbois (conhecida por ter participado

Sem contar os números desconhecidos do massacre direto na Semana Sangrenta, “foram submetidas 1.051 mulheres a conselhos de guerra, realizados entre agosto de 1871 e 1873: oito foram sentenciadas à morte, nove a trabalhos forçados e 36 a serem deportadas a colônias penitenciárias”.

nas barricadas da cidade de Lyon em 1848), Loïse Neckebecker (que se tornou capitã de regimento), Paule Mink, Victorine Louvert, Marguerite Lachaise, Eulalei Papavoine, Victorine Brocher, Suetens Leontine, Marie Lepoup, Beatrix Envrie, Malvina Poulain, Anna Jaclard, Sophie Poirier, Baetrix Excoffon (do Comitê das Mulheres para a Vigilância), Marie-Catherine Rigissart, Adélaïde Valentin (conhecida por chegar ao posto de Coronel) e mais uma centena de mulheres costureiras, lavadeiras, prostitutas, mostraram a efetiva participação das mulheres tanto nas propostas de emancipação dos trabalhadores e na revolução como nos momentos mais difíceis e trágicos da Comuna.

O Manifesto aos Trabalhadores do Campo, de 9 de abril de 1871, foi escrito pela jornalista Léo André. Louise Michel foi uma das maiores expressões de luta da mulher na Comuna. Esteve em combate (usando traje de soldado), presidia reuniões,

empenhava-se nas propostas educacionais, foi presa e condenada afirmando sua culpa, pois pertencia à revolução e não admitia ser defendida por isso.

Quando Montmartre é tomada, começam os primeiros massacres e a derrota é eminente. Muitos notam a força das mulheres em luta, como Lissagaray, que observa: “Durante a noite, com muito pouco entusiasmo, iniciou-se a construção de algumas barricadas; *só as mulheres mostravam ardor*”¹⁴. A autora Maria Lamas, em sua obra de 1952, *A mulher no mundo*, inova, fazendo um estudo comparado sobre as questões femininas no mundo, revelando com suas pesquisas que as mulheres na Comuna, quando perdiam o entusiasmo e se cansavam, cantavam a Marselhesa para não desanimar.

Com a derrota da Comuna, a evidente participação das mulheres assustou as forças conservadoras. Em 24 de maio, o massacre tomou proporções avassaladoras e, para explicitar o que isso significava, o *communard* Lissagaray fez uma comparação: “O massacre tomou esse ímpeto furioso que superou, em algumas horas, a Noite de São Bartolomeu”¹⁵. É nesse dia que começa a se divulgar a história das incendiárias (*pétroleuses*). Embora inexistam documentos que comprovem terem sido as mulheres (ou as forças do Governo) que colocaram fogo em vários edifícios públicos de Paris, esse foi um excelente argumento para as prisões e execução de centenas de mulheres.

Para Lissagaray, uma invenção,

que, difundida pela imprensa, custou a vida a centenas de infelizes. Correu o rumor de que megeras atiravam petróleo em chamas nos porões. Toda mulher malvestida, ou carregando uma lata de leite, um frasco, uma garrafa vazia, pode ser acusada de petroleira. Arrastada, em farrapos, até o muro mais próximo, é morta a tiros de revólver.¹⁶

Sem contar os números desconhecidos do massacre direto na Semana Sangrenta, “foram submetidas 1.051 mulheres a conselhos de guerra, realizados entre agosto de 1871 e 1873: oito foram sentenciadas à morte, nove a trabalhos forçados e 36 a serem deportadas a colônias penitenciárias”.¹⁷

No livro *Revoluções*, de Michel Löwy, que reúne fotos marcantes dos processos revolucionários, a Comuna, “contemporânea do advento da fotografia”, é apontada como a primeira revolução operária fotografada. A obra traz uma foto expressiva: dezenas de prisioneiras da Comuna no presídio de Chantiers, em Versalhes.

Pelo exposto, a participação das mulheres foi muito além de cozinhar e cuidar dos feridos. Elas se organizaram e participaram ativamente no campo de batalha, trabalharam na fabricação de armas e munição e, politicamente, na luta de classes. Defenderam a Comuna e seus direitos como mulheres trabalhadoras, atuaram sem medir esforços na construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Em que pese o significativo papel exercido hoje pelas mulheres nos mais diversos segmentos, cabe aqui

apontar a necessidade de se ampliar a pesquisa sobre o envolvimento das mulheres nas lutas revolucionárias. Isso se coloca como imperativo para reafirmar a força revolucionária das mulheres pela emancipação da humanidade. Esses ideais são nossa luta. PV

Lilian Marta Grisolio Mendes é Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professora do Lato Sensu de História, Sociedade e Cultura da PUC-SP e da Universidade Bandeirante (Uniban), Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Política, História e Cultura (POLITHICULT).

Débora Cristina Goulart é Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), com pesquisa desenvolvida na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) em Paris, Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), Grupo de Estudos de Cultura e Política no Mundo do Trabalho (Unesp – Marília) e Coordenadora do Curso de Ciências Sociais do Centro Universitário UniSant’Anna.

Notas

1. O mesmo artigo ainda proclama: “(...) As crianças deixam de ser propriedade de seus pais. Passam a viver em conjunto na casa (a Escola) e dirigem a sua própria vida”.
2. GONÇALVES, Renata. *Dinâmica Sexista do Capital*, Revista Espaço Acadêmico, Ano II, n 22, março 2003. Disponível em: <www.espaçoacademico.com.br>.
3. *La Commune (Paris 1871)*, Duração: 5h45’, Direção de Peter Watkins, França, 1999. O filme utiliza uma linguagem diferenciada onde o espectador acompanha, em quase seis horas de filme, a narrativa que mistura passado e presente através da TV Communard, que registra cada etapa da Comuna. Ao mesmo tempo que o filme dá voz aos trabalhadores anônimos (através de mais de 100 atores, quase todos amadores), também discute os meios de comunicação de massa.
4. Fundada em fevereiro de 1793.
5. Ver: MOSES, Claire G. *French Feminism in the Nineteenth Century*, Albany: University New York Press, 1984.
6. MARX, Karl. *A guerra civil na França*, tradução e notas: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).
7. BARSOTTI, P. Estamos aqui pela humanidade! Viva a Comuna de Paris de 1871. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_paulo_basotti.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2011
8. Ainda sobre Adolphe Thiers é válido ressaltar a apresentação de Michael Löwy: “Thiers era especialista nessa matéria: ministro do interior sob a Monarquia de Julho, fez o Exército intervir para reprimir os operários e o povo republicano de Paris, insurgidos em abril de 1834 contra a sua decisão de privá-los de liberdade de associação. Sob suas ordens, as tropas do general Bugeaud, futuro conquistador sanguinário da Argélia, massacraram os manifestantes da rua Transnonain, em 14 de abril, num dia sangrento reproduzido por Damier em uma de suas mais famosas litografias”. (LÖWY, Michael, *Revoluções*, tradução: Yuri Martins Fontes. São Paulo Boitempo, 2009, p. 26-27.)
9. LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier, *História da Comuna de 1871*, tradução: Sieni Maria Campos. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 79
10. LISSAGARAY, op. cit., p. 81.
11. Ver KESIK, Vesna, *O estupro como crime de guerra e o direito internacional*, Folha Feminista, abril 2003, n. 41, p. 1-2. Disponível em: <www.sof.org.br>. Acesso em: 29 jul. 2011.
12. HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*, tradução: Cid Knipel. São Paulo: Companhia das Letras, São Paulo, p. 36.
13. LISSAGARAY, op. cit., p. 162.
14. LISSAGARAY, op. cit., p. 247.
15. LISSAGARAY, op. cit., p. 260.
16. LISSAGARAY, op. cit., p. 260.
17. TOOD, Allan. *Las Revoluciones – 1789-1917*. Madrid: Alianza, 2000.



Soldados descansando na rua Belleville. (Bibliothèque Historique de la Ville de Paris)

A Comuna de Paris para além dos mitos*

O aspecto inovador da Comuna consistiu no fato de que, perante a impossibilidade de se prosseguir uma revolução localizada geograficamente nos bairros populares, se ampliou e aprofundou o seu caráter social.

JOÃO BERNARDO

A esquerda anticapitalista encontra-se hoje numa crise ideológica tão grave que, para superá-la, não é preciso alimentar guardiões da fé, mas proceder a uma rigorosa crítica interna da sua experiência histórica. Aliás, não se estaria nesta crise se durante tanto tempo não se tivesse deixado embalar por mitos.

MARX E ENGELS PERANTE A GUERRA FRANCO-PRUSSIANA

A Comuna surgiu do descalabro do aparelho político e administrativo imperial, quando a França perdeu a guerra contra a Prússia. Para o chanceler Bismarck e o

rei da Prússia estava em jogo a supremacia prussiana no processo de unificação alemã, enquanto para Napoleão III se tratava de impedir a constituição de uma potência que alteraria o equilíbrio político europeu e faria sombra à França.

Para Marx e Engels as circunstâncias eram delicadas, porque ambos defendiam a unificação nacional alemã e eram inimigos, mais do que do império russo, dos próprios eslavos. Noutros textos, analisei

Para Marx e Engels as circunstâncias eram delicadas, porque ambos defendiam a unificação nacional alemã e eram inimigos, mais do que do império russo, dos próprios eslavos.

a paradoxal dicotomia existente na obra e na prática política dos dois fundadores do comunismo moderno, que por um lado afirmavam na teoria abstrata a inevitabilidade das clivagens sociais e defendiam a posição da classe trabalhadora enquanto, por outro lado, nas análises concretas e na intervenção prática, davam mostras de nacionalismo e, acima de tudo, de uma obsessão antieslava. Volto agora ao assunto, apenas para salientar a ambiguidade das posições tomadas por Marx e por Engels durante a guerra entre os estados alemães e a França.

Os favores dos dois amigos dirigiram-se de início para a Prússia, que aparecia na ocasião como unificadora da Alemanha, um papel histórico que eles consideravam progressivo. Foi Marx quem redigiu a proclamação do conselho geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, ou simplesmente Internacional, emanada em 23 de julho de 1870, quatro dias apenas após a declaração de guerra, e nesse documento remeteu para um plano subalterno os problemas relativos à situação da classe trabalhadora de ambas as nações no con-

texto das hostilidades militares e atribuiu maior relevo à análise dos aspectos dinásticos e geopolíticos do conflito. Marx deu então livre curso à sua obsessão de sempre. “Na sombra desta guerra suicida”, escreveu ele, “espreita a figura sinistra da Rússia”. Depois de citar três excertos de resoluções tomadas em comícios de trabalhadores alemães, e em contraste flagrante com o espírito dessas declarações, onde o repúdio da guerra se exprimira nos termos exclusivamente proletários de uma afirmação de solidariedade para com os trabalhadores da França, Marx lançou-se uma vez mais em considerações geoestratégicas acerca das fatalidades da política externa prussiana.

Não se tratou de um simples deslize, porque sabemos, através de uma carta dirigida a Marx em 15 de agosto de 1870, que Engels encarou com simpatia a adesão à política agressiva do governo prussiano manifestada por “toda a massa do povo alemão e por todas as classes” e opôs-se à “obstrução total” do esforço de guerra defendida por Wilhelm Liebknecht, apesar de ser este o principal representante do marxismo na Alemanha¹.

É certo que quando os exércitos germânicos se converteram em invasores e a derrocada das tropas de Napoleão III libertou as energias do proletariado francês, Marx e Engels transferiram as suas simpatias para a França, mas sem abandonarem o quadro geopolítico em que interpretavam os acontecimentos. Nem a invasão nem o fato de os trabalhadores parisienses terem instaurado a Comuna fizeram Engels abandonar a hostilidade com que encarara a ação política conduzida contra a guerra pelos discípulos alemães de Marx. Num texto redigido no último mês de 1887 e nos primeiros meses de 1888, mas conhecido só após a sua morte, Engels referiu-se ao começo da guerra franco-prussiana afirmando que, do lado alemão, “naquele ímpeto nacional assistimos ao desaparecimento de todas as diferenças de classe”². Nesse manuscrito, em que se ocupou apenas com a diplomacia de bastidores e as intrigas de corte, não dedicou uma palavra sequer ao fato de Wilhelm Liebknecht e August Bebel, os principais dirigentes do partido

marxista alemão, se terem absterido no parlamento quando da votação dos primeiros créditos de guerra e terem votado contra os novos créditos, nem fez uma simples referência às moções contra a guerra adotadas em comícios de trabalhadores alemães, nem uma única menção ao aprisionamento de numerosos socialistas que se haviam manifestado mais ativamente a favor da paz.

Era uma posição enraizada a tal ponto que num ensaio publicado em 1890 Engels recordou a guerra franco-prussiana exclusivamente pelas suas repercussões sobre a política russa na Euro-

Era uma posição enraizada a tal ponto que num ensaio publicado em 1890 Engels recordou a guerra franco-prussiana exclusivamente pelas suas repercussões sobre a política russa na Europa, esquecendo-se de mencionar as lutas operárias desencadeadas pelo conflito, assim como foi no plano estrito da diplomacia que citou o manifesto da Internacional de 9 de setembro de 1870, o que aliás ajuda a esclarecer as preocupações de Marx quando redigiu esse documento.

pa, esquecendo-se de mencionar as lutas operárias desencadeadas pelo conflito, assim como foi no plano estrito da diplomacia que citou o manifesto

da Internacional de 9 de setembro de 1870, o que aliás ajuda a esclarecer as preocupações de Marx quando redigiu esse documento³.

MARX PERANTE A COMUNA DE PARIS

Na proclamação que escreveu em 9 de setembro de 1870 em nome do conselho geral da Internacional, Marx saudou a fundação da República, ocorrida cinco dias antes, e aconselhou o proletariado francês a acomodar-se às novas instituições burguesas e a procurar, através de meios legais, reforçar as suas organizações de classe, pondo de parte quaisquer veleidades revolucionárias imediatas.

A classe operária francesa depara [...] com circunstâncias extremamente difíceis. Qualquer tentativa para derrubar o novo governo, com o inimigo quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. [...] Que calma e resolutamente [os operários] aproveitem as liberdades republicanas para proceder metodicamente à sua própria organização de classe⁴.

Aliás, já em 18 de julho de 1870, numa carta enviada a Kugelmann, Marx classificara como “calamidade” qualquer tentativa insurreccional⁵.

E embora o proletariado se mostrasse cada vez menos inclinado a seguir aqueles conselhos, Marx manteve a atitude expectante. Só numa carta endereçada a Kugelmann em 17 de abril de 1871, exatamente um mês após a conquista do poder pelo operariado de Paris, Marx reconheceu, pela primeira vez claramente, a oportunidade da revolução, apesar de, cinco dias antes, escrevendo ao mesmo correspondente, ter já expressado simpatia pela iniciativa⁶.

Chegados aqui, os leitores anarquistas estarão possivelmente com um sorriso de uma orelha até à outra e a esfregar as mãos de contentamento. Mas antes de tempo.

BAKUNIN PERANTE A COMUNA DE PARIS

A 2 de setembro de 1870, no próprio dia em que o exército francês sofreu a catastrófica derrota em Sedan, que ditou o curso dos acontecimentos,

Bakunin escreveu numa carta para A. Richard: “Já não podemos ter ilusões acerca de Paris”. E justificou esse pessimismo invocando a presença na capital de grandes figuras do Império e de políticos orleanistas e republicanos.

Por outro lado, absorta nas diligências da sua própria defesa, Paris não poderá organizar a defesa nacional da França [...] O aparelho governativo, o Estado, está quebrado. A França só poderá ser salva por uma sublevação imediata, generalizada, anárquica, de toda a população das cidades e dos campos [...] Apelo a todos os municípios: que se organizem e se armem [...] Que enviem delegados para um lugar qualquer, fora de Paris, para formar o Governo Provisório [...] É necessário que uma grande cidade de província, Lyon ou Marselha, tome essa iniciativa⁷.

A posição adotada por Bakunin estava nos antípodas da defendida por Marx, e onde um reclamava “uma sublevação imediata, generalizada, anárquica”, o outro temia “uma loucura desesperada” e desejava que os operários procedessem “calma” e “metodicamente”. Mas num aspecto essas posições convergem: na noção de que se devia evitar qualquer movimento insurrecional em Paris.

A desconfiança que Bakunin sentia por Paris não era ocasional e correspondia a um sentimento profundo. Numa obra de 1870, *Cartas para um francês sobre a crise atual*, ele escreveu:

Absorto no interesse exclusivo e no pensamento exclusivo da sua defesa, Paris será completamente incapaz de dirigir e organizar o movimento nacional da França [...] A única coisa e a melhor que Paris poderia fazer no interesse da sua própria salvação seria proclamar e suscitar a absoluta independência e espontaneidade dos movimentos na província [...] se a França ainda puder ser salva, só o será mediante a sublevação espontânea das províncias⁸.

Essa previsão explica que Bakunin tivesse partido para Lyon, onde chegou a 15 de setembro de 1870. Procurou ali orientar os acontecimentos e em 28 de setembro participou de uma tentativa de insurreição, miseravelmente frustrada. Obrigado a fu-

gir da cidade, Bakunin manteve-se no sul da França, de onde escreveu, possivelmente a Gaspar Sentiñon, uma carta datada de 23 de outubro de 1870:

Tenho de me ir embora, porque não encontro aqui absolutamente nada para fazer [...] Querido amigo, já não tenho nenhuma fé na revolução em França. Este povo não é, de modo nenhum, revolucionário. O próprio povo tornou-se doutrinário, argumentador e burguês como os burgueses [...] O melhor conselho que te posso dar é que escrevas antes de mais para todos os nossos amigos de Madri para que não venham a França, porque seria um gasto de dinheiro completamente inútil [...] Saia deste país com um profundo desespero no coração [...]⁹.

A posição adotada por Bakunin estava nos antípodas da defendida por Marx, e onde um reclamava “uma sublevação imediata, generalizada, anárquica”, o outro temia “uma loucura desesperada” e desejava que os operários procedessem “calma” e “metodicamente”. Mas num aspecto essas posições convergem: na noção de que se devia evitar qualquer movimento insurrecional em Paris.

E assim, para não desatar os cordões da bolsa, o ilustre mentor do anarquismo viajou para outro lugar. Em 5 de abril de 1871, mais de duas semanas depois de iniciada a Comuna, Bakunin, já

regressado à Suíça, escreveu numa carta para Oga-reff:

Que pensas acerca do movimento desesperado de Paris? Terminará como puder, mas, temos de reconhecer, são ousados. Em Paris houve precisamente o que procuramos em vão em Lyon e em Marselha: uma organização e homens decididos a ir até ao fim. Provavelmente serão vencidos. Mas também é provável que em seguida a França não encontre nenhuma existência exceto a da revolução social. O Estado francês está perdido para sempre¹⁰.

A história é escrita por quem beneficia da segurança de conhecer o que se passou, e o historiador pode ironizar acerca dos protagonistas dos acontecimentos. Mas na época as previsões estrondosamente fracassadas das duas principais figuras do movimento revolucionário europeu tinham alguma justificação.

AS CONDIÇÕES DA COMUNA

Por um lado, tanto sob o ponto de vista militar como sob o da proporção das forças em jogo, a capital da França parecia o lugar menos conveniente para iniciar um levantamento. Por outro lado, a perseguição policial durante os últimos anos do Império deixara muito fragilizada a secção francesa da Internacional, e com a proclamação da República, em 4 de setembro de 1870, os membros da Internacional aliaram-se por todo lado, tanto na província como em Paris, às correntes radicais da burguesia, aos herdeiros do jacobinismo. Quando Marx escreveu, no manifesto de 9 de setembro de 1870, assinado pelo conselho geral da Internacional, que “calma e resolutamente” os operários deviam aproveitar “as liberdades republicanas” para “proceder metodicamente à sua própria organização de classe”, ele não estava, afinal, senão a refletir o que parecia ser a realidade política do momento.

Como prever, sensatamente, que o proletariado parisiense se insurreccionasse e tomasse o poder?

A GEOGRAFIA DA REVOLUÇÃO

Os insurrectos depararam com um obstáculo ainda mais sério do que as perseguições da polícia bonapartista.

Napoleão III ocupou-se da questão social e procurou conjugar a repressão com medidas destinadas a reorganizar as relações de classe. Tratou-se de um primeiro esboço do que mais tarde viria a ser o fascismo.

O Segundo Império foi um governo autoritário de direita, assente num poder pessoal e plebiscitário. Mas, contrariamente aos regimes tanto conservadores como liberais, para quem as reivindicações operárias eram simples casos de polícia, Napoleão III ocupou-se da questão social e procurou conjugar a repressão com medidas destinadas a reorganizar as relações de classe. Tratou-se de um primeiro esboço do que mais tarde viria a ser o fascismo.

Nesta perspectiva, Napoleão III ordenara a modernização social e estética de Paris, e o prefeito do departamento do Sena, barão Haussmann, encetou uma renovação da cidade que só terminaria no final daquele século. Mais do que uma engenharia de pedra ou cimento, uma urbanização é sempre uma engenharia social, e se a estética das casas, das ruas e das praças forma os gostos e condiciona as mentalidades, o arranjo dos bairros e dos lugares públicos e as deslocções de população determinam quadros de convivência. A urbanização que Haussmann levou a cabo foi muito vasta e não é esta a oportunidade para abordar, sequer resumidamente, os aspectos financeiro, sanitário e estético do empreendimento.

Mas é indispensável saber que Haussmann mandou destruir os velhos bairros proletários, de ruas estreitas e tortuosas onde facilmente se erguiam barricadas e de cujos telhados se atacava,

...o aspecto inovador da Comuna não consistiu nas barricadas, que foram o seu último recurso, e um recurso arcaico. O aspecto inovador consistiu no fato de que, perante a impossibilidade de se prosseguir uma revolução localizada geograficamente, se ampliou e aprofundou o seu caráter social.

com vantagem, a polícia e as tropas a cavalo. Em seu lugar rasgaram-se as avenidas que hoje conhecemos, demasiado largas e retilíneas para as barricadas terem efeito perante uma carga de cavalaria bem conduzida. Ao mesmo tempo, a velha distribuição geográfica das classes sociais e das categorias profissionais, com bairros exclusivamente populares e outros exclusivamente nobres, com ruas preferidas por financeiros e com bairros povoados de magistrados, deu lugar a uma forma pluriclássica de distribuição populacional. No último andar, ou nos dois últimos andares, dos grandes prédios que ladeavam as novas avenidas viviam em pequenos quartos a criadagem e a plebe pobre, instaurando uma espécie de divisão vertical das categorias sociais. Além disso, as avenidas foram concebidas como espaço de passeio e mais ainda o foram os novos parques de grandes dimensões, lugares de lazer onde a elite se exibia diante dos olhares pasmados ou cobiçosos da pequena burguesia e dos trabalhadores.

Foi numa geografia assim que o proletariado fez a sua revolução. Sem dúvida que os planos de Haussmann haviam sido eficazes para impedir que algumas partes da cidade caíssem em poder dos moradores. Era num espaço socialmente integrado que o proletariado parisiense começara a viver, antecipando o caráter integrador da sociedade contemporânea. Sem poder já localizar-se em bairros exíguos, a revolta estendeu-se por toda a cidade e converteu-se na primeira revolução moderna, a primeira em que o proletariado encarou a necessidade de controlar e reorganizar a totalidade da sociedade.

Afirma-se com frequência que a nova urbanização permitiu esmagar facilmente as barricadas da Comuna. No entanto, o aspecto inovador da Comuna não consistiu nas barricadas, que foram o seu último recurso, e um recurso arcaico. O aspecto inovador consistiu no fato de que, perante a impossibilidade de se prosseguir uma revolução localizada geograficamente, se ampliou e aprofundou o seu caráter social. A urbanização do barão Haussmann pretendia impossibilitar a revolução e, diante desse desafio, o proletariado inventou uma revolução de novo tipo: uma revolução social global.

A MISTIFICAÇÃO DA HISTÓRIA

“Se a Comuna tivesse escutado os meus conselhos!”, lastimou-se Marx numa carta de 12 de junho de 1871¹¹, duas semanas após a derrota final. Se a Comuna lhe tivesse escutado os conselhos teria começado por não existir, mas a história é primeiro feita e depois escrita, e os problemas surgem quando ela é escrita por aqueles que a tinham querido fazer de outra maneira.

Marx e Engels empenharam-se em propagar que as duas grandes influências exercidas em 1870 e 1871 sobre o proletariado francês vinham de Blanqui e dos discípulos de Proudhon. Porém, os proudhonianos haviam já sido marginalizados no interior da seção francesa da Internacional durante os últimos anos da década de 1860, e o

predomínio passara a caber a uma orientação que se definia como comunista antiautoritária e encontrava em Louis-Eugène Varlin um destacado representante. Foi essa corrente que os marxistas procuraram depois esquecer, quando não a confundiram erradamente com o anarquismo.

Delegado às Finanças na Comuna e, depois, a partir de abril, aos Abastecimentos e à Intendência, e tendo antes disso ocupado funções de comando na Guarda Nacional, a futura milícia dos insurrectos, Varlin não se mostrou interessado por uma gestão centralista e autoritária da economia e patrocinou a apropriação das oficinas pelos seus trabalhadores, que haveriam de dirigi-las a partir da base. Não só as oficinas abandonadas pelos patrões seriam confiscadas pelos sindicatos e entregues aos seus trabalhadores, consoante estipulou o decreto de 16 de abril de 1871, mas a

Estavam em jogo duas concepções de socialismo profundamente diferentes. Uma delas pugnava por uma gestão descentralizada das empresas, a cargo dos seus próprios trabalhadores. A outra defendia uma planificação centralizada e despótica de toda a economia.

documentação que hoje se conhece permite saber que, segundo os projetos da Comissão do Trabalho e das Trocas, a partir do começo de maio estava igualmente prevista a expropriação completa das manufaturas pertencentes aos grandes capitalistas e a generalização da gestão operária, que em todos os casos assumiria a forma cooperativa. Era

precisamente essa a solução proposta por Varlin, e a ele se deveram os contatos regulares estabelecidos entre as associações operárias e a Comissão do Trabalho e das Trocas.

Estavam em jogo duas concepções de socialismo profundamente diferentes. Uma delas pugnava por uma gestão descentralizada das empresas, a cargo dos seus próprios trabalhadores. A outra defendia uma planificação centralizada e despótica de toda a economia.

No panfleto publicado logo após a aniquilação da Comuna, Marx deu o menor relevo possível ao decreto de 16 de abril, citando-o em último lugar entre as medidas econômicas tomadas pelos insurrectos, depois da abolição do trabalho noturno dos padeiros e da proibição feita aos patrões de praticarem descontos sobre os salários dos empregados enquanto forma de penalização. Dificilmente se acreditará que, tão bem informado acerca de tudo o que se passara em Paris através das centenas de cartas recebidas dos seus partidários, e mantendo naquelas semanas febris uma correspondência com o próprio Varlin, Marx ignorasse a amplitude dos projetos e dos esboços de realização prática promovidos pela Comissão do Trabalho e das Trocas.

Por seu lado, ao referir-se à expropriação dos meios de produção decretada por aquela Comissão, Engels deu menos destaque ao fato de as oficinas deverem ser exploradas e administradas diretamente pelos seus próprios trabalhadores do que às disposições necessárias para coordenar essa atividade, que ele apresentou como se tivessem por objetivo instaurar uma direção centralizada da economia. Escreveu Engels:

A 16 de abril, a Comuna ordenou que se efetuasse um recenseamento das oficinas encerradas pelos fabricantes e se elaborassem planos para entregar a gestão dessas empresas aos operários que até então aí trabalhavam, os quais deviam reunir-se em associações cooperativas, bem como para organizar estas associações numa única grande federação.

E, adiante, insistiu que:

o mais importante de todos os decretos promulgados pela Comuna instituíra uma organização da grande indústria, e mesmo da manufatura, que não só devia basear-se na associação dos trabalhadores de cada fábrica, mas também reunir todas essas associações numa grande federação [...]¹².

Ora, Engels conhecia bem demais qual havia sido, a esse respeito, a posição de Varlin e daquela que fora então a maioria da seção francesa

da Internacional. As medidas que para uns deviam servir de estímulo à iniciativa da base eram apresentadas pelo outro como devendo reforçar o poder de decisão central.

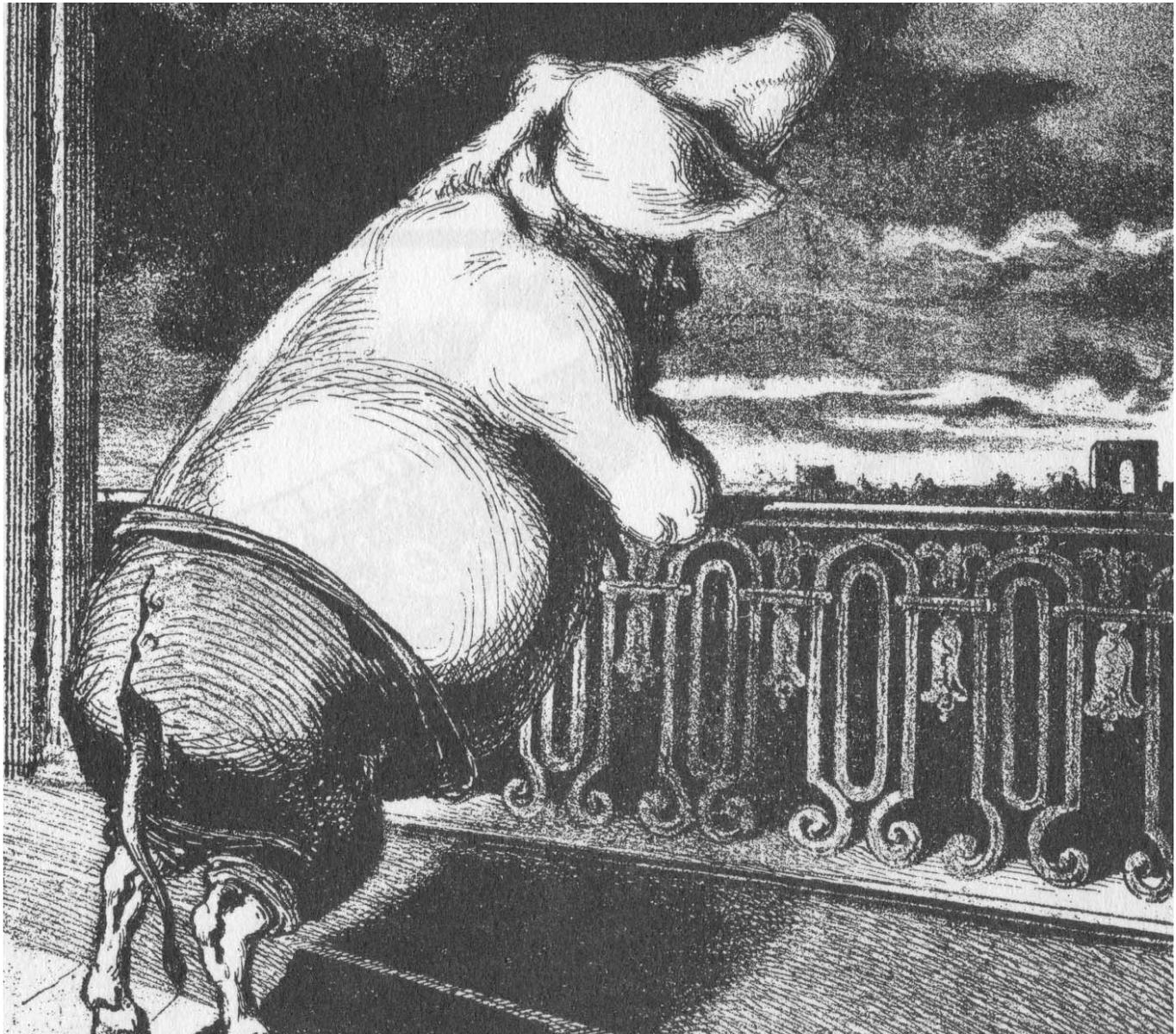
Mas Marx e Engels puderam escrever tranquilamente a sua versão dos acontecimentos, enquanto muitos dos outros estavam mortos ou deportados. PV

João Bernardo é escritor.

Notas

* Este artigo, publicado no site Passa Palavra (<http://passapalavra.info/?p=39835>), retoma os temas que abordei nas minhas intervenções a 10 de maio em “A Comuna de Paris 140 Anos Depois”, na UNEB de Salvador, e a 23 de maio em “Tomando o Céu de Assalto. Da Comuna de Paris à Comuna de Oaxaca: 140 Anos de Experiências de Auto-Organização dos Trabalhadores”, na PUC de São Paulo.

1. Para poupar trabalho àqueles leitores que, em circunstâncias idênticas, me têm acusado de ignorar as obras de Engels e de Marx, de proceder a citações fora do contexto ou outras coisas igualmente feias, indico que esta carta se encontra antologada em Roger Dangeville (org.), *Marx et Engels. Écrits Militaires. Violence et Constitution des États Européens Modernes*, Paris: L’Herne, 1970, p. 514-517, estando as frases citadas na pág. 515.
2. Ver R. Dangeville (org.), op. cit., p. 571.
3. Os leitores interessados podem encontrar o ensaio de Engels em Paul W. Blackstock e Bert F. Hoselitz (orgs.), *The Russian Menace to Europe, by Karl Marx and Friedrich Engels*. Glencoe: Free Press, 1952, p. 48-49.
4. Karl Marx, *La Guerre Civile en France, 1871 (La Commune de Paris)*. Paris: Éditions Sociales, 1963, p. 38-39.
5. A primeira vez que deparei com uma referência a essa carta de Marx foi em Max Gallo, “L’Abus du Mythe”, *Le Monde*, 14-15 de março de 1971, p. 12. Depois encontrei o documento mencionado em diversos lugares, mas quero recordar aqui a leitura de um artigo que contribuiu para me lançar numa longa cadeia de reflexões. É curioso observar que a editora do Partido Comunista Francês não considerou oportuno incluir a carta de 18 de julho de 1870 entre outras enviadas por Marx a Kugelmann acerca das lutas sociais em França, e que foram reproduzidas em K. Marx, *La Guerre Civile en France...*, op. cit., p. 94-104.
6. Karl Marx, *La Guerre Civile en France...*, op. cit., p. 101-103.
7. Citado por Max Nettlau no “Prólogo” a Diego A. de Santillán (org.), *Obras Completas. Miguel Bakunin*, 4 vols., Madrid: La Piqueta, 1977-1979 [1. ed.: Barcelona, 1938-1939], vol. I, p. 19-20.
8. D. A. de Santillán (org.), op. cit., vol. I, pág. 112 (sub. orig.).
9. Citado por Max Nettlau no “Prólogo” a D. A. de Santillán (org.), op. cit., vol. I, p. 44-45.
10. Citado por Max Nettlau em id., *ibid.*, vol. II, p. 31-32.
11. Karl Marx, *La Guerre Civile en France...*, op. cit., p. 111.
12. Prefácio de Engels à reedição inglesa de 1891 de um panfleto de Marx publicado originariamente em 30 de maio de 1871. As passagens citadas encontram-se em Karl Marx, *La Guerre Civile en France...*, op. cit., p. 19 e 22 (sub. orig.).



Reflexões sobre as lutas por uma sociedade sem pátria e sem patrões

ANTONIO OZAÍ DA SILVA

O tema é amplo e complexo. Quais são as lutas sociais que apontam para uma sociedade sem pátria nem patrões? No tempo, abrangem vários momentos históricos; no espaço, diversas experiências. Começemos pela social-democracia revolucionária. Sim, houve um tempo em que

ser social-democrata era sinônimo de ser revolucionário. Foi uma época em que os social-democratas almejavam derrotar a ordem burguesa, tinham a revolução no horizonte e atuavam para construir a sociedade pós-capitalista, internacionalista e comunista, sem pátria nem patrões. Paradoxalmente,

porém, o seu projeto revolucionário se via limitado pela ordem social que combatiam. As tensões pela adaptação estavam presentes desde as origens. Pois se o vir-a-ser está presente na realidade vigente, não é possível pensar e agir desvinculado do mundo em que se vive. O perigo é a acomodação à ordem que se deseja superar, ainda que se mantenha a retórica da utopia revolucionária.

Eis o dilema social-democrata: negar a ordem social e política burguesa e, simultaneamente, atuar nas instituições políticas existentes. Em outras palavras, a social-democracia, desde suas origens revolucionárias, se viu diante da alternativa que permanece atual: participar ou não das instituições burguesas? As diferentes opções em torno desta questão opuseram os anarquistas aos socialistas. Os primeiros recusaram a participação no parlamento burguês, a organização em partido político e a luta por reformas; os segundos aceitaram o desafio de participar e se organizar em partidos. A negativa do anarquismo justificou-se pela oposição a todo e qualquer governo, pela recusa da perspectiva da ditadura do proletariado e do Estado Socialista. Essa atitude forneceu-lhe um halo de pureza revolucionária que representou, no extremo, a negação de qualquer positividade quanto à sociedade a ser transformada.

O movimento socialista fortaleceu-se enquanto crítica social, econômica, política e ideológica aos valores predominantes na sociedade industrial dos séculos 19 e 20. Ele representou a continuidade histórica dos ideais revolucionários presentes nas revoluções burguesas na Inglaterra e na França. Ao mesmo tempo, configurou uma ruptura com tudo o que legitimava a ordem burguesa.

O socialismo, porém, foi fruto dessa sociedade e também sofreu a influência das ideias que combatia. Esses valores incrustaram-se historicamente na práxis socialista; incorporaram-se ao seu cotidiano, pensamento e ação. Na política institucional, essa ideologia encontrou terreno fértil para desenvolver-se.

A possibilidade de transformar a realidade implica agir diante dela, com os riscos inerentes à ação. A utilização da luta parlamentar potencializou a capacidade de intervenção dos socialistas e revelou-se

um instrumento eficaz de propagação da sua ideologia, minando a força ideológica da burguesia no seio do proletariado e influenciando estratos sociais exteriores à classe operária. Por outro lado, seu crescimento também potencializou os meios e mecanis-

O perigo é a acomodação à ordem que se deseja superar, ainda que se mantenha a retórica da utopia revolucionária.

mos de influência da ideologia dominante em suas hostes. O pecado original da social-democracia reside nessa necessidade intrínseca à sua práxis política, determinada pela opção em participar.

O caminho alternativo seria o da abstenção. Este acarretava o risco da renúncia às responsabilidades concretas de promover reformas necessárias, ainda que no quadro do capitalismo. Com efeito, os trabalhadores não são uma abstração teórica, mas seres reais com necessidades objetivas concretas. Diante das dificuldades e dos sofrimentos cotidianos é difícil convencê-los a abraçar o projeto revolucionário, cujo horizonte parece-lhes inatingível. Em geral, os seres humanos são pragmáticos. Afinal, “os ideais revolucionários podem impulsionar a história, mas não fornecem alimento nem abrigo” (Przeworski, 1989, p. 24-25).

Eis o dilema: não participar significa correr o risco de isolar-se dos trabalhadores e perder seu apoio; de limitar-se ao papel de representar a consciência crítica do movimento operário ou reduzir-se “a um diminuto grupo de ascetas políticos” (apud Przeworski, idem, p. 25). Não obstante, a experiência da social-democracia mostrou que a decisão de participar também acarreta ônus.

Conhecemos o final desse filme: a social-democracia aderiu aos esforços patrióticos de seus respectivos governos em guerra declarada; assumiu de

bom grado a gerência da sociedade que pretendia revolucionar; tornou-se uma potência econômica de caráter capitalista; abandonou até mesmo a retórica socialista e o ideário reformista; adaptou-se à ordem, tornou-se mantenedora desta e renunciou definitivamente a qualquer veleidade que fizesse lembrar os seus princípios originais.

Em suma, a experiência social-democrática terminou por rejeitar a possibilidade utópica de uma sociedade sem pátria nem patrões. Ela reforçou os valores e potencializou o desenvolvimento do nacionalismo e do poder patronal. De fato, foi com o seu concurso que a burguesia conseguiu superar as piores crises econômicas e políticas em sua história.

Contra o malogro social-democrata, anunciando nas primeiras décadas do século 20, sublevou-se o revolucionarismo de outras vertentes marxistas. Sem dúvida, o marco histórico do processo de dupla contestação, à sociedade burguesa e à social-democracia patrioteira e cooptada à ordem capitalista, foi a Revolução Russa de 1917. Esse evento, realizado por homens e mulheres de carne e osso, com as qualidades e as imperfeições inerentes ao ser humano, instaurou a aurora da sociedade comunista. Os revolucionários de 1917 pretenderam superar o capitalismo e iniciar a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista fundada em princípios internacionalistas e na coletivização dos meios de produção, rumo a uma sociedade sem classes, sem política e sem Estado: a sociedade comunista.

Um feito histórico sem precedentes, saudado até mesmo pelos libertários. Não obstante os esforços e a afirmação dos princípios que orientaram os que ousaram revolucionar a sociedade russa, os seus desdobramentos e descaminhos geraram exatamente o oposto: produziram-se as condições para o surgimento e domínio dos “novos patrões”, burocratas que se autointitulavam a “vanguarda do proletariado”.

O Estado Operário, longe de definhando, reforçou cada vez mais o seu poder de dominação e a “ditadura do proletariado” transformou-se na “ditadura contra o proletariado”. Os obstinados que se recusaram a silenciar a crítica às “deformações” da construção do socialismo nas condições políticas condi-

cionadas pelo partido único, demiurgo da história e porta-voz dos interesses e aspirações operárias, não ficaram imunes ao braço armado e repressor do Partido-Estado, aos seus ditames burocráticos e à tirania da maioria – ativa ou silenciosa, mas subserviente e legitimadora do poder político. Em nome da “revolução” e do “proletariado”. A menor crítica à “linha justa” foi vista como “desvio revolucionário” – *crimeia*, diria Orwell –; a menor divergência da linha oficial poderia ser motivo mais do que suficiente para afastamento, perseguições, encarceramento, isolamento para tratamento psíquico ou reeducação, e morte. Como na Santa Inquisição, elimina-se o herege para curá-lo da heresia, ou seja, suprime-se o pensar dissidente eliminando-se o corpo físico que o abriga.

A utopia socialista pariu um monstro autoritário, um Estado amparado apenas no poder repressivo e na ideologia transformada em dogma, numa espécie de religião laica e oficial.

A utopia socialista pariu um monstro autoritário, um Estado amparado apenas no poder repressivo e na ideologia transformada em dogma, numa espécie de *religião laica* e oficial. A *verdade* do partido único foi sacralizada, transformada em fonte de doutrinação e fundada numa retórica político-ideológica que intentava legitimar-se na tradição revolucionária, nas palavras e argumentos dos primeiros *profetas*. Stalinismo é o seu nome, mas é também conhecido pela alcunha de “marxismo-leninismo”.

Seu arcabouço teórico-ideológico, fundado em conceitos-chaves como a ditadura do proletariado, a concepção leninista de partido, etc., alicerça a práxis dos marxismos ortodoxos. Esse modelo foi sacramentado pela Terceira Internacional e a

política de bolchevização dos partidos comunistas. Configura-se, assim, uma certa leitura de Marx e Lênin, de feição ortodoxa. Os marxismos ortodoxos abrangem, como bem observou Maurício Tragtenberg (1981), um amplo leque de forças políticas definidas como “marxismo-leninismo-stalinismo” e “marxismo-leninismo-trotskismo”.

Por mais absurdo que pareça, é possível encontrar adeptos saudosistas do “guia genial dos povos” a brandir argumentos semelhantes na tentativa de justificar o terror stalinista.

Neste *campo*, alguns imaginaram a possibilidade de “salvar o projeto socialista” e os “princípios revolucionários” simplesmente pela periodização do *a.L.* e *d.L.* (“antes de Lênin” e “depois de Lênin”). Esquecem – ou se fazem de desentendidos – que já no período Lênin-Trotsky desenvolveram-se os germens ditatoriais contra a Oposição Operária¹, os marinheiros de Kronstadt², os libertários que ousaram desafiar o “poder revolucionário”, os camponeses liderados por Makhno³, etc.; esquecem que o aniquilamento dos soviets – no sentido da sua transformação em apêndices do partido e do Estado – e também parecem olvidar a política que anulou a possibilidade do controle operário, da autogestão nas fábricas, a direção unipessoal determinada pelo partido e a submissão dos sindicatos à função de correias de transmissão da linha oficial. Tudo isso foi aprofundado e levado às últimas consequências pelo stalinismo, mas começou antes, no tempo em que o todo poderoso “guia genial dos povos” era apenas um ilustre burocrata no aparato do Partido e do Estado.

Lógico, existem os argumentos legitimadores das práticas políticas autoritárias anteriores ao

advento do stalinismo. As tão alardeadas “condições objetivas” explicariam tudo. Há, nisto, certo determinismo, pois se é verdade que a ação dos indivíduos, em especial da vanguarda revolucionária, é limitada pelas circunstâncias conjunturais (a realidade objetiva), também é fato que as decisões individuais são tomadas entre as variáveis possíveis e de acordo com os interesses em disputa. Ora, os homens fazem a história, mas a fazem sob determinadas circunstâncias; ou seja, os homens são, simultaneamente, produtos das circunstâncias e agentes históricos que agem sobre estas, *produtos* e *produtores* da história.

O interessante no raciocínio objetivista é que ele parece valer apenas para “os nossos”, isto é, quando se trata de justificar práticas e teorias que historicamente se mostraram equivocadas e constrangedoras aos seguidores atuais. Se levarmos este raciocínio ao limite, então, por que explicar a adesão da social-democracia ao social-patriotismo apenas pelas “condições subjetivas”? Será que lançar a pecha de “traição” aos líderes sociais-democratas daquela época – ou seja, a maioria social-democrata – é uma resposta que dá conta da complexidade política? Parece-me que a análise crítica é necessária e esta exige ir além dos adjetivos e chavões.

A rigor, o argumento das “condições objetivas”, sempre lembrado nas intermináveis polêmicas entre as diversas matizes do campo político marxista-leninista e outros “istas”, também pode ser aplicado na defesa do stalinismo. Por mais absurdo que pareça, é possível encontrar adeptos saudosistas do “guia genial dos povos” a brandir argumentos semelhantes na tentativa de justificar o terror stalinista. Para as *viúvas* de Stálin, o todo-poderoso secretário-geral fez o que tinha que fazer, ou seja, o que as “condições objetivas” da conjuntura exigiam. Não obstante, independentemente dos argumentos legitimadores e da bizantinice, fatos são fatos – ainda que sempre sujeitos às interpretações divergentes.

O eterno retorno aos *profetas* das origens e à obra ideologicamente canonizada é uma vã tentativa de operar discursos legitimadores dos novos profetas, seguidores e mantenedores de uma tradi-

ção que teria sido rompida em algum momento da história. Estabelecem-se, assim, linhas de continuidade que se nutrem das fontes de autoridade primeiras para reafirmar novas autoridades capazes da exegese dos *textos sagrados*. É um campo em disputa, em que a luta entre os diversos grupos e indivíduos que se reivindicam herdeiros da tradição objetiva de ter mais *capital simbólico* e, dessa forma, fortalecer-se enquanto autoridade legitimada pela autoridade do *profeta* original.

O século 20 foi o século das utopias autoritárias e sua derrota não significou o fortalecimento das forças políticas, em geral minoritárias, que historicamente fizeram a crítica prática e teórica à esquerda. O marxismo heterodoxo, o luxemburguismo, o trotskismo, etc., sucumbiram à hegemonia stalinista e foram incapazes de construir uma alternativa...

Neste diapasão, olvida-se o caráter conservador inerente à tradição e aniquila-se a dialética em nome da dialética. O resultado é trágico! A assimilação doutrinária e dogmática da teoria e das interpretações ideologizadas sobre os fatos históricos, que dissimulam interesses políticos em competição, termina por produzir a morte da dialética, como diria o filósofo Leandro Konder (2009). Os fatos são contorcidos para se adaptarem às teorias.

Seria necessário analisarmos como essas teorias e a práxis dos marxismos inspirados na Revolução Russa e na III Internacional repercutiram no Brasil. Infelizmente, não é possível percorrer esse caminho neste espaço. Contudo, e a despeito dos esforços da militância, os resultados apontam para uma direção contrária à utopia de uma sociedade sem padrões e internacionalista.

A análise racional dos fatos históricos indica que a utopia dos social-democratas revolucionários foi derrotada. Embora generosos em suas intenções, os que intentaram construir a sociedade socialista inspirados na Rússia de 1917, e depois na URSS, terminaram por reforçar o patriotismo, o poder do Estado e do Partido e criaram novos “padrões”, burocratas metamorfoseados em representantes e vanguarda do proletariado. A generosa proposta da Revolução Russa degenerou e pariu algo afeito à polêmica, mas que dificilmente pode ser caracterizado como socialismo. O problema, porém, é que essas experiências, batizadas de “socialismo real” são as que historicamente vinculam-se ao ideário de Marx e Lênin, entre outros.

O século 20 foi o século das utopias autoritárias e sua derrota não significou o fortalecimento das forças políticas, em geral minoritárias, que historicamente fizeram a crítica prática e teórica à esquerda. O marxismo heterodoxo⁴, o luxemburguismo, o trotskismo, etc., sucumbiram à hegemonia stalinista e foram incapazes de construir uma alternativa – embora sobrevivam com maior ou menor força, a depender das conjunturas políticas. Contudo, a existência de dissidências, mesmo nos momentos mais difíceis, expressa a resistência e a possibilidade do reavivamento e oxigenação da utopia revolucionária. Como a Fênix que renasce das cinzas, as lutas sociais inspiram os que continuam a acreditar no impossível, a crer que novas comunas virão! Isso, porém, não está inscrito no DNA dos indivíduos e coletivos políticos. A história confirma que os discursos e princípios revolucionários são insuficientes. Da mesma forma, não basta dividir o mundo entre os bons e os maus. Boas intenções podem gerar monstros que a razão desconhece. Aliás, se o sono da razão produz monstros, a razão desperta também gera horrores inimagináveis – e o século 20, infelizmente, deu provas!

Não é o caso de fomentar maniqueísmos, mas de compreender os fatos históricos e aprender com os erros e acertos cometidos. A história, afinal, é feita por homens e mulheres concretos. Não devemos esquecer que as sociedades são construções humanas e, portanto, são imperfeitas. É da práxis humana que se trata e não de ideias e abstrações desincorporadas e acima da realidade em que os homens e mulheres reais vivem.

Os seres humanos são seres que sonham e agem inspirados pelos sonhos. A utopia de uma sociedade sem pátria nem padrões é, portanto, uma possibilidade em aberto; é o objetivo que estimula e move os irredutíveis. A imaginação humana impele-nos para além do ser-no-mundo, na direção do vir-a-ser. E, para além das nossas reflexões, desejos, sonhos e crises, as contradições sociais permanecem, acumulam-se e produzem novas contradições. A história continua o seu curso, pois que a ação humana mantém a perspectiva transformadora. Enganam-se os que decretaram o fim da história, os que consideram que o *status quo* é perene.

“Sou um otimista, acredito na contradição”, afirmou Mauricio Tragtenberg. Renego o derrotismo dos acomodados e adaptados e os trãnsfugas de todos os tipos. São pessimistas de ocasião. Pior que estes, só os

indiferentes. Sim, sou otimista! Mas sem as ilusões dos maniqueístas que, por se considerarem os “bons”, acham justos e legítimos todos os *meios*, ainda que contradigam os *fins*. E, à maneira religiosa, veem-se como *profetas* do reino na terra, transformam teorias em dogmas e constroem um corpo doutrinário que se assemelha ao *texto sagrado*. Imaginam-se “salvadores” da humanidade e afirmam o amor incondicional a esta. No entanto, são incapazes de amar o próximo, o ser humano real e concreto. Claro, é bem mais fácil amar abstrações, conceitos, etc., do que o homem e a mulher concretos, com toda a sua humanidade de seres imperfeitos.

Mantenho o otimismo dos que abraçam as causas perdidas, dos que remam contra a corrente, dos que persistem e sabem que, apesar de tudo, é preciso resistir. Mas sem ilusões e determinismos. A história permanece como uma possibilidade em aberto. Ela ensina; basta querer aprender. Aprendi e, ainda assim, perseverei. Mas, como diria o poeta, “minhas ilusões estão todas perdidas, os meus sonhos foram vendidos, tão barato que eu nem acredito”.⁵ PV

Antonio Ozaí da Silva é Professor do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá (DCS/UEM) e autor de *Maurício Tragtenberg: militância e pedagogia libertária* (Ijuí: Editora Unijuí, 2008).

Notas

1. Sugiro a leitura de Alexandra Kollontai, *Oposição operária 1920-1921*.
2. Ver Henri Arvon, *A Revolta de Kronstadt*.
3. Ver: Nestor Makhno, *A revolução contra a revolução*; e Nestor Makhno, Alexandre Skirda, e Alexandre Berkman, *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia*.
4. Ver Maurício Tragtenberg, (org.). *Marxismo Heterodoxo*.
5. Da música “Ideologia”. Composição: Cazuza e Frejat.

Referências

- ARVON, Henri. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Oposição operária 1920-1921*. São Paulo: Global, 1980.
- KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MAKHNO, Nestor. *A revolução contra a revolução*. São Paulo: Cortez, 1988.
- MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre; BERKMAN, Alexandre. *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia*. São Paulo: Editora Imaginário; Nu-Sol, 2001.
- ORWELL, George. 1984. 23.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TRAGTENBERG, Maurício (org.). *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.



Comunas e sovietes: um olho no passado e outro no futuro*

LÚCIO FLÁVIO RODRIGUES DE ALMEIDA

Longe de compartilhar do suposto de que, para os que pretendem transformar o mundo, a teoria vai bem e o problema é a prática, tentarei abordar, mesmo que de modo simplificado, algumas questões em aberto acerca das relações entre poder político e transição revolucionária. Para isto, recorrerei a um cotejo que já se tornou clássico, até porque inaugurado por Marx e Engels. Trata-se da comparação entre a abordagem do Estado apresentada no *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em fevereiro de 1848, e a análise empreendida nas mensagens de Marx sobre a Comuna de Paris¹. Em seguida, farei uma referência a algumas contribuições fundamentais para esse debate ao longo do século 20. O suposto é que os marxistas revolucionários têm à sua disposição um valioso repositório de

teses a serem desenvolvidas com vistas a fecundar as práticas políticas deste século que mal se inicia e, para nós, se inicia mal. Todavia – e ao mesmo tempo – têm de ajustar contas com um século de grandes empreitadas políticas que terminaram mal.

O *Manifesto do Partido Comunista* foi escrito por Marx entre o final de 1847 e o início de 1848, como atividade de militante que ele exerceu durante quase toda a sua vida adulta. O primeiro capítulo se abre com grandes pinceladas acerca da epopeia burguesa. Trata-se, em linhas gerais, de um processo que se inicia nas entranhas do feudalismo e passa pelo desenvolvimento das relações econômicas, ideológicas e políticas capitalistas. Nesse processo, ao longo do qual a burguesia se constitui em classe dominante, também se constitui o Estado burguês,

aliás a expressão mais acabada do próprio processo de formação dessa nova classe. É ao “executivo deste Estado moderno” que Marx dedica uma formulação sintética: “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 1998a: 42).

Também o proletariado é considerado processual e não um dado. Como afirmam os autores do *Manifesto Comunista*, “o proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua existência”. Inicialmente, a luta é de “operários isolados”; em seguida, dos “operários de uma mesma fábrica”; mais adian-

O processo de constituição do proletariado já se insere numa luta contra a burguesia e aquele que cuida dos “negócios comuns” desta classe: o Estado burguês.

te, “operários de um mesmo ramo da indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente” (Marx e 1988: 47)². Desde que não interpretadas à luz de um evolucionismo linear, essas observações possuem uma incrível atualidade. Encontramos, hoje, em diversos países e mesmo em diferentes ramos da produção em um mesmo país, ações de operários e operárias extremamente similares às abordadas por Marx e Engels em meados do século 19, inclusive com manifestações de corporativismo, chauvinismo, etc. Por outro lado, não foram poucas as vezes em que “os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular [tomaram] cada vez mais o caráter de um confronto entre duas classes” (Marx e Engels, 1988:48). É nesse contexto que os dois autores afirmam que “toda luta de classes é uma luta política” e se referem a abalos e recuperações da “organização do proletariado em classe e, com isso, em partido político” (ibid.).

Essas passagens são valiosas por vários motivos.

Apesar de algumas críticas superficiais ao politicismo, fica difícil ignorar que, já no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels estão atentos à importância crucial da dimensão política no processo de constituição do proletariado como classe antagônica à burguesia. Ou seja, não se trata, por um lado, de uma classe que nasce pronta e acabada na esfera econômica, bastando somente adquirir consciência de si mesma, o que ocorre por uma espécie de automatismo. Esta última suposição parte de uma premissa economicista e desemboca exatamente em um politicismo extremamente simplista quando, ao se confrontar com a perplexidade diante de várias situações em que a luta política do proletariado está ausente, ape-la para a tese de que houve uma traição política das direções³. Traições ocorrem, mas não constituem a explicação fundamental para conjunturas de pouca combatividade revolucionária da classe operária.

O processo de constituição do proletariado já se insere numa luta contra a burguesia e aquele que cuida dos “negócios comuns” desta classe: o Estado burguês. Daí a afirmação de que “o objetivo imediato dos comunistas é... a constituição do proletariado em classe, derrubada da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado” (id., p. 80). Neste sentido, o primeiro (não o último) passo da revolução socialista “é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia” (id.: 86).

Nestes termos, é clara a principalidade da dimensão política. Até porque – o que já está implícito na formulação de Marx – o proletariado exercerá sua dominação política sobre as demais classes, especialmente sobre a burguesia. “A conquista da democracia” para o proletariado será o exercício do despotismo frente à classe dos capitalistas, pois se tratará precisamente de expropriá-la dos meios de produção, que serão postos cada vez mais sob controle do proletariado, então elevado a um plano superior, ou seja, “organizado como classe dominante”. A esse respeito, temos uma conceituação de “poder político propriamen-

te dito” como “o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (id.: 87) e uma fecunda formulação acerca da relação entre Estado e poder político proletário: “o Estado, ou seja, [o] proletariado organizado como classe dominante” (id.: 86). Ambas as formulações são congruentes com as teses centrais apresentadas até aqui. Articuladas pelos próprios autores resultam na afirmação de que

O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas. (id., ibid.).

Restaria teorizar sobre o tipo de aparato político adequado a este exercício do poder político proletário que possibilitaria, por um lado, a expropriação despótica dos meios de produção ainda propriedade privada burguesa e, por outro, a conquista da democracia pelo proletariado.

Na sequência, os autores propõem, com uma série de ressalvas teórica e politicamente fundamentadas, dez medidas imediatas a se aplicarem “nos países mais avançados”. As principais referem-se à transferência dos meios de produção para o Estado, o que, na ausência de uma reflexão acerca de como se constituirá esse Estado, pode induzir ao equívoco de se identificar socialismo, ao menos por um certo período, com estatização.

O segundo capítulo do *Manifesto Comunista* se encerra com algumas brilhantes formulações, já mencionadas aqui, acerca do poder político e uma arguta observação acerca da sobredeterminação do poder público pela dominação de classe: na sociedade sem classes “o poder público perderá seu caráter político”. Somente esta observação merece análise atenta dos que trabalham com as relações entre público e privado no capitalismo. Reitera-se a tese de que o proletariado se organiza como classe “na luta contra a burguesia” e, “mediante uma revolução torna-se classe dominante”, suprime as velhas relações de produção e, desta forma, suprime a si mesmo e

à sua própria dominação de classe, o que significa a constituição de uma sociedade comunista. Esta, diferentemente da sociedade burguesa, será “uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”. (id., ibid.).

Apesar do brilho dessas formulações, faz falta uma teoria mais precisa sobre o período de transição socialista. Assim como pouco se escreveu sobre a estrutura do Estado no capitalismo, pouco se afirma a respeito desse aparelho no socialismo. Tal ausência, por sua vez, não contribui muito para a reflexão acerca das relações entre democracia e dominação de classe nesse período que, um pouco depois, Marx, influenciado por Blanqui, chamará de ditadura do proletariado.

... “o verdadeiro segredo da Comuna” consistiu essencialmente em criar “um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho”...

No complexo envolvimento de Marx com a Comuna de Paris, novos avanços teórico-políticos se produziram. Nos termos do próprio Marx, “o verdadeiro segredo da Comuna” consistiu essencialmente em criar “um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho” (Marx, 2008: 406).

Marx descobriu que a cada dominação de classe corresponde um tipo de Estado. Em outros termos, o Estado burguês não é um instrumento neutro que pode “mudar de mãos” e ser utilizado por qualquer uma das partes em confronto. É uma estrutura adequada exclusivamente à dominação burguesa de classe, dominação que, reciprocamente, só se realiza com a existência desse tipo de Estado. Que Estado é esse?

Trata-se fundamentalmente de um aparato especial cujo núcleo se organiza de modo verticalizado segundo as normas do burocratismo, que, aliás, são o fulcro da ideologia que assegura a coesão de uma camada social específica, a burocracia de Estado.⁴ Trata-se precisamente de uma camada de origem policlassista. Seu funcionamento enquanto burocracia de Estado não é determinado diretamente pela origem de classe, mas pela estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista. Ignorar essa particularidade da burocracia do Estado capitalista pode implicar erros teóricos e políticos da maior gravidade, como ocorreu no Brasil, na período 1961-1964 e no Chile, a partir da eleição de Salvador Allende. Em ambos os casos, foi muito forte a crença de que, dada a origem de classe média da maioria dos militares e dada a posição democrática dessa classe média, seria mínima a probabilidade de um golpe de Estado. Interessa aqui destacar um destes dois equívocos: aquele que absolutiza a origem de classe de um ramo da burocracia estatal em detrimento do perencimento a este aparelho com toda a carga ideológica que isso implica. O clamor “Soldado também é povo!”, tantas vezes repetido em manifestações operárias e populares, frequentemente expressa uma ambígua percepção dessa particularidade do ramo repressivo da burocracia do Estado burguês. Por um lado, ignora a determinação de categoria social específica; por outro, pode, instintivamente exprimir a tentativa de “quebrar” a unidade do aparelho estatal, o que é imprescindível a uma revolução socialista. O que aqui se escreveu acerca do ramo repressivo aplica-se ao conjunto do aparelho estatal.

Esta organização verticalizada do aparelho do Estado burguês segundo os princípios da merito-

cracia tem sua contraface na constituição de todos os agentes da produção como cidadãos livres e iguais, unificados em uma comunidade nacional cuja soberania se expressa nesse próprio Estado. Dessa forma, esse Estado, justamente para organizar a dominação burguesa, oculta seu caráter de classe, apresentando-se como nacional-popular (Poulantzas, 1977: 119). Essa ideologia da competência técnica a serviço do bem comum possui grande eficácia no sentido de distanciar o povo, especialmente os trabalhadores, dos negócios de Estado, contribuindo para que o processo decisório acerca das políticas estatais transcorra fundamentalmente no interior do aparelho de Estado burguês. Tal situação não muda em uma democracia liberal, quando os eleitores são chamados periodicamente a votarem em representantes que atuarão “conforme sua consciência”, ou seja, sem o controle dos trabalhadores, durante a vigência dos mandatos.

...o Estado burguês não é um instrumento neutro que pode “mudar de mãos” e ser utilizado por qualquer uma das partes em confronto. É uma estrutura adequada exclusivamente à dominação burguesa de classe...

Os aspectos destacados por Marx quanto à forma enfim encontrada pela Comuna de Paris vão neste sentido: abolição do exército permanente e constituição do povo em armas (no caso, a Guarda Nacional); eliminação de quase toda a burocracia civil, ficando os cargos restantes sujeitos à ocupação temporária, demissível pelos representados e recebendo uma remuneração que não os afastasse do padrão de vida dos trabalhadores; eleições com mandato imperativo e revogabilidade do mandato

pelos representados, aplicando-se o critério mencionado no que se refere à remuneração. Dessa forma, a Comuna de Paris, apesar de sua curta duração, “quebrou” a máquina do Estado burguês e construiu um novo tipo de Estado, uma espécie de semi-Estado (Lênin, 1980a: 234) em consonância com um poder político proletário.

Esta conclusão seria ratificada um ano depois, no prefácio que Marx e Engels escreveram para a edição alemã de 1872 do *Manifesto Comunista*. Afirmam que, embora no seu conjunto, “os princípios gerais” do *Manifesto* estivessem corretos, alguns pontos ficaram ultrapassados em razão de mudanças históricas ocorridas. Isso se aplica, por exemplo, à crítica à literatura socialista e comunista (cap. III), crítica que, obviamente não foi além de 1848; e à “posição dos comunistas diante dos diferentes partidos de oposição” (cap. IV), muitos dos quais sequer existiam em 1872. Todavia, as passagens mais profundamente autocriticadas são as relativas ao programa de medidas a serem adotadas imediatamente pelo proletariado assim que conquistasse o poder político (final do cap. IV). E, quanto a isso, a principal experiência prática foi a “Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses” (Marx e Engels, 1998b: 72). A contradição entre o programa exposto nos 10 pontos e esta experiência prática maior é claramente explicitada pelos autores: “A Comuna de Paris demonstrou, especialmente, que ‘não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins’ (ver *A guerra civil na França; Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores*, de 1871, onde essa ideia é mais desenvolvida)” (Marx e Engels, id., ibid.). O exercício do poder proletário de classe exigia a destruição do aparelho de Estado burguês e a substituição deste por um outro aparelho estatal, cujas características principais, já mencionadas aqui, Marx destacou em *A guerra civil na França* e Engels também o faz na introdução à segunda parte desse livro (Engels, 2008).

Por essa razão, a experiência da Comuna de Paris foi referência fundamental para os revolucio-

nários marxistas de 1917. Isso se expressa, principalmente, nas formulações elaboradas por Lênin em *O Estado e a Revolução*, no qual é destacada a retificação feita por Marx e Engels no referido prefácio de 1872 (Lênin, 1980a). Esse livro, que o autor, premiado pelas tarefas práticas, não chegou a concluir,⁵ é fundamentalmente uma tentativa de atualização dos textos que Marx e Engels publicaram acerca da Co-

O exercício do poder proletário de classe exigia a destruição do aparelho de Estado burguês e a substituição deste por um outro aparelho estatal...

muna. A “atualização” prática virá em seguida, no bojo da articulação do partido bolchevique com os soviets. Ao examinarmos as intervenções de Lênin no primeiro Congresso da III Internacional (2 a 6 de março de 1919), é possível verificar que sua ênfase quase absoluta incidia na constituição dos soviets como os organismos de poder adequados a um Estado socialista. O dirigente bolchevique formulou explicitamente a tese de que

“somente o controle soviético do Estado pode realmente efetuar a imediata ruptura e total destruição da velha máquina, isto é, da máquina burguesa, burocrática e judiciária que tem sido mantida inevitavelmente pelo capitalismo, mesmo com a mais democrática das repúblicas e que, atualmente, é o maior obstáculo à implementação prática da democracia para os operários e para o povo trabalhador em geral. A Comuna de Paris deu o primeiro passo nessa direção. O sistema soviético deu o segundo” (Lênin, 1919).

O problema é que, da mesma forma que a Comuna de Paris foi muito breve, ocorreu um rápido esvaziamento dos soviets, o que foi catastrófico no plano político e – como não poderia ser diferente – no que se refere ao controle operário da produção. Rapidamente, uma articulação de revolução



Barricada na esquina da rua Rivoli com a rua Saint-Florentin, em maio de 1871. (Bibliothèque Historique de la Ville de Paris)

democrático-burguesa com aspectos de socialismo teve comprometidos seus fundamentos socialistas e mesmo democráticos.

As outras tentativas profundas de revolução socialista também passaram por esta constituição de co-

...outras tentativas profundas de revolução socialista também passaram por esta constituição de comunas/soviets. Foi o caso, por exemplo, das comunas populares na China, especialmente durante a Revolução Cultural. Mas foram igualmente derrotadas.

munas/soviets. Foi o caso, por exemplo, das comunas populares na China, especialmente durante a Revolução Cultural. Mas foram igualmente derrotadas. A esse respeito é também de importância fundamental a contribuição de Charles Bettelheim, tanto em relação

à experiência das comunas chinesas como a respeito do triunfo da fração liderada por Deng Hsiao Ping, triunfo que contribuiu de modo importante para o deslanche da política de desenvolvimento capitalista acelerado que se implementa na China desde o final dos anos 1970. Uma análise crítica mais atualizada e acessível desse processo é feita por Márcio Naves (2006).

Se isso faz sentido, a chamada queda do muro de Berlim foi decorrência tardia de processos bem mais profundos que, apesar dos esforços realizados, ainda estão à espera de novos e profundos estudos marxistas.

De fato, esforços de reflexão sobre as tentativas de revolução socialista não faltaram desde a alvorada da própria Revolução de Outubro. Basta mencionar, a esse respeito, os textos de Rosa Luxemburgo e os candentes escritos de Lênin sobre os problemas concretos com os quais os bolcheviques deparavam e para os quais não tinham respostas adequadas, até porque faltava cada vez mais base social para impulsionar novas “experiências práticas”. No entanto, por ocasião das efemérides sobre a Comuna de Paris, a recuperação dessas tentativas de abordagem crítica da experiência soviética ainda permanece minoritária. Muitos de nós limitamo-nos a reproduzir as críticas feitas por Marx, Lênin e Trotsky aos erros da Comuna, canalizando essas críticas para a defesa da necessidade de um partido revolucionário centralizado.

O problema é que a reprodução acrítica de tais críticas não leva em conta, no mínimo, três aspectos de importância gigantesca. O primeiro foi o já mencionado rápido esvaziamento dos soviets. O segundo foi a fusão do partido comunista com o Estado que, diferentemente da Comuna e também do que esperavam os bolcheviques, se agigantou e se transformou no órgão de uma nova dominação sobre os trabalhadores; o terceiro foi a liquidação, ao longo desse processo, de praticamente todos os principais líderes revolucionários soviéticos. No máximo, recorre-se às referências à derrota da revolução mundial, ao bloqueio sofrido pela URSS e ao escasso desenvolvimento das forças produtivas.

O próprio Lênin, no calor da prática de dirigente do Estado soviético, escreveu textos que expressavam grande franqueza e perplexidade frente aos rumos tomados pelo processo.

Como foi mencionado anteriormente, muito se escreveu seriamente a partir de uma perspectiva marxista, com maior ou menor rigor teórico, sobre esse processo. Basta se mencionar, por exemplo, os textos de Rosa Luxemburgo, que davam a revolução russa por objetivamente derrotada no nascedouro, até por conta da traição que, segundo ela, foi cometida pelo proletariado alemão. O próprio Lênin, no calor da prática de dirigente do Estado soviético, escreveu textos que expressavam grande franqueza e perplexidade frente aos rumos tomados pelo processo. Chegou, inclusive, a considerar, em março de 1922, que os bolcheviques estavam diante de uma situação totalmente nova, sobre a qual ninguém – nem mesmo Marx – havia escrito: a de um capitalismo de Estado diferente do que existe “sob o regime capitalista, quando o poder de Estado subordina diretamente a si determina-

das empresas capitalistas” (Lênin, 1980b: 581). Essa realidade totalmente nova era a de um capitalismo de Estado sob um poder político que, segundo Lênin, era proletário mas ainda não descobria como enquadrar tal capitalismo. Até porque, no que se refere à NEP (Nova Política Econômica), o Estado não funcionava segundo a vontade do proletariado. Ao contrário, parecia um carro que “não vai para onde o dirigem, mas para onde o dirige alguém, algo de ilegal, algo de ilegítimo (...) talvez os especuladores, talvez os capitalistas privados, ou talvez uns e outros” (id., p. 582-3). Recorrendo à mesma metáfora, pode-se afirmar que o stalinismo não inventou tal carro, mas acelerou a marcha na direção que este objetivamente seguia.

De um modo ou de outro, o processo soviético colocou problemas imprevistos e muito mais complexos à transição para o socialismo do que aqueles apresentados pela Comuna de Paris. Aprofundar o exame teórico desse processo é uma obrigação política de todos os que se pretendem marxistas. Até porque a ausência de um conhecimento claro dos problemas não resolvidos que se impuseram aos marxistas revolucionários do século 20 – e não somente em relação à URSS – contribui fortemente para a crise ideológica vivida pelas forças antissisêmicas neste início de século 21.

Por um bom tempo soviets e bolcheviques se estranharam. Por certo tempo se deram muito bem e, no fundamental, o resultado foi, em situações bastante desfavoráveis, muito promissor. Quando os soviets definharam, o partido bolchevique passou por uma forte mutação.

É importante insistirmos que sem organização política o processo de reconstituição do proletariado não avança. Mas a prática dos novos contingentes de proletarizados e semiproletarizados do século 21 será fundamental para a definição das feições concretas a serem assumidas por suas organizações políticas ao redor do mundo.

Que venham outras comunas e outros soviets. Com esses e outros nomes e muitas cores. PV

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida é professor do Departamento de Política e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. Coordenador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais).

Notas

* Versão condensada do artigo “Comunas e sovietes: passado e futuro de poder proletário com muitos nomes e cores”, publicado em *Lutas Sociais*, 25/26, São Paulo, p. 209-225.

1. Consideramos que um dos mais rigorosos estudos a este respeito continua sendo o de Balibar (1974).
2. Dentre as inúmeras abordagens desta passagem de Marx, destacamos a feita por Nicos Poulantzas (1977:55 e ss).
3. As referências a este par, economicismo-politicismo, são inúmeras. Ver, por exemplo, Poulantzas (1974: cap. 2). Neste momento, apoio-me diretamente em considerações tecidas por João Quartim na comunicação que apresentou na mesa-redonda de abertura do I Seminário Científico Teoria Política do Socialismo, em 2005, na Unesp-Marília.
4. A respeito da burocracia do Estado capitalista e do burocratismo, Poulantzas (1977: 337 e ss.).
5. “...é mais agradável e mais útil fazer ‘a experiência de uma revolução’ do que escrever sobre ela” (Lênin, 1968: 382).
6. A principal referência a esse respeito são os dois primeiros volumes da obra de Charles Bettelheim sobre as lutas de classes na URSS (Bettelheim, 1976b e 1983a). Apesar de levarmos em conta a importância do material empírico, não compartilhamos da mudança de referencial teórico efetuada pelo autor nos dois tomos do volume III (Bettelheim, 1982 e 1983b).
7. A respeito das comunas chinesas, duas apreciações feitas em momentos distintos, um de empuxe e outro de declínio, são feitas por Bettelheim (1976a e 1973, respectivamente). Devido à consulta a edições em países diferentes, a sequência das datas citadas é inversa à da ordem cronológica da produção dos textos. Os desdobramentos da análise têm a ver com as lutas político-ideológicas no interior da formação social chinesa, as quais receberam uma importante análise do próprio Bettelheim, assim que este se afastou da presidência da Associação de Amizade Franco Chinesa (Bettelheim, 1978).

Referências

- BALIBAR, Étienne (1974). La rectificación del *Manifiesto comunista*. In: *Cinco ensayos de materialismo histórico*. Barcelona: Laia.
- BETTELHEIM, Charles (1973). *Révolution culturelle et organisation industrielle em Chine*. Paris: Maspero.
- _____ (1976a). *As comunas populares*. Lisboa: Associação (Unificada) de Amizade Portugal-China e Edições Maria da Fonte.
- _____ (1976b). *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1.
- _____ (1978). *Questions sur la Chine après la mort de Mao Tsé-toung*. Paris: Maspero.
- _____ (1982). *Les luttes de classes em URSS*. Paris: Maspero/Seuil, v. 3, tomo I.
- _____ (1983a). *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2.
- _____ (1983b). *Les luttes de classes en URSS*. Paris: Maspero/Seuil, v. 3, tomo II.
- ENGELS, Friedrich (2008). Introdução de Friedrich Engels à edição de 1891. In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A revolução antes da revolução*. v. 2. São Paulo: Expressão Popular.
- LÊNIN, Vladimir (1919). Thesis and Report on Bourgeois Democracy and the Dictatorship of the Proletariat. Apresentadas em 04 mar. 1919 ao 1º Congresso da III Internacional. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/mar/comintern.htm>. Acesso em 01 abr. 2011.
- _____ (1980a). O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. In: *Obras Escolhidas 2*. São Paulo: Alfa-Omega.
- _____ (1980b). Relatório político do Comitê Central do PCR(b) [em] 27 de março [de 1922]. São Paulo: Alfa-Omega.
- MARX, Karl (2008). *A guerra civil na França*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A revolução antes da revolução*. v. 2. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998a). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (1998b). Prefácio da edição alemã de 1872. In: *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- NAVES, Márcio B. (2006). *Mao: o processo da revolução*. São Paulo: Brasiliense.
- POULANTZAS, Nicos (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.